

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Lívia Guimarães Farias**

**Memória do patriarcado e o processo de empoderamento da  
mulher frente à violência doméstica na relação conjugal**

Vitória da Conquista  
2015

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Lívia Guimarães Farias**

**Memória patriarcal e o processo de empoderamento da mulher frente à  
violência doméstica na relação conjugal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre Em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Tânia Rocha Andrade Cunha.

Vitoria da Conquista  
2015

Farias, Livia Guimarães.

F225m Memória do patriarcado e o processo de empoderamento da mulher frente à violência doméstica na relação conjugal; orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Tânia Rocha Andrade Cunha - Vitória da Conquista, 2015.  
103 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). –Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.

1. Memória. 2. Violência doméstica contra a mulher. 3. Empoderamento.  
I. Cunha, Tânia Rocha Andrade. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.  
III. Memória herdada do patriarcado e o processo de empoderamento da mulher frente à violência doméstica na relação conjugal

Título em inglês: Inherited from patriarchy memory and the process of empowerment of women facing domestic violence in the conjugal relationship

Palavras-chaves em inglês: Memory - Domestic violence against women - Empowerment.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Rocha Andrade Cunha (presidente), Prof. Dr .João Diógenes Ferreira dos Santos (membro titular); Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Acácia Dias Batista (membro titular).

Data da Defesa: 26 de fevereiro de 2015

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

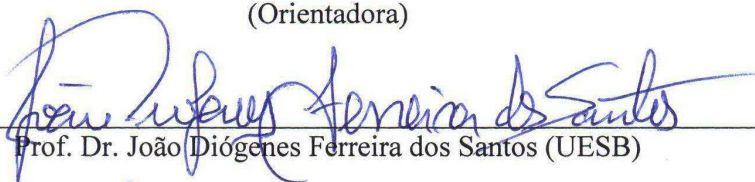
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**BANCA EXAMINADORA**



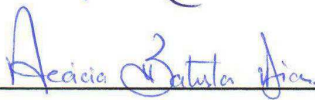
---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Tânia Rocha Andrade Cunha (UESB)  
(Orientadora)



---

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (UESB)



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Acácia Batista Dias (UEFS)

**Suplentes**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (UESC)

Local e Data: Vitória da Conquista, 26 de fevereiro de 2015.

**Resultado:** Aprovada

Para as mulheres que vivenciam situação de  
violência doméstica na relação conjugal.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter permitido que eu realizasse esse sonho. Agradeço também ao meu Anjo da Guarda, a Nossa Senhora e a São Miguel Arcanjo pela intercessão e companhia nessa caminhada.

Agradeço ao Programa de Memória: Linguagem e Sociedade da UESB, pela oportunidade, à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por ter financiado meus estudos com bolsa, e, principalmente, à minha orientadora e “mãe acadêmica” Tânia Rocha. Também não posso deixar de agradecer a todos(as) os(as) professores(as) do programa, em especial a João Diógenes “meu pai acadêmico” e Ana Elisabeth pelo suporte e incentivo. E ainda à professora Acácia Batista Dias pelas contribuições ao fazer parte da banca examinadora

Agradeço a minha família, em especial à minha querida mãe Magda, a minha vizinha Rita, ao meu querido pai Jason, ao meu querido irmão Rafa, ao meu tio Henrique, as minhas tias Margarida e Carminha e a minha prima Grazi pelo incentivo, carinho, cuidado e paciência. Obrigada!

A seguir faço questão de registrar meu profundo agradecimento às mulheres que entrevistei. Obrigada pela ajuda, pela confiança e pelas lições de vida que vocês me ensinaram. As considero exemplo de pessoa, de mulher, de mãe, de força, de luta e de superação. E também à equipe do Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos de Vitória da Conquista - Ba: Angélica, Amiraílde, Andréa, Tânea, Agda, Jusceli, Mônica e Olavo pela disponibilidade e confiança. Parabéns pelo trabalho que vocês realizam.

Outro especial agradecimento que não posso deixar de fazer é para os(as) querido(as) amigos(as) “anjos” que Deus colocou em minha vida, este são: Sabrina, Mônica, Adriana e demais membros do Movimento Comunhão e Libertação da Igreja Católica, a Carminha, Cleidinha, Camila, Pollyana, Maristela, Virgínia, Frei Geraldo, Dom Estevam, Elaine, Selma e a todas as professoras do Instituto de Educação Novo Tempo, Ricardo, Fabiana, Claudinha, Laiana, Linzi, Lore, Mona, Jeo, Karlinha, Carlos e Edileusa do curso de inglês e a todos os colegas do Programa de Memória Linguagem e Sociedade da UESB, em especial a Orcelan, Danilo, Lígia, Míriam, Tânia, Eduardo, Samila, Rita, Adriza, Vagner e Gabriela pela presença, pelo cuidado, pela torcida, pela escuta e por existir em minha vida.

Muito obrigada!

## RESUMO

A violência contra a mulher, em especial, a violência doméstica contra a mulher vem acometendo muitos lares e consequentemente produzindo efeitos nefastos nas vidas das agredidas, de seus familiares e da sociedade. A violência é um fenômeno degradante de subjetividades e por isso deve ser diuturnamente combatido, não importa que face assumida ou que vítima machuque. Por acreditarmos que a violência denota uma situação e não uma condição nos embasamos na analítica do poder de Foucault para demonstrar isso, logo, a potencialidade da revogação da condição de submissão de muitas mulheres. Frente a essa situação, levantamos o seguinte problema de pesquisa: O comportamento machista que ainda impera nas relações interpessoais cotidianas pode ser concebido como uma memória herdada do patriarcado e por as mulheres estão sofrendo violência, principalmente, a do tipo doméstica na relação conjugal. Assim sendo, como ocorre o processo de empoderamento das mulheres desse modo vitimadas? Para responder a essa indagação realizamos entrevistas semiestruturadas com seis mulheres que sofreram violência conjugal e a partir daí analisamos os dados à luz dos trabalhos de renomados pesquisadores que deram importantes contribuições para a compreensão do fenômeno da violência: Pateman(1993), Saffioti (1987, 2002,2004), Strey (1998, 2001), Cunha (2007, 2013), Foucault (1979), Frenress e Wicham (1992), Pollak (1992), Halbwacks (2006), Sardenberg (2006), Meireles; Igrassia(2006), Baquero (2012) e Baquero; Baquero (2007). O diálogo com esses e outros autores nos permitiu descobrir que a violência doméstica contra a mulher na relação conjugal tem memória, pois os valores patriarcais não sucumbiram com a sociedade tradicional e por isso vem fazendo elo entre passado e presente; que muitos fatores prendem uma mulher numa situação de violência: os filhos, o amor, os projetos de vida, a educação, a dependência financeira e principalmente dependência emocional, e que é por meio do processo de empoderamento que muitas mulheres estão transformando suas realidades, extirpando a violência de suas vidas e ajudando a construir uma nova sociedade.

**Palavras-chave:** Memória. Violência doméstica. mulher. Empoderamento.

## ABSTRACT

Violence against women, especially domestic violence against women is affecting many homes and consequently producing adverse effects on the lives of battered, their families and society. Violence is a degrading phenomenon of subjectivities and so it must be fought day and night, no matter what face or assume that victim hurt. Because we believe that violence denotes a situation and not a condition in us reference the analytical power of Foucault to demonstrate this, so the potential to revoke the submission of many women condition. In view of this, we raise the following research problem: The macho behavior that still prevails in everyday interpersonal relationships can be conceived as an inherited memory of patriarchy and women are suffering violence, especially the domestic kind in the marital relationship. So how is the process of empowerment of women victims of this so? To answer this question we conducted semi-structured interviews with six women who have suffered domestic violence and from there we analyzed the data in the light of the work of renowned researchers who have made important contributions to the understanding of the phenomenon of violence: Pateman (1993), Saffioti (1987, 2002, 2004), Strey (1998, 2001), Cunha (2007, 2013), Foucault (1979), Frenness and Wicham (1992), Pollak (1992), Halbwachs (2006), Sardenberg (2006), Meireles; Igrassia (2006), Baquero (2012) e Baquero; Baquero (2007). The dialogue with these and other authors allowed us to discover that domestic violence against women in the marital relationship has memory because patriarchal values did not succumb to the traditional society and so is doing link between past and present; that many factors holding a woman in a situation of violence: the children, love, life projects, education, financial dependence and especially emotional dependence, and that is through the empowerment process that many women are transforming their realities, excising violence in their lives and helping to build a new.

**Keywords:** Memory domestic violence. Woman. Empowerment.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1 Considerações iniciais.....	9
1.2 <i>Corpus</i> da pesquisa .....	15
1.3 Objetivos .....	15
1.4 Procedimentos metodológicos .....	16
1.5 Conhecendo as entrevistadas: .....	17
1.6 Organização do trabalho .....	19
<b>2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER EM UMA SOCIEDADE FORTEMENTE INFLUENCIADA PELA MEMÓRIA HERDADA DE VALORES PATRIARCAIS</b> .....	20
2.1 Patriarcado e a construção social dos papéis de gênero.....	20
2.2 Descompasso social: rápido desenvolvimento econômico versus lentas elaborações culturais.....	25
2.3 A mulher no Brasil: passado e presente ligados pela memória .....	38
<b>3 RELAÇÕES CONJUGAIS: MEMÓRIA, PODER E RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.</b> .....	55
3.1 Memória, poder/ resistência e a violência: variáveis que não se sobrepõe.....	55
3.2 A vida cotidiana e a violência doméstica na relação conjugal.....	61
<b>4 EMPODERAMENTO: ESTRATÉGIA DE LUTA, CAMINHO PARA A LIBERTAÇÃO</b> ....	75
4.1 Resistência e empoderamento da mulher frente à violência doméstica na relação conjugal.....	75
4.2 Fases do processo de empoderamento .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Considerações iniciais

A violência doméstica contra a mulher é intrigante e contraditória, pois sentimentos e comportamentos não correlatos se expressam com grande frequência e intensidade. Entretanto, segundo relatos de algumas mulheres, esse aparente “impossível” materializa-se na vida cotidiana. E de acordo com pesquisa realizada por Brasil (2013a) há muitos casos notificados, pois estima-se que 700 mil brasileiras estejam sofrendo violência doméstica, principalmente, por parte dos seus companheiros, e também que as mulheres de menor nível educacional são as mais agredidas, aproximadamente 71% delas. A mesma fonte afirma ainda, que a violência física é a que mais acontece, contudo, observa-se um aumento no reconhecimento da violência moral e psicológica.

Essa realidade fere a dignidade humana de muitas pessoas e se figura como um problema social que exige ações preventivas e interventivas dos mais diversos setores da sociedade, e justamente por conta desta demanda, vários trabalhos acadêmicos estão sendo desenvolvidos no sentido de compreender as causas desse fenômeno e de encontrar elementos que subsidiem atuações individuais, coletivas e governamentais que o combatam. Diante de tal circunstância e preocupadas em contribuir com a mudança da condição da mulher na sociedade, nos inserimos no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB para desenvolvermos este trabalho, cujo objeto de investigação é o processo de empoderamento<sup>1</sup> de mulheres que romperam o ciclo da violência na relação conjugal.

O início dos nossos trabalhos com o tema se iniciou no ano de 2007, a partir da nossa participação no grupo de pesquisa Gênero e Violência do Museu Pedagógica Padre Palmeira – UESB, coordenado pela professora doutora Tânia Rocha Andrade Cunha da UESB. Nesta oportunidade começamos a estudar as principais categorias que foram analisadas e discutidas neste trabalho: gênero, violência contra a mulher, empoderamento, exercitamos a habilidade de entrevistar mulheres vitimadas pela violência doméstica a fim de coletarmos dados para a

---

<sup>1</sup>“Empoderamento, enquanto categoria, perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a essas. É mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens - econômicas, políticas e cultural - que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito” (BAQUERO; BAQUERO 2007, p. 142).

pesquisa Faces da Violência Doméstica em Vitória da Conquista - Ba<sup>2</sup> e também passamos a conhecer a realidade e a dinâmica de funcionamento da Delegacia Especial de Atendimento a Mulher de Vitória da Conquista – Ba e do Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos.

Ainda sobre a questão da violência contra a mulher, considerando as informações históricas e os dados estatísticos coletados, percebemos que este fenômeno tem recorrência histórica e afirmações de Saffioti (2004) embasam esta reflexão. Segundo esta autora, há aproximadamente 7 mil anos foi criado um sistema de subjugação feminina chamado patriarcado – um conjunto de ideias, de estratégias, de condutas, de regras e de valores que legitimou a percepção social de que a mulher é um objeto, uma reprodutora e uma moeda de troca (SAFFIOTI, 1987, 2002, 2004; PATEMAN, 1993) e devido a isso as mulheres foram negadas enquanto sujeitos, tratadas como objeto e marginalizadas na vida pública por muitos séculos(SOIHET, 1997; SCOTT, 1992; PATEMAN, 1993).

De acordo com Pateman (1993) o patriarcado enquanto regime e/ou sistema de regulação do cotidiano– expresso por meio de costumes, pensamentos, comportamentos e valores - foi vigente até o advento da Revolução Industrial, pois a partir desse momento as sociedades e as relações sociais, econômicas e políticas se complexificaram e por isso fez-se necessário à instauração de uma sociedade civil, ou seja, de uma série de leis e de regulamentos que dão poder ao Estado<sup>3</sup> de fazer cumprir acordos já estabelecidos. Ainda de acordo com a autora, essa nova lógica de organização cotidiana e o regime patriarcal não se compatibilizaram e por isso este sucumbiu. Frente a essa celeuma, os homens “adaptaram” os valores patriarcais à forma de um machismo e os inseriu nesta nova configuração social a fim de não se deixar a categoria social homens perder seu status de “superior” às mulheres.

Isso implica em dizer que as construções simbólicas com relação à mulher não acompanharam os progressos civilizatórios e por isso barbáries contra elas continuaram/continuam acontecendo. Dito de outro modo, ao longo do tempo uma mesma sociedade várias vezes diversificou o seu jeito de viver e isso se deu porque as relações interpessoais, os valores, as regras, os comportamentos, os costumes, os bens materiais e as necessidades foram emergindo e se transmutando durante os períodos históricos. Assim sendo, “é de se esperar que num determinado momentos existam representações diferentes e

---

<sup>2</sup>CUNHA, Tânia Rocha Andrade et al. Faces da Violência Doméstica em Vitória da Conquista - Ba (in) ALMEIDA, José , Rubens, Mascarenhas de; MAGALHÃES, Livia Diana; BERTONI, Luci Mara (orgs.). As redes científicas e o desenvolvimento das pesquisas – perspectivas multidisciplinares. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, 236p.

<sup>3</sup>O Leviatã de Hobbes discute essa questão.

antagônicas do mundo” (ANDERY et al., 1988, p.15), contudo, mesmo em meio às transformações que a dinâmica social sofre, algumas construções simbólico-culturais se impregnam nas mudanças a fim de não deixar algumas questões se afastarem do cotidiano. Ao analisar alguns escritos sobre memória<sup>4</sup>, pudemos depreender que este fenômeno também se faz presente quando discutimos sobre a violência contra a mulher.

A memória na área das ciências sociais é algo recente, mas já propiciou significativas elaborações e estas nos mostram que a temática estabelece relação com muitas questões, pois de acordo com Brito (s/d, p25)

O discurso histórico, carregado de silêncios e ocultações, desconhece estas diferenciações, e a memória celebrada é a oficial, com reconstituições históricas definidas a partir da estrutura de poder e o que se encontra fora desta não interessa, dificultando o seu conhecimento e registro. O desenvolvimento ou recuperação da memória dentro de uma perspectiva mais ampla integra também um processo político, pois tem sido usada como instrumento de poder de setores dominantes, construindo um discurso oficial sobre a história e o passado.

A memória como instrumento de poder tem contribuído para a exaltação e/ou rebaixamento de algumas ideias e essa flutuação, ou melhor, a constância ou não dessa flutuação é algo muito relevante para a vida das pessoas. Damos destaque para a questão das ideias porque este constructo diz respeito “a representação daquilo que o homem faz, da sua maneira de viver, da forma como se relaciona com outros homens, do mundo que o circunda e das suas próprias necessidades” (ANDREY et al.,1988, p. 14) -a“ linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 1980, p. 25) e é por meio delas que se criam os conceitos e valores que irão representar e avaliar a realidade social para assim surgir “uma representação simbólica das condições de sua existência” (SEVERINO, 1992, p. 27) e da condição de existência do outro. E a depender da representação, da afetividade e do interesse que as sociedades ou instituições compartilhem acerca dos fenômenos que as compõem, as relações para com estes poderão ser amistosas, harmoniosas e valorizadas ou covardes, violentas e competitivas.

Entendemos que é por meio deste processo que atitudes são consideradas como naturais ou estranhas para certos contextos e como ambas são potencialmente excludentes é importante que as analisemos com cuidado. A naturalização de comportamentos, de ideias e de valores é perigosa porque à medida que estes passam a ser considerados como esperados e

---

<sup>4</sup>“A memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, neste sentido, um com o outro. Temos confiança nesse tipo de memória porque é continuamente testada na vida quotidiana” (FENTRESS; WICKHAN, 1992, p. 39).

permitidos, se entranham nas relações como se lhes fossem inerentes e assim paramos de analisar os fenômenos com a merecida criticidade.

Devido à permanência deste fato na realidade, percebemos que é possível estabelecer um liame entre os estudos da memória com os da violência doméstica contra a mulher na relação conjugal porque este fenômeno tem recorrência e permanência na história e é justamente sobre este foco que esta pesquisa se sustenta.

Sobre a memória, Pollak(1992, p. 2) nos explica que

É perfeitamente possível que por meio da socialização política ou da socialização histórica ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.[...] pode existir acontecimentos regionais que traumatizam tanto, marcam tanto uma região ou grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.

Ao refletirmos sobre o comportamento agressivo de muitos homens para com as mulheres, em especial, dos maridos<sup>5</sup> das entrevistadas, percebemos que estes demonstram identificação com os valores patriarcais da sociedade tradicional e por isso se sentiam autorizados a subjugar-las, mas como eles não eram vivos naquela época inferimos que uma memória herdada dos valores patriarcais ainda permeia nosso cotidiano e sua influência é forte na socialização e na construção da identidade da categoria social homem. Vejamos as seguintes declarações de Juliana<sup>6</sup> e de Sara<sup>7</sup>, pois elas ilustram o exposto:

Ele [Francisco, 42 anos desempregado]<sup>8</sup> falava: “Casei com você, agora sou eu que mando. Você tem de ser submissa a mim, você não vai com essa roupa, você não vai conversar com minha mãe porque vai trazer problema na vida a dois” (Juliana, 44 anos, Autônoma).

Eu via outras mulheres falarem que na época da menstruação o marido não mexia com elas. Eu ficava pensando, quietinha: “ai meu Deus, eu tenho até vergonha de falar isso para as pessoas.” Quando eu falava isso pra ele, ele falava: “que nada, eu não “tô” comendo mulher dos outros, eu estou comendo a minha.” Aquelas palavronas bem crespas (Sara, 45 anos, Desempregada).

Os relatos evidenciam que nossas entrevistadas eram vistas e tratadas como propriedades, que seus sentimentos eram ignorados e que elas se sentiam muito mal por estarem passando por situação tão constrangedora. Outra similaridade que notamos com a época tradicional foi o fato de elas terem apresentado posturas passivas frente aos

<sup>5</sup>Refletimos sobre as ações destes homens por meio dos relatos de nossas entrevistadas, pois não tivemos oportunidade de ouvi-los.

<sup>6</sup>Entrevista concedida em 8 de abril de 2014.

<sup>7</sup>Entrevista concedida em 12 de abril de 2014

<sup>8</sup>Grifo meu

aviltamentos assim como as mulheres daquele tempo faziam e ainda de acordo com Juliana e com Sara tal reação é produto da educação machista que receberam e da influência da memória dos valores patriarcais na socialização de gênero.

Avançando na análise dos depoimentos destas e das outras entrevistadas percebemos que apesar de elas terem aprendido que ações como essas são “coisas de homem”, essas atitudes sempre as incomodaram, e elas, da forma que conseguiam, resistiam a fim de tentar mudar algumas questões que afligiam o matrimônio e a sua vida. As seguintes falas de Suzi<sup>9</sup> e de Ruth<sup>10</sup> retratam o exposto:

Nós dois brigávamos tanto, tinha dia que ficava lutando com ele pra não ter relação. Ficava quinze dias e ele querendo, querendo. Fazia sexo a pulso com ele (Ruth, 40 anos, Serviços Gerais).

Eu tinha uma cliente que todo dia passava em frente à floricultura e me via chorando. Quando ela vinha conversar comigo eu contava as coisas<sup>11</sup> que Juvenal fazia ai ela dizia assim: “da desprezo, não ligue não, a partir do momento que você não ligarele vai parar com um bocado de coisa.” Ai eu comecei a fazer isso. Ele falava: “vou sair.” Eu perguntava: “quer qual camisa?” Ai pegava, passava e dava. Eu perguntava: “quer perfume?” Ele respondia: “quero”. Ai ele passava três dias na rua e eu nem ligava, nem lembrava. [...] Quando ele viu que o desprezo estava demais ele endoidou. Ai começou a mandar flor, a me adular, a chegar cedo em casa, a medar o dinheiro da feira certo e pagar o aluguel direito. Mas isso foi só por um tempo, depois voltou tudo de novo (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Estas falas mostram que nossas entrevistadas e seus maridos esperavam que ambos se comportassem de forma completamente diferente: eles queriam que elas fossem submissas e elas esperavam que eles as protegessem. Entendemos que estes depoimentos também são exemplo de socialização influenciada por valores patriarcais e que esta micro relação é um reflexo das macro relações da sociedade e assim sendo, entendemos que as seguintes declarações de Anderyet al. (1988, p. 15) contemplam esta percepção:

[...] Em qualquer sociedade onde existiu relações que envolvam interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças. Embora acabe por determinar aquelas que representam os interesses do grupo dominante, a possibilidade mesma de se produzir ideias que representam a realidade do ponto de vista do outro grupo reflete a possibilidade de transformação que está presente na própria sociedade.

A possibilidade de transformação da realidade das mulheres, ou melhor, de deixarem a situação de subjugação social, sempre existiu, contudo, isso só começou a acontecer no

<sup>9</sup>Entrevista concedida em 2 de abril de 2014

<sup>10</sup>Entrevista concedida em 13 de abril de 2014

<sup>11</sup>Traições, boêmia, violências.

final do século XIX devido ao agressivo repúdio das primeiras feministas ao tratamento dado às mulheres. A partir desse momento muitas mulheres não resistiam às mazelas que lhes sobrevinham só chorando e se esquivando das bofetadas, mas também lutando e protestando contra o que foi “naturalmente” instituído para elas. Graças à atuação e luta deste grupo esta categoria social passou a ter visibilidade e acesso a espaços públicos, à educação, à saúde e ao lazer, como também de expressar suas opiniões e vontades.

Por acreditarmos na capacidade de enfrentamento, de resistência e de superação das mulheres frente à violência e discriminação sofrida, afirmamos que elas são capazes de encontrar formas de sair do jugomascuino. Logo, por assim pensarmos, entendemos que a abordagem foucaultiana sobre o poder parece ser a linha teórica mais adequada para esta pesquisa. Haja vista que a relação de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres é uma relação de poder e Foucault, ao realizar a analítica sobre o poder, constata que “a partir do momento que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 1979, p. 241). Ou seja, as mulheres também têm algum nível de poder, e mesmo que este pareça, ou seja, diminuto, de alguma forma, poderá propiciar transformações nas vidas delas.

De acordo com estudos e análises atuais de relatos de mulheres que conseguiram enfrentar e sair do ciclo da violência a partir do momento que elas passaram a expressar atitudes e comportamentos de repúdio à violência e pelo que nossos estudos nos mostraram, tais ações se correlacionam com o conceito de empoderamento<sup>12</sup> - “processo por meio do qual as pessoas, organizações e comunidades adquirem controle sobre suas questões e interesses” (LAWSON, 2001 *apud* BAQUERO; BAQUERO 2007, p. 140). Assim, inferimos que o empoderamento é um recurso de enfrentamento à violência que tem grande eficácia e por isso deve ser algo difundido e potencializado nas pessoas e nas comunidades.

Consideramos que a mulher que está passando por situação de violência doméstica na relação conjugal consolida seu processo<sup>13</sup> de empoderamento a partir do momento que ela percebe que seus atos e intenções tem força para remodelar as relações e fazer materializar seus direitos. Nesse sentido, concebemos que é algo fundamental correlacionar o tema

---

<sup>12</sup>Baquero (2012, p. 173) afirma que “empoderamento é “um tema central na discussão sobre emancipação [...] de sujeitos, indivíduos e coletivos. Trata-se de categoria de natureza ambígua, cujo entendimento é apresentado sobre diferentes formas na literatura.” Por isso, ao pensa-lo sobre a questão da mulher e a violência doméstica, faz-se imprescindível considerar e articular certas variáveis e contextos.”

<sup>13</sup>Porque essa compreensão se dá de modo paulatino e num ritmo muito próprio.

empoderamento<sup>14</sup> com a saída da mulher do ciclo da violência doméstica e também com a questão da emancipação da mulher enquanto sujeito e categoria social.

Acreditamos que romper com o ciclo da violência doméstica, é também enfrentar os valores patriarcais que se mantêm vivos e atuantes em nossa sociedade como memória. Percebemos que esta não é uma batalha fácil nem rápida, mas necessária, tanto por parte das mulheres que são diretamente agredidas quanto por aquelas que não são. Desse modo, as mulheres ratificam o status desta categoria social ao se perceberem como indivíduos dotados de singularidade e portadoras de direitos. Fazer isso no atual contexto é muito difícil, pois obstáculos já superados sempre ameaçam ressurgir, mas não devemos nos intimidar e desistir de continuar atuando em prol do respeito e de uma boa qualidade de vida para as mulheres.

### 1.2 *Corpus* da pesquisa

Entendemos que é de fundamental importância para a sociedade estudar o fenômeno da violência doméstica na relação conjugal e por isso nos debruçamos sobre o tema, analisando dados empíricos à luz da compreensão de estudiosas (os), tais como: Saffioti (1987, 2002, 2004), Cunha (2007), Pateman (1993), Foucault (1979), Baquero; Baquero (2007), Baquero (2006, 2012), Strey (1998), Sardenberg (2006), Gohn (2004), Meirelles; Igrassia (2006) no sentido de encontrar respostas à seguinte questão: O comportamento machista que ainda impera nas relações interpessoais cotidianas pode ser concebido como uma memória herdada do patriarcado e por as mulheres estão sofrendo violência, principalmente, a do tipo doméstica na relação conjugal. Assim sendo, como ocorre o processo de empoderamento das mulheres desse modo vitimadas?

### 1.3 Objetivos

Visando responder à questão levantada, definimos como objetivo geral: analisar o processo de empoderamento da mulher para romper com os valores patriarcais e com a violência perpetrada pelo marido/companheiro no âmbito da relação conjugal.

---

<sup>14</sup>Faz-se pertinente registrar que todas as mulheres têm a potencialidade de se empoderar e de romper com o ciclo da violência, porém nem todas conseguem fazer isso porque diversas questões, tais como, filhos, ambivalências afetivas, situação financeira e limitações de acesso a direitos as atrapalham. Devido a isso, muitas continuam a mercê das intempéries do marido/companheiro e da sociedade.



Como objetivos específicos, elegemos: estudar a construção social da mulher em uma sociedade permeada por valores patriarcais; discutir o fenômeno da violência doméstica contra a mulher na relação conjugal relacionada à questão do machismo como uma memória herdada do patriarcado; identificar o processo e as formas de empoderamento da mulher como uma importante arma para enfrentar a violência doméstica.

Como categorias de análise destacamos: gênero, violência doméstica, empoderamento e patriarcado.

No processo de desenvolvimento da dissertação, pudemos verificar as seguintes hipóteses:

- As mulheres que sofrem violência doméstica são capazes de romper com o ciclo da violência;
- A partir do momento em que as mulheres que sofrem violência se reconhecem como pessoas de direitos poderão se tornar autoras de suas próprias vidas;

#### 1.4 Procedimentos metodológicos

Quando decidimos estudar a violência doméstica contra a mulher na relação conjugal sabíamos que um grande obstáculo nos aguardava: encontrar mulheres dispostas a falar sobre as dores que afligem/afligiam a sua vida. Isso se figurou como elemento dificultador não porque há poucos casos, mas sim porque esse fenômeno é constrangedor tanto para o agressor quanto para a agredida e por isso os envolvidos optam por “sufocá-lo entre quatro paredes”.

Frente à peculiaridade do nosso objeto, infelizmente não era qualquer mulher<sup>15</sup> que já vivenciou violência doméstica na relação conjugal que se enquadraria no perfil da nossa amostra. Precisávamos encontrar mulheres que além de já terem vivenciado esta situação, apresentassem também comportamentos que demonstrassem atitudes de enfrentamento, de resistência, de não mais aceitar a subjugação. Ou seja, procuramos mulheres que num dado momento do casamento/união estável se fortaleceram emocionalmente e perceberam que elas não precisavam passar por tudo aquilo, mulheres que notaram em si a potencialidade de articular suas forças com os recursos jurídicos, sociais e familiares existentes para dar um basta à violência que lhes afligiam. Assim sendo, para nós, não importava a profissão, a renda, o credo, sua raça e o grau de escolaridade, mas sim que elas não mais estivessem imersas no ciclo da violência por ser, justamente esse, o nosso objeto de estudo.

---

<sup>15</sup>Apesar de nem todos os casos existentes - notificados ou não - serem perfil para a nossa amostra, gostaríamos de ratificar que todos estes são problema relevantes para a sociedade e digno de atenção por parte de qualquer pesquisa, mas devido à especificidade do objeto fizemos uma triagem.

Devido à peculiaridade da amostra, tornou-se imperativo pedir ajuda a amigos e conhecidos para encontrar essas mulheres, e também para mediar a aproximação e o estabelecimento de vínculo. Para coletarmos os dados empíricos, privilegamos a técnica qualitativa de entrevista semiestruturada uma vez que a mesma “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o[a]<sup>16</sup> entrevistado[a]<sup>16</sup> tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo[a]<sup>16</sup> pesquisador[a]<sup>16</sup>” (MINAYO 2008, p. 18). Os relatos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, pois através desta “podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (MINAYO, 2007 p. 70).

Para assegurar que o objetivo fosse alcançado, criamos um roteiro que contempla os seguintes temas: dados pessoais, relação com a família de origem, socialização que recebeu ao longo do desenvolvimento, percepção sobre seus relacionamentos, em especial com o agressor, violência, processo de fortalecimento e de reconhecimento de suas potencialidades, expressões de protagonismo pessoal e social – processo de empoderamento -, e o apresentamos a 6 mulheres entre os dias 2 e 30 de abril de 2014. As entrevistas foram gravadas com autorização delas, os encontros duraram cerca de duas horas e meia e aconteceram em locais previamente escolhidos e agendados por elas.

Algumas mulheres, quando se lembravam dos fatos se emocionaram, mas rapidamente se reestabeleceram e não hesitaram em responder ao que perguntávamos. Garantimos-lhes confidencialidade quanto às informações pessoais, por isso todos os nomes próprios delas, dos maridos e filhos registrados nessa dissertação são fictícios e foram escolhidos por elas.

### 1.5 Conhecendo as entrevistadas:

Ruth nasceu em Vitória da Conquista - Ba no ano de 1974, casou com quinze anos e na época ainda não tinha terminado o segundo grau. O namoro foi breve e “maravilhoso”, casaram – se porque a mãe dela descobriu que eles fizeram sexo e por isso obrigou o casamento. Ainda segundo Ruth, logo nos primeiros dias de casados ele se “transformou em um demônio” e até a morte dele de acidente com arma de fogo a vida dela foi um inferno. Tiveram dois filhos - um casal. Assim que ele morreu ela terminou o segundo grau, conheceu o atual marido e teve um filho com este. Trabalha na ocupação de serviços gerais, recebe cerca de um salário mínimo.

---

<sup>16</sup>Grifo meu

Suzi nasceu em Jequié, foi “criada presa”. A família sempre foi muito rígida com ela quanto a seu comportamento e recato. Desde criança trabalhava na feira livre para ajudar no negócio da família. Quando tinha vinte anos foi estudar e trabalhar em Salvador, lá conheceu Juvenal e entre namoro e casamento transcorreu três anos. Casou-se virgem. A violência contra ela começou a se expressar de forma sutil desde o início do casamento, mas logo se tornou escancarada. Tiveram dois filhos. Vieram para Vitória da Conquista – Ba porque ele ficou desempregado e acharam que aqui ambos encontrariam emprego. No ano que chegaram, 1998, ela passou em um concurso e trabalha nele até hoje. Relacionamento terminou em 2013.

Sara também se casou com quinze anos e analfabeta. O ex-marido não era carinhoso, mas não praticava violência nos dez primeiros anos de casados. Eles também tiveram dois filhos – um casal – e também se casaram obrigados porque a família dela descobriu que eles fizeram sexo. Sara sempre foi dona de casa. O ex-marido perdeu o emprego há alguns anos até o momento ainda não arrumou outro – faz “bicos”. Sara já se divorciou dele, mora com o filho, este que sustenta a casa e já está começando um novo relacionamento amoroso.

Madalena se casou com vinte e seis anos, não era mais virgem, trabalhava e tinha o dinheiro dela. O casamento e os filhos, dois meninos, foram planejados. O ex-marido era muito bom durante a semana e péssimo no sábado e domingo por causa da bebida. Quando se separaram há cerca de vinte anos, naquele momento ela estava desempregada. A família dela a ajudou até ela arrumar o emprego que tem hoje.

Juliana nasceu na zona rural e sua mãe foi escrava até se casar com o pai dela. Infância pobre, educação precária, desde criança trabalhava como baba. Este emprego permitiu que ela estudasse e também que ela conhecesse o mundo. Casou-se três vezes: o primeiro marido era ruim, não queria que ela estudasse e crescesse como pessoa, o segundo marido foi maravilhoso, mas morreu devido a complicações cardíacas, o terceiro foi Luiz, também muito ruim. O que essa relação teve de bom foi o filho deles. Hoje ela é autônoma.

Ana, filha caçula, bem mimada e cheia de oportunidades. Com vinte e dois anos tinha um alto cargo em um banco, viajou o mundo administrando empresas do irmão. Beijou na boca e perdeu a virgindade adulta e na mesma ocasião engravidou. Tornou-se mãe solteira por opção, não quis contar para o pai da criança que estava grávida. Com um filho pequeno voltou para Vitória da Conquista, conheceu Geraldo e com ele dilapidaram o patrimônio dela. Não tiveram filhos, hoje ela tem um emprego precarizado e recebe um salário mínimo.

## 1.6 Organização do trabalho

Para melhor compreensão do texto, este trabalho obedecerá a seguinte organização:

No primeiro capítulo foram traçadas discussões em torno da construção social da mulher em uma sociedade civil permeada por valores patriarcais, ou seja, explanamos acerca do como a categoria social mulher foi historicamente percebida tanto da sociedade tradicional quanto da moderna e atual no Brasil e no mundo. Explicamos o que é patriarcado e o que é gênero e como na relação destes reverbera nos papéis socialmente atribuídos aos sexos. Discutimos como a mulher ainda está sendo subjugada e violentada pelos homens, conseqüentemente como a memória herdada de valores patriarcais, o machismo, está contribuindo para a atual desigualdade que ainda existe entre os gêneros apesar dos avanços políticos e jurídicos.

No segundo capítulo discutimos acerca dos temas: memória, poder/ resistência e violência. Explanamos acerca de como estes conceitos se relacionam. Discutimos sobre a questão da violência doméstica, apresentamos suas formas de manifestação, como esta passou a fazer parte da vida de nossas entrevistadas, e também a Lei Maria da Penha.

No terceiro capítulo apresentamos como a variável empoderamento se apresenta na literatura e qual é o seu papel na vida das pessoas. Discutimos sobre suas fases correlacionando com experiências de nossas entrevistadas. Mostramos como cada etapa foi se figurando como uma forma de resistência, e como a realidade delas foi mudando a partir desse movimento que elas conseguiram fazer.

Nas considerações finais reunimos as principais discussões traçadas ao longo do texto e apresentamos nossas principais observações: a mulher pode sair do ciclo da violência por meio do processo de empoderamento, que é lento, doloroso e bastante significativo. Que ao romper com a violência elas também tiveram de acabar com seus casamentos, constatação que refutou nossa terceira hipótese, e que hoje elas possuem uma percepção de mundo e sobre si avessa aos ideais e interesses dos valores patriarcais que ainda continua contaminando e destruindo muitas relações.

## 2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER EM UMA SOCIEDADE FORTEMENTE INFLUENCIADA PELA MEMÓRIA HERDADA DE VALORES PATRIARCAIS

### 2.1 Patriarcado e a construção social dos papéis de gênero

O ser que nasce de uma mulher ainda não é um ser social, apesar de estar apto a se tornar por meio dos estímulos do processo de socialização<sup>17</sup>. De acordo com Saffioti (1987, p. 10) “os seres humanos nascem machos ou fêmeas e através da educação que recebem se tornam homens e mulheres”, ou seja, macho e fêmea são palavras que mantêm ligação com o conceito de sexo - com aspectos biológicos das espécies (STREY, 1998), já os termos homem/mulher tem relação com os papéis sociais atribuídos a cada um destes sexos. Ainda sobre esta questão, segundo Saffioti (1987), Cunha (2007), Strey (1998, 2001) esta construção é academicamente chamada de gênero. Frente a estas explicações, podemos inferir que sexo e gênero<sup>18</sup> são conceitos distintos, mas facilmente confundíveis se lhes direcionarmos um olhar apressado.

Os machos e as fêmeas, socializados como homens e mulheres, respectivamente, possuem significativas desigualdades anatômicas, mas ambos são dotados dos mesmos atributos subjetivos: cognição, capacidade motora fina e ampla, atenção, memória, potencial de força, pensamento, expressão de afetividade positiva e/ou negativa, agressividade, imaginação, sociabilidade dentre outros. Em alguma medida todos nós os possuímos e o que determinará nossos escores são as particulares interações que os sujeitos estabelecem com a natureza, com as condições materiais e simbólicas da realidade, e também com os outros humanos. Graças a estas interações, os indivíduos internalizam atividades, comportamentos e signos culturalmente desenvolvidos que fazem o homem biológico transformar-se em ser social (VIGOTSKY, 1999). Frente a estas afirmações, podemos depreender que indivíduo e coletividade estabelecem íntima relação, se completam, mas não se confundem.

---

<sup>17</sup> “Modos como os indivíduos aprendem e recriam habilidades, conhecimentos, valores, motivos e papéis adequados à sua posição em um grupo ou em uma sociedade” (MICHENER; DELAMATER; MAYER, 2005, p. 63).

<sup>18</sup> “O vetor direciona-se, ao contrário, do social para os indivíduos que nascem. Tais indivíduos são transformados *através das relações de gênero*, em homens ou mulheres, cada uma destas categorias – identidades excluindo a outra. Obviamente, o sexo anatomicamente configurado (não se pode falar ainda de fisiologia) sugere, em termos estatísticos, a transformação de certos indivíduos em mulheres e outros em homens. O tornar-se mulher e o tornar-se homem, porém, constituem-se obra das relações de gênero. Tanto isso é verdadeiro que bebês de genitália masculina podem tornar-se mulheres, assim como bebês de genitália feminina podem tornar-se homens. Eis porque se insiste na direção do vetor: das relações de gênero para o sexo anatomicamente conformado” (SAFFIOTI, 1992, p.187).

A sociedade é um conjunto de homens e de mulheres, nas mais variadas etapas do desenvolvimento humanos realizando mútuas trocas a fim de se criar as condições de existência necessárias para que a vida humana possa se desenvolver, tais como: a produção de bens e serviços, a elaboração de conhecimentos, dos costumes, dos valores e de outros recursos. De acordo com Marx, estes feitos são logrados por meio do trabalho, ação que ele entende como qualquer “movimento [*corpóreo*]<sup>19</sup>, sobre a natureza externa a ele [*o ser humano*]<sup>19</sup>, e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 1985, p. 149). Essa atuação sobre a natureza é de fundamental relevância, porque [...] “é o trabalho que define a essência humana”. Isso implica em dizer que não é possível ao homem viver sem trabalhar. “Já que o homem não tem sua existência garantida pela natureza, sem agir sobre ela, transformando-a e adequando-a às suas necessidades, o homem perecerá” (SAVIANE, 2007, p. 154). Com base nesses pressupostos, concluímos que o trabalho constitui transformação da natureza e humanização do homem, e ao mesmo tempo é o agir humano sob as pressões da sobrevivência.

As demandas cotidianas são vastas e imediatas, por isso é imperativo que homens e mulheres desenvolvam determinadas tarefas para a sobrevivência da espécie. Para isso, é importante que estes se unam, pois é desse modo que surgem os elementos imprescindíveis para o bem comum. “O relacionamento social pressupõe que dois seres dependam mutuamente um do outro porque ambos são incompletos e ele nada mais faz que exteriorizar essa dependência mútua” (DURKHEIM, 1982, p.64). Ou seja, dentro da sociedade há uma divisão sexual do trabalho, e ainda para este autor, esta bifurcação é muito importante pois é ela que produz os efeitos morais que criam o sentimento de solidariedade entre duas pessoas ou mais e isso tem relevância maior do que os serviços econômicos. Logo, a divisão do trabalho não se origina sobre a questão econômica, apesar de também contribuir com esse propósito, mas sim para potencializar a emergência da vida em comunidade.

Nossas leituras revelaram que desde outrora, as relações sociais foram/são estruturadas sobre uma série de fatores materiais e simbólicos que organizam as interações, demarcam seus limites e estabelecem o que é coletivamente compartilhado. As sociedades mais antigas conhecidas como tradicionais, inicialmente surgiram como agrupamentos humanos que buscavam “dominar” a natureza para servir-se dela. Neste contexto, as características mais proeminentemente associadas às mulheres e aos homens – reprodução e cuidado para as

---

<sup>19</sup>Grifo meu.

primeiras, força e agressividade para os últimos – formaram os alicerces elementares daquela configuração social (SILVA, 2005).

De acordo com Gardey (2003), Kergoat (1986) até antes da modernidade, todas elas eram socializadas como tal por meio do aprendizado do que era considerado como trabalho de mulher, ou seja, através de “atividades próprias das mulheres e seus desdobramentos em termos de ofício: costura, assistência às crianças, saúde, manutenção da casa e produção doméstica” (GARDEY, 2003, p. 40). Considerando estas afirmações, depreendemos que as mulheres dessa época eram criadas para servir e operacionalizar tarefas<sup>20</sup> que produzissem conforto e cuidado para os homens porque até aquele momento somente as necessidades destes eram contempladas.

As leituras que realizamos acerca da socialização masculina nos mostraram que este fenômeno acontecia em vários espaços e através de atividades que estimulavam a força, a agressividade e a sociabilidade – atributos indispensáveis para um líder. Assim sendo, percebemos que a dinâmica política e social das sociedades tradicionais talhavam a mulher para o espaço doméstico e o homem para o espaço público. Frente a estas afirmações, podemos inferir que os lugares sociais direcionados aos homens e às mulheres são construções culturais e pelo que estudamos estas foram consolidadas através de “um regime de dominação – exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44) conhecido como patriarcado.

Patriarcado é “uma palavra que remete ao poder do pai”<sup>21</sup> (SAFFIOTI, 2004, p. 122) e pode ser considerado como um sistema que legitimou a violação dos direitos humanos das mulheres e por isso, durante séculos, elas foram violentadas, percebidas e tratadas como “objeto” de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e também procriadora de novas reprodutoras. “Diferentemente dos homens, como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores” (SAFFIOTI, 2004, p.105). Conseqüentemente, as mulheres na sociedade tradicional perderam autonomia sobre seus corpos e mentes, foram tidas como seres de

---

<sup>20</sup>A partir de Cunha (2007), Saffioti (1987) e outras é possível depreender que a categoria social mulheres se subdivide em dois grandes subgrupos: mulheres ricas x mulheres pobres. As primeiras eram as brancas abastadas, educadas desde tenra idade para serem as dedicadas mães/esposas - estas também sofriam nas mãos dos homens, mas de alguma forma os privilégios de classe as assistiam. As últimas eram as pobres negras e mulatas, seres moldados para o trabalho pesado e para servir aos homens e às patroas. Estes fatos explicitam os abismos inerentes às relações de gênero e os diferentes modos de subjugação feminina.

<sup>21</sup>Sobre esta questão, de acordo com Pateman, o “direito político origina-se no direito sexual ou conjugal. O direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal e não a fundamental. O poder de um homem enquanto pai é posterior ao exercício do direito patriarcal de um homem (marido) sobre uma mulher (esposa)” (PATEMAN, 1993, p. 18). Por isso as mulheres foram social e politicamente tolhidas desde o seu nascimento.

“natureza” inferior, logo, como seres incapazes, frágeis e inábeis para a vida pública (PATEMAN, 1993).

Com a implantação do patriarcado, o espaço doméstico, e tudo que lhe era inerente, inclusive as mulheres, foi socialmente negligenciado, entretanto, na mesma medida e em sentido inverso, o âmbito público e os homens foram exaltados. Sobre esta questão, Saffioti(1987, p. 11) comenta:

Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel *sempre* foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. Ao se afirmar que *sempre* e em todos os *lugares* as mulheres se ocupam do espaço doméstico, elimina-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos “*naturais*” destas funções. Tais papéis passam a se inscrever na “natureza feminina”. Desta forma, a ideologia cumpre uma das suas mais importantes finalidades, ou seja, a de mascarar a realidade.

Refletindo sobre as afirmações de Saffioti (1987), entendemos que o patriarcado, para resguardar interesses dos homens, induziu a sociedade a acreditar na existência de uma suposta “natureza de mulher” e de uma suposta “natureza de homem”, cujas principais características eram respectivamente submissão para a primeira e agressividade para a segunda. As sociedades perceberam estas discutíveis compreensões como dogmas e por isso orientaram seus comportamentos e percepções em congruência com o exposto.

Nesse sentido, compreendemos que gênero<sup>22</sup> e patriarcado estabelecem intimidade e articulação, mas os dois conceitos possuem características bem demarcadas. Conforme explicações de Saffioti (2004, p. 118-119), o “[...] gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto gênero compreende também relações igualitárias”. Ou seja, as relações patriarcais se dão em sentido unilateral e as de gênero não necessariamente. E comentando ainda sobre o patriarcado, Saffioti(1987, p.16) argumenta:

O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao julgo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subordinados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres, detêm poder a outras mulheres na relação amorosa.

---

<sup>22</sup>Gênero é um conceito aberto, ou seja, seu vetor de ação tanto pode ter origem em homens e consequências sobre mulheres, assim como o inverso (CUNHA, 2007, p. 33-34).



Estas afirmações deixam evidentes que a mulher, independentemente de sua classe social, credo, cor e religião sempre foi afligida pela perversidade dos valores patriarcais, como também pelas consequências negativas destes constructos simbólicos tanto de modo escancarado, ou seja, por meio das imperativas proibições quanto à possibilidade de fazer escolhas, de ir e vir quanto de modo sutil – conseguir incutir nas cabeças femininas, que elas próprias deveriam reproduzir e difundir a ideologia que as oprimiam. Sobre essa questão, Saffioti(2004, p. 102) comenta:

[...] Imbuídas da ideologia que dá cobertura ao *patriarcado*, as mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo.

Subsidiando-nos nestas asseverações, entendemos que as mulheres tanto sofriam quanto desferiam ações de dominação e de crueldades para com outras(os). Considerando o contexto que elas viviam, inferimos que muitas vezes elas não conseguiam reagir às agressões e humilhações do marido, do pai, do filho adulto, da sociedade e por isso sucumbiam. Entretanto, dentro do lar, investidas da autoridade de mãe e de “dona da casa”, não raramente foram perversas com agregadas (os) e filhas (os). Para o patriarcado isso era muito interessante, pois figurava como uma forma eficaz de garantir a sua perpetuação e de inibir possíveis enfrentamentos.

Saffioti(1987) afirma que a mulher não é cúmplice do patriarcado e para nós tal afirmação tem coerência, pois devido à existência desse regime de dominação-exploração, Saffioti (1987) afirma que todas as mulheres, inclusive as que eram assistidas pelos privilégios de classe, já nasciam fadadas a servir às necessidades, aos desejos e aos prazeres dos homens independentemente de sua vontade. Acreditamos que as mulheres não escolheram ser inferiorizadas, mas sim que elas foram amalgamadas a esta situação por circunstâncias alheias à sua vontade, e também pelo mesmo motivo, até o início do século XIX, elas não tinham à sua disposição recursos emocionais, sociais e políticos suficientemente potentes para mobilizar resistências e insatisfações que pudessem retirá-las deste lugar social.

Atualmente as sociedades ocidentais não se orientam mais pelos ditames do regime patriarcal e seguindo o fio da história notaremos como e a partir de quando esse sistema foi deslegitimado e substituído pelas regras do contrato civil da modernidade. Entretanto, devido à funcionalidade e privilégios que o patriarcado concedeu aos homens, entendemos o porquê de as sociedades os privilegiarem em detrimento das mulheres, também o porquê de os

valores patriarcais terem sido preservados em uma memória. Acreditamos que devido a fatos como estes os papéis de gênero e as relações entre estes foram e ainda são fortemente influenciados pelas construções simbólicas depreciativas que o patriarcado elaborou e desferiu contra as mulheres. E as seguintes construções de Fentress; Wickham(1992) corroboram com o exposto, pois segundo eles: “olhando a memória social como expressão da experiência coletiva: a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 41). Ou seja, a memória do patriarcado dá sentido ao grupo dos homens e suporte para as atuais e futuras intenções masculinas de continuarem sendo servidos pelas mulheres.

Para melhor nos explicarmos, discorreremos sobre as transformações e permanências sociais que foram acontecendo ao longo da evolução dos tempos e como elas afetaram a vida das mulheres.

## 2.2 Descompasso social: rápido desenvolvimento econômico versus lentas elaborações culturais

Com base nos escritos históricos, as configurações mais remotas de sociedade foram denominadas de tradicionais, e também que estas se orientavam sobre o imperativo do regime patriarcal. Logo, para se atender às necessidades desta forma de se organizar, as relações institucionais e interpessoais daquela época possuíam características bem próprias. Sobre este momento histórico Silva (2005, p. 65) comenta:

[...] Não havia do ponto de vista econômico, uma separação precisa entre a vida profissional e a vida familiar, ou seja, não era fora do âmbito familiar que se aprendia um ofício e que o próprio trabalho se desenvolvia. A função da família na relação economia - sociedade era completamente diferente, pois não havia uma distinção tão evidente entre a forma de reprodução econômica e a forma de reprodução social. Uma estava diretamente implicada na outra.

E ainda sobre este contexto, de acordo com Pateman (1993), as pessoas que habitavam este lugar - a propriedade - formavam a família patriarcal. Esta “[...] incluía os empregados e os escravos (não era a “família” composta por marido, esposa, filhos) e o chefe da casa não controlava o trabalho dos seus empregados, como o capitalista” (PATEMAN, 1993, p. 61). Nas palavras de Corrêa (1994, p. 15), era “um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituíam no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, é um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais.” Subsidiando-nos nestas

afirmações, inferimos que as famílias tinham uma funcionalidade pragmática útil para suprir as demandas da subsistência, e talvez por isso os vínculos interpessoais fossem tão frágeis – fato que favorece o descarte daqueles que não se adaptavam às exigências patriarcais.

Pelo que Pateman(1993) e Corrêa (1994) nos apresentam sobre família patriarcal, podemos perceber que esta configuração se estrutura em um arranjo bem mais abrangente do que marido, esposa e filhos. Envolve laços afetivos entre estes e entre estes com os agregados. Dentre desta configuração, direcionamos nosso olhar para a relação conjugal, e sobre esta Giddens (1993, p.49) afirma:

Na Europa pré-moderna, a maior parte dos casamentos eram contraídos, não sobre o alicerce da atração sexual mútua, mas o da situação econômica. Entre os pobres, o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário. Era improvável que uma vida caracterizada pelo trabalho árduo e contínuo conduzisse à paixão sexual.

Frente a estas considerações, podemos inferir que a organização social daquela época era regida basicamente pelo imperativo financeiro e pelos costumes e dentre estes destacamos o de se considerar o casamento como um negócio, pois ainda de acordo com escritos deste autor, o enlace matrimonial era acertado pelos pais dos nubentes e para evitar que uma das partes tivesse prejuízo financeiros os(as) “candidatos(as)” tinham de ser oriundos(as) da mesma classe social. As sociedades tradicionais cultivavam uma série de costumes, e dentre estes, dois nos chamaram especial atenção pelo fato de ferirem a dignidade humana da mulher com mais assertividade, são eles: o da *prima núpcia*<sup>23</sup> e o do *dote*<sup>24</sup>.

Comentando ainda sobre a questão dos costumes e sobre a época que estamos analisando Hobsbawm(1984, p. 10) afirma:

[...] Nas sociedades tradicionais, [os costumes]<sup>25</sup> tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história.

Embasadas nestas definições, entendemos que o costume admite certa maleabilidade, apesar de se figurar como o hábito de se orientar por referências e experiências de momentos

<sup>23</sup>A moça passava a noite de núpcias com o nobre dono da região onde ela morava. No outro dia o lençol que o casal se deitou era exposto em lugar público e as pessoas o esperavam ver sujo de sangue.

<sup>24</sup>Certa quantia de moedas ou de bens paga ao genro pelo pai da noiva.

<sup>25</sup>Grifo meu.

anteriores dentro de um contínuo - passagem do tempo - que se transforma a todo instante. Por isso, o costume “não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum ou consuetudinário ainda exhibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado” (HOBSBAWM, 1984, p. 10). Desse modo o autor mostra que a tradição<sup>26</sup> está a serviço do costume, pois é ela que realiza a repetição do valor e/ou da regra que está contida neste. O “conteúdo” do costume é fornecido pela tradição. Logo, “a decadência do “costume” inevitavelmente modifica a “tradição” à qual ele geralmente está associado” (HOBSBAWM, 1984, p. 10).

Repetição dentro de um contexto nos sugere pensar em rotina, entretanto, ainda para Hobsbawm(1984, p. 11), tradição e rotina são conceitos que não se sobrepõe e por isso,

É necessário estabelecer uma segunda diferença, menos importante, entre a “tradição” no sentido a que nos referimos e a convenção ou rotina, que não possui nenhuma função simbólica nem ritual importante, embora possa adquiri-la eventualmente. É natural que qualquer prática social que tenha de ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume. Isto é válido tanto para práticas sem precedente (como o trabalho de um piloto de avião) como para as práticas já bastante conhecidas.

Ou seja, a tradição não é sinônima de rotina, pois aquela tem um conteúdo ideológico a transmitir, “um compromisso a honrar”, entretanto, como é de sua conveniência, serve-se da rotina para lograr tal fim. As tradições não meramente repetem diuturnamente seus conteúdos e valores, na verdade elas os reificam no plano simbólico para assim orientar a recorrência dos costumes que interessam à ideologia dos grupos dominantes. Acreditamos que este raciocínio tem pertinência, principalmente quando o relacionamos com muitas atrocidades e violências que foram perpetradas contra seres humanos a fim de se manter o poder hegemônico de determinadas classes e categorias sociais sobre outras, como exemplo, citamos a subjugação das mulheres pelos homens.

Como já apresentamos no início do capítulo, a sociedade se estrutura e se desenvolve tanto por meio das contribuições do trabalho da mulher, quanto do trabalho do homem. Relembrando Durkheim (1982), o relacionamento social pressupõe dependência mútua, logo, é por meio da complementariedade entre as partes que a espécie humana e o bem comum se

---

<sup>26</sup>“É utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo - às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez” (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

perpetuarão. Frente a estes fatos, nos intrigamos com a necessidade patriarcal de ser tão perverso com as mulheres, pois sem a participação delas a organização da vida em sociedade ficará comprometida. Mas infelizmente tais elaborações culturais foram fatos e devido a isso as mulheres foram colocadas numa situação de subjugação e de inferioridade tão acentuadas, que até hoje – num contexto completamente diferente – ainda sentimos a herança dos valores patriarcais que sabotam os direitos femininos que com muita lutas foram adquiridos.

O nosso atual contexto é diferente porque a partir de um determinado ponto da história, lá por volta do final do século XVIII, as relações comerciais já estavam bem desenvolvidas, o contingente populacional já era bem maior e por isso as demandas sociais, educacionais, de saúde e sanitárias foram surgindo e como não estavam sendo supridas acarretaram problemas sociais complexos. Devido a este fato, somente o “empenho da palavra” e o costume de agir de determinada maneira não mais conseguia dirimi-los e/ou evitá-los e por isso as sociedades tiveram de reformular suas configurações, criar leis e um sistema judiciário para direcionar a vida em sociedade. Assim sendo, os costumes passaram a ser fontes secundárias de solidariedade e o direito, ao contrário, reproduziu tudo que é essencial (DURKHEIM, 1982). Também devido a estes novos fatores o mundo presenciou a emergência da Revolução Industrial, fenômeno que segundo Silva (2005) e Cox (1985) se figurou como a principal responsável pela transição de modelos de sociedade – da tradicional para a moderna.

A Revolução Industrial desencadeou um novo jeito de se viver, de se relacionar, e principalmente, de se fazer comércio e estas novas necessidades não podiam ser negligenciadas e devido a isso,

[...] As relações contratuais interpessoais substituíram a sujeição antiga e personalizada do *status* ou do patriarcado. Ou, dizendo de uma maneira um pouco diferente, o patriarcado foi substituído pelas relações civis contratuais capitalistas; as relações econômicas do capitalismo e as relações patriarcais são incompatíveis (PATEMAN, 1993, p. 61).

Entendemos que o patriarcado não se compatibilizava com a industrialização nem com o capitalismo porque estes fenômenos exigiam novas percepções sociais e trabalhistas, expansão de fronteiras, disposição para assumir grandes riscos e de muita mão de obra barata. Nesse novo momento, não importava de quem era a mão de obra, o importante era que esta aceitasse ser mal remunerada pelo trabalho que ia desenvolver. Faz-se pertinente ratificar que o que sucumbiu foi o sistema patriarcal, mas não os valores patriarcais. Como veremos mais adiante, o *modus vivendi* das sociedades ocidentais sofreram profundas transformações, mas a

cultura e a percepção social acerca do jeito de se tratar a mulher não acompanhou o ritmo dos avanços.

Isso significa dizer que neste novo momento os costumes não eram mais os referenciais balizadores da sociedade, entretanto, nem todas as tradições do modelo anterior de sociedade foram desprezadas, na verdade, estas funcionaram como âncora para as tradições que estavam sendo inventadas. E segundo Hobsbawm(1984, p. 12-13), tal inferência tem pertinência, porque

Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a “invenção” de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. [...] De maneira geral, é isso que acontece, mas é preciso que se evite pensar que formas mais antigas de estrutura de comunidade e autoridade e, conseqüentemente, as tradições a elas associadas, eram rígidas e se tornaram rapidamente obsoletas; e também que as “novas” tradições surgiram simplesmente, por causa da incapacidade de utilizar ou adaptar as tradições velhas.

Houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. Instituições antigas, com funções estabelecidas, referências ao passado e linguagens e práticas rituais podem sentir necessidade de fazer tal adaptação

Tais declarações revelam que grupos e/ou instituições utilizam-se de modelos e práticas do passado como base para se construir o presente. Entendemos que estes assim procedem porque precisam continuar estabelecendo coesão e unidade tanto com os membros que os integram quanto com a funcionalidade social que estes conseguiram obter dentro das sociedades. Desse modo os interessados das instituições, dos grupos e das categorias hegemônicas continuam sendo dominantes.

Para melhor entendermos como a tradição de subjugar a mulher se adaptou neste novo contexto, nos atentemos às alterações que advieram junto com a modernidade e para as sutis permanências que se conformaram a esta. Assim sendo, começemos nossa análise a partir das observações de Silva(2005, p. 65):

[...] Com o advento da Revolução Industrial, a família deixa de se constituir no principal meio de reprodução da atividade econômica, perdendo, conseqüentemente, também as funções que desempenhava na própria regulação do meio social. Na família tradicional, por exemplo, educação e ofício encontravam-se mesclados e

eram regulados no próprio interior da família. Na família moderna, estas funções tornaram-se alheias à família e passaram a ser reguladas respectivamente pela escola e mercado.

Ou seja, com o advento da modernidade o âmbito público foi separado do privado, logo, o espaço produtivo passou a ser separado do reprodutivo e devido a esta macro divisão, as relações internas em cada um destes âmbitos passaram a adotar configuração e aparência até então inimaginável. A fim de melhor entender o exposto, tratamos primeiramente dos principais rearranjos que ocorreram no âmbito privado, e a seguir dos que se deram no âmbito público e no espaço produtivo. Ao final, a nossa reflexão recai sobre como tudo isso reverberou na vida das mulheres.

Nos tempos modernos a riqueza deixou de ser transmitida por herança inter geracional e passou a ser obtida por meio do comércio bem sucedido. Devido a este fato, a percepção social sobre casamento, família e sentimentos foi afetada e para acomodar estes novos paradigmas, o ambiente físico doméstico também foi reformulado, ou melhor, compartimentado, segundo Àries (1981).

De acordo com Giddens (1993), a partir do século XVIII começou a aparecer um fenômeno entre os casais que ele denominou de Amor Romântico. Sobre essa forma de amor ele escreve: “[...] o amor rompe com a sexualidade, embora a abarque; a “virtude” começa a assumir um novo sentido para ambos os sexos, não mais significando apenas inocência, mas qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como “especial””(GIDDENS, 1993, p. 51). Ou seja, os casais passaram a se unir por afeto, para construir uma relação duradoura<sup>27</sup>, logo, o matrimônio não mais era motivado somente por questões econômicas, e nem só para se vivenciar o Amor Paixão - uma conexão genérica entre amor e sexo que se embasa numa idealização temporária do outro porque o envolvimento afetivo é fugaz e superficial (GIDDENS, 1993) -, mas sim para se alcançar realização pessoal em uma vida a dois, e também para formar família. Neste novo momento, esta era muito valorizada, pois passou a ser a célula basilar da sociedade. Ou seja, segundo Del Priore (2005) a partir do século XVIII as pessoas passaram a escolher seus parceiros por afinidade, porém a infidelidade conjugal e o tratamento ríspido por parte dos maridos para com suas esposas ainda era socialmente autorizado. Estes dizem também que traição por parte da esposa nunca foi aceita.

A nosso ver, estes fatos bem exemplificam como os valores patriarcais se adaptaram aos novos tempos - de como eles inventaram novas tradições. O exposto nos permite compreender que os homens continuavam autorizados a afirmar sua masculinidade por meio

---

<sup>27</sup>Ideais de amor intimamente relacionados aos valores morais da cristandade (GIDDENS, 1993, p. 51).

de comportamentos promíscuos, mas as esposas não precisavam saber – e se viessem a descobrir era melhor fingir não ter conhecimento. As leituras nos permitem depreender que tal comportamento era muito praticado e que para os homens, expressar tais ações tinha um significado – demonstrar para a sociedade que eles eram autênticos machos, logo, que estavam aptos para as funções sociais.

De acordo com Szymansk (1997), foi também neste momento que a família moderna ou família nuclear burguesa surgiu, ou seja, “[...] pai, mãe e algumas crianças vivendo numa casa” (SZYMANSK, 1997, p. 25). Este modelo de família proporcionou proximidade e intimidade entre estas pessoas e devido a este fato, as mulheres passaram a melhor controlar os filhos, como também perceber o quão vulnerável eles eram GIDDENS (1993). Assim sendo, acreditamos que foi a partir deste momento histórico e através desses reconhecimentos que a concepção de maternidade que hoje compartilhamos foi incorporado como um dos papéis da mulher na sociedade.

Àries (1981) afirma que devido ao estreitamento dos espaços e das relações os entes de uma residência passaram a cultivar cuidados e a perceber necessidades e carências dos infantes, ou seja, os pais passaram a se preocupar com os filhos, a vigiá-los de perto, a querer

[...] Ficar mais perto deles e não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de uma outra família. A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças do sentimento de família e do sentimento de infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança (ÀRIES, 1981, p. 232).

Assim sendo, algumas debilidades afetivas começaram a ser superadas e melhoradas em alguns aspectos, principalmente com relação à criança. Entendemos que o reconhecimento da humanidade dos infantes foi algo muito salutar e que o surgimento do sentimento de família também, mas não nos iludamos, mesmo frente a estes fatos e avanços, as relações entre homens e mulheres continuavam verticalizada e por isso elas ainda os assistiam como se eles fossem os patriarcas de outros tempos. Considerando ainda este contexto e os escritos deste autor, a hierarquia entre homens e mulheres era análoga a dos meninos perante as meninas na sociedade. Vejamos como Àries(1981, p. 231) apresenta esta questão:

[...] Com exceção de algumas [crianças]<sup>28</sup>, que eram enviadas às “pequenas escolas” ou a conventos, a maioria era educada em casa, ou também na casa de outras pessoas, uma parenta ou vizinha. A extensão da escolaridade às meninas não se difundiria antes do século XVIII e início do século XIX. Esforços como os de Mme de Maintenon e de Fénelon teriam um valor

---

<sup>28</sup>Grifo meu.



exemplar. Durante muito tempo, as meninas seriam educadas pela prática e pelo costume, mais do que pela escola, e muitas vezes em casas alheias.

Tais afirmativas evidenciam que a mulher já sabia qual era o seu lugar social desde tenra idade e pelo que Àries(1981) explica, na sociedade moderna, não só o gênero feminino era discriminado, mas também os pobres, pois culturalmente, o lugar de ambos era à margem da sociedade. Isso significa dizer que alguns grupos de mulheres eram duplamente ofendidas, entretanto, não devemos imaginar que as mulheres abastadas não sofriam violências, preconceitos e discriminações, mas sim, que devido aos privilégios de classe que as assistiam, os aviltamentos à sua dignidade humana se davam de modos diferentes.

Neste novo momento histórico o capitalismo se consolidou e por isso as atenções foram centradas mais nos assuntos de rendimentos econômicos do que nos desejos voluntariosos dos homens, entretanto, como a sociedade ainda era centrada no ponto de vista masculino essa questão nunca deixou de ser negligenciada, e também por isso os valores patriarcais continuaram permeando as relações de gênero e autorizando os homens a continuarem subjugando e explorando as mulheres nos mais diversos espaços e instituições que se consolidaram na modernidade. Devido às características desse novo tempo as mulheres pobres foram recepcionadas nos ambientes produtivos. Contudo, faz-se pertinente destacar que tal fenômeno não aconteceu porque esse modo de produção reconheceu a dignidade humana das mulheres, ou porque estava se comprometendo com a causa delas, mas sim, porque as fábricas precisavam da mão de obra barata delas para se manterem competitivas no mercado.

[...] A noção de “ofício feminino” que surge no fim do século XIX define-se especificamente em torno das profissões que prolongam as tarefas “naturais” ou maternas das mulheres – enfermeiras, professoras primárias, parteiras etc – e as limita ao reconhecimento dessas qualificações. A operária, mesmo qualificada, não poderia ter um ofício. Os ofícios femininos não eram claramente definidos como profissões (GARDEY, 2003, p. 48).

Entendemos que a autora escolheu utilizar a palavra “ofício” em detrimento de “profissões” para evidenciar que apesar de elas estarem se entrosando com o âmbito público, a sociedade, e, sobretudo os homens, ainda faziam questão de ratificar que o lugar delas era em casa. Analisando esta realidade, inferimos que mesmo às avessas tal fato se apresentou como uma oportunidade para as mulheres mostrarem à sociedade que elas podiam ser mais do que mães e esposas, e também que tal oportunidade significou um avanço, pois até aquele momento histórico nunca se tinha visto isto. Mas como o imperativo dos valores patriarcais ainda marcavam fortemente as relações entre os gêneros, também nestes espaços as mulheres foram brutalmente vitimadas.

No que se refere às dificuldades interpostas às mulheres no mercado de trabalho, Gardey (2003) e Kergoat (1986) destacam que elas só podiam desempenhar funções que tinham ligação com as tarefas aprendidas ao se socializarem como mulheres – lavar, passar, costurar e outras. E também por este motivo, de acordo com Kergoat (1986) elas não recebiam treinamentos para as atividades que desenvolviam na produção, pois os burgueses entendiam que elas já os receberam em casa. Ainda sobre esta questão, Scott (1992), Shoiet (1997) e outras historiadoras, as mulheres recebiam salários inferiores aos dos homens, trabalhavam dezesseis horas por dia e não raramente foram sexualmente vitimadas por chefes e/ou colegas de trabalho.

Segundo Scott, devido a esta situação de indignidade e a todos os boicotes que a sociedade machista vinha interpondo às mulheres, por volta de meados do século XIX as mulheres se uniram e organizaram o movimento feminista, uma “identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e mentes” (SCOTT, 1992, p. 67-68). Para Pateman (1993), o objetivo do movimento feminista era reivindicar a liberdade civil das mulheres enquanto mulheres e não como meros reflexos dos homens. Isso demonstra que as mulheres não queriam o lugar dos homens, nem ser homens, mas, serem tão respeitáveis quanto eles. As mulheres estavam exigindo o reconhecimento da dignidade humana delas e para isso acontecer os valores patriarcais e as expressões machistas precisavam diminuir e/ou inexistir, pois elas se reconheceram como pessoas e estavam exigindo que todos também o fizessem.

De acordo com Louro (2001) o movimento feminista que ocorreu nesta época foi chamado de “Sufragismo” ou de a primeira onda do feminismo e foi um

Movimento voltado para estender o direito de voto às mulheres. [...] Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação do movimento (LOURO, 2001, p. 15).

O movimento feminista foi algo importantíssimo para a categoria social mulher, pois foi através dele que as mulheres conseguiram ter alguns de seus direitos reconhecidos e por conta da opressão de gênero aqui já apresentada, as conquistas logradas se deram em meio a um longo processo de luta, que além de cansativo foi marcado por muitos massacres, como

exemplo, destacamos o ocorrido em 8 de março de 1857<sup>29</sup>. Como citou Louro, depois de tantas batalhas, o movimento feminista se acomodou, mas tal fato não deve ser entendido como apatia, mas sim um tipo de “adormecimento”, porque ainda de acordo com esta autora, neste interstício, o movimento feminista estava se rearticulando e gestando seus protestos para levá-los às mais diversas partes do mundo. Por isso ter acontecido, na década de 1960 ocorreu a emergência da “segunda onda” feminista, cujo ápice foi o ano de 1968, mas dessa vez com uma peculiaridade: as preocupações sociais e políticas se voltaram para construções teóricas acerca da questão de gênero (LOURO, 2001).

Devido às manifestações e reflexões promovidas pelas feministas no final de século XX, associadas ao intenso desenvolvimento científico, cultural e das cidades, as mulheres ganharam visibilidade, consentimento social para trabalhar nos variados cargos e setores e passaram a ser constitucionalmente tuteladas, entretanto, no seu dia a dia elas sofriam abusos e violências porque a cultura machista reatualizava um passado obsoleto. Frente a esta situação, na tentativa de fazer “cair por terra” os obstáculos que socialmente ainda lhes eram impostos, nos anos de 1970 as mulheres foram incentivadas a se intelectualizarem nas instituições de nível superior e assim elas fizeram. Entretanto, ao frequentar as universidades, logo perceberam que a subjugação feminina não ia deixar de acontecer só porque elas estavam ocupando aqueles espaços e esta constatação ao invés de desestimulá-las as fez persistir lutando por respeito e dignidade (SCOTT, 1992).

Ainda segundo esta autora, foi dentro do espaço acadêmico que as feministas perceberam que as mulheres precisavam ocupar a profissão de historiadora para corrigir injustiças históricas. Desse modo, uma

Nova identidade coletiva das mulheres na academia anunciava uma experiência compartilhada de discriminação baseada na diferenciação sexual e também admitia que as historiadoras, como um grupo, tinham necessidades e interesses particulares que não poderiam ser subordinados à categoria geral dos historiadores. Sugerindo que as historiadoras eram diferentes dos historiadores, e que seu sexo influenciava suas oportunidades profissionais, as feministas disputavam os termos universais e

---

<sup>29</sup> Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas numa fábrica de tecido dos EUA por estarem protestando por melhores condições de trabalho, tais como: redução na carga horária diária de trabalho de dezesseis para dez horas, equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. Em 1910, na conferência da Dinamarca esta data foi eleita como o “Dia Internacional das Mulheres” para homenagear as que morreram neste episódio. Informação disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/dia\\_internacional\\_da\\_mulher.htm](http://www.suapesquisa.com/dia_internacional_da_mulher.htm)>. Acesso: 24/07/2014

unitários que em geral designavam os profissionais e lançavam a acusação de que eles haviam “politizado” previamente organizações não-políticas (SCOTT,1992, p. 69-70).

Em outras palavras, as historiadoras acusaram os historiadores homens de terem deturpado a história em favor da categoria social deles, pois segundo elas, estes negaram e omitiram a contribuição e a participação feminina nos registros oficiais. Entendemos que estas acusações são muito sérias, pois elas denunciam que uma ciência foi corrompida, mas pelo que nossas leituras nos mostraram, diversas historiadoras corroboram com essa tese e ainda problematizam a polêmica que dela emerge. Vejamos como isso acontece lendo as declarações de Sohiet(1997, p 271).

[...] Esse argumento<sup>30</sup> provocou uma réplica do historiador J.M. Hexter, para quem a ausência das mulheres devesse ao fato de elas não terem participado dos grandes acontecimentos políticos e sociais. Simone de Beauvoir em sua pioneira obra, *O segundo sexo*, assume postura similar a de Hexter, ao argumentar que a mulher, ao viver em função do outro, não tem projeto de vida próprio; atuando a serviço do patriarcado, sujeitando-se ao protagonista e agente da história: o homem.

Considerando todo o exposto para refletirmos sobre as afirmações do historiador Hexter, entendemos que as mulheres não participaram dos “grandes acontecimentos políticos e sociais” e também não “construíram seus projetos de vida” porque até pouco antes da revolução promovida pelo movimento feminista elas não tinham autorização social nem autonomia para fazer o que desejassem, mas sim o que lhes era autorizado a fazer. Isso exhibe que as mulheres não escolheram ser inferiorizadas, mas sim que elas foram amalgamadas a esta situação por circunstâncias alheias a sua vontade, e estas eram tão imperativas que as impediam de mobilizar recursos suficientemente potentes para lhes tirar daquela situação.

Destacamos que as pesquisas realizadas pelas historiadoras feministas foram/são valiosíssimas para a humanidade e também para a categoria social mulher, pois como bem salienta Scott (1992), estes estudos acompanharam “as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão do limite da história. [...] As mulheres estão ao mesmo tempo adicionando à história e provocam sua reescrita; elas proporcionam algo extra e são necessárias à complementação” (SCOTT, 1992 p.75-76). Logo sem estas contribuições as “verdades” não seriam autênticas.

Saffioti (2004) exalta o trabalho das historiadoras feministas porque estes

---

<sup>30</sup>O de que historiadores suprimiram a participação feminina dos registros históricos.

[...] Além de *empoderar*<sup>31</sup> a *categoria mulher*, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do *caráter histórico do patriarcado*. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da *dominação masculina* para que se compreenda e se dimensione adequadamente o *patriarcado*. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. Primeiro porque este *constructo mental* pode, sim, apreender a *historicidade do patriarcado* como fenômeno social que é, além do fato de o conceito ser heurístico. Segundo, porque na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social. Isto equivale a afirmar que por trás dessa crítica esconde-se a presunção de que todas as sociedades do passado remoto, do passado mais próximo e do momento atual comportaram/comportam a subordinação das mulheres aos homens (SAFFIOTI, 2004, p. 104).

Ou seja, já que os papéis de gênero da mulher e a subjugação que lhe foi imposta são fenômenos culturalmente construídos, a qualquer momento tais constructos simbólicos podem ser revisados e até desconstruídos, porém tal feito não se dará de modo espontâneo, mas sim por meio de muitos questionamentos, principalmente por parte das maiores interessadas. Analisando o exposto, entendemos que passos nesse sentido já foram dados e por isso elas já estão se empoderando<sup>32</sup> como categoria social e conseqüentemente como indivíduos, ou vice versa, por meio das ações e do legado deixado pelos movimentos feministas. A partir de então eles continuam avançando nesse processo, apesar de o machismo, ainda hoje, conseguir lhes imputar muitas discriminações e violências porque os gêneros ainda estão sendo educados sobre esta referência.

Considerado o que apresentamos até aqui, percebemos que as evoluções culturais e simbólicas não se deram com a mesma celeridade das transformações urbanas e econômicas, e pelo que discutimos, acreditamos que esse entrave está relacionado com os valores patriarcais que o sistema patriarcal deixou como herança para a humanidade, mais especificamente, para a identidade da categoria social homem. Devido a isso, velhas expressões de desprezo e de desrespeito que a sociedade tradicional criou e imputou às mulheres continuaram se reatualizando por entre as gerações dos tempos modernos e contemporâneos. Assim sendo, entendemos que de alguma forma o passado está se fazendo presente e ainda referenciando comportamentos na atualidade, e devido a esta peculiaridade esta questão estabelece relação com a memória, como explicam Fentress; Wickhan( 1992, p. 39)

<sup>31</sup>“Empowerment” ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal. Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e de mandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais” (GONH, 2004, p.23).

<sup>32</sup>Tema que será melhor discutido no capítulo 3.

[...] A nossa experiência do presente fica portanto inscrita na experiência do passado. A memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, neste sentido, um com o outro. Temos confiança neste tipo de memória porque é continuamente testada na vida quotidiana. Esta testagem também revela frequentemente incoerências; quando isso sucede, porém, habitualmente não temos dificuldade em confabular uma razão.

O tema da memória na área das ciências sociais foi inaugurado por Halbwachs (1992), e esta emergência tem grande relevância porque proporcionou uma nova maneira de compreender a realidade. Ainda para este autor, a memória é coletiva apesar de parecer ser individual, pois “é na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias” (HALBWACHS, 1992, p.38).

Este autor afirma também que a memória é do presente, é dinâmica e múltipla – pois cada grupo tem a sua memória -, é “uma corrente de pensamento contínuo”, que “retém do passado o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. A memória “apresenta ao grupo um quadro de si mesma que se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconheça nessas imagens” (HALBWACHS, 2006, p. 100-103). Halbwachs (2006), Peralta (2007), Fentress; Wickhan (1992), Le Goff (1994), Pollak (1992) e outros apresentam a memória como um fenômeno multimodal e múltiplo que se utiliza das mais diversas expressões de linguagem para se materializar no cotidiano. De acordo com Pollak (1992) a memória é construída por diferentes elementos – pessoas, acontecimentos, lugares – e é mobilizada pelo fenômeno da projeção e da transferência de um momento em outro.

Pensando a questão da memória em relação à violência contra a mulher, em especial a doméstica na relação conjugal, o passado patriarcal continuou sendo projetado no presente em meio à evolução dos tempos. Para ilustrar estas afirmações destacamos um fato que já discutimos – a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Quando isso aconteceu, elas não ocuparam quaisquer cargos, mas sim só os que mantinham ligação com os afazeres domésticos. Ou seja, a compreensão da sociedade patriarcal de que a mulher pertence ao âmbito doméstico foi projetada naquele novo contexto a fim de ratificar o lugar social de cada um dos gêneros. Estas restrições imputadas às mulheres demonstram uma ligação entre passado e presente em meio a evolução dos tempos – características obsoletas de um momento foram projetadas em outro.

Ainda segundo Pollak (1992, p. 5), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um

fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Analisando estas afirmações e pensando-as com relação á masculinidade, inferimos que os valores patriarcais se incorporaram à identidade da categoria social homem com tamanha idiosincrasia que passou a defini-los. Frente a estas inferências, entendemos que os valores patriarcais se ancoram na identidade do grupo dos homens e por isso estes continuam coesos e firmes com o propósito de fazer as suas vontades e necessidades se sobreporem às das mulheres entre as gerações mesmo em meio às alterações de paradigmas, leis e costumes.

Ainda sobre a questão da memória, para Pollak( 1992, p.4),

Memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. [...] a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é *um fenômeno construído*.

Ou seja, cotidianamente a memória, no caso a herdada dos valores patriarcais, vem se utilizando dos elementos do nosso atual contexto para exaltar a identidade e feitos masculinos em detrimento da liberdade e da dignidade das mulheres. E como bem pudemos notar, o machismo, por meio das mais variadas formas de linguagem vêm desempenhando este papel e reprojutando no presente ideias obsoletas de que as mulheres são seres inferiores e inerentes ao ambiente doméstico.

Até aqui falamos da mulher em um panorama geral e para enriquecer as discussões acerca da construção social da mulher e para melhor percebermos a atuação da memória herdada do patriarcado vejamos como se deram e como se dão as relações da mulher na sociedade brasileira.

### 2.3 A mulher no Brasil: passado e presente ligados pela memória

Junto com as caravelas, também veio para o Brasil o sistema patriarcal: conjunto de regras e valores que autorizava os homens a subjugar e dominar as mulheres tanto pela força quanto pela persuasão a fim de fazê-las cooperar e servir às necessidades da “supremacia” masculina. Assim sendo, a cultura, o cotidiano e a percepção de mundo dos(as) brasileiros(as) desde a origem deste país foi orientada por este referencial e devido à força e expressividade dessa forma de pensar, mesmo depois da Proclamação da República - fato que propiciou a

emergência de profundas transformações sociais e políticas, inclusive para as mulheres<sup>33</sup> - o legado patriarcal não abandonou esta terra e ainda continua se perpetuando entre as gerações.

Estudando o processo de colonização do Brasil e o modo como os fatos sociais, políticos e econômicos se processaram neste país, percebemos que Portugal nunca teve a intenção de emancipar esta terra, pois esta lhe era útil como celeiro e refúgio. Entretanto, devido às mudanças econômicas e políticas que aconteceram em nível global, a Metrópole teve de permitir a Independência do Brasil e graças a isso este território foi lentamente se estruturando e ganhando uma identidade nacional. Este fato propiciou transformações tanto nos aspectos sociais, políticos, econômicos quanto nas relações de convivência diária das pessoas nos mais diferentes espaços.

Falando mais diretamente sobre o contexto interno, mais especificamente, à condição da mulher na sociedade brasileira, podemos afirmar que o progresso, as oportunidades, os direitos e os benefícios que emergiram das transformações sociais demoraram em lhes assistir e pelo que a história nos mostra, isso aconteceu porque a sociedade resistiu, e ainda resiste a se desapegar dos violentos e preconceituosos valores patriarcais. Para discorrermos sobre este fenômeno com um pouco mais de propriedade, analisamos a situação da mulher brasileira ao longo dos séculos.

Devido à forma como o Brasil foi utilizado por Portugal, historiadores afirmam que esta terra foi uma colônia de exploração, ou seja, como um lugar para se desbravar e retirar o que se desejava sem pedir licença aos já residentes, no caso, aos índios. Para lograr tal feito não bastava ter a posse, era preciso povoá-la e marcá-la com a ideologia e características que o colonizador queria. Para isso acontecer, era necessário que o contingente populacional aumentasse. Para se alcançar também este intuito, segundo Del Priore (2005), mulheres brancas foram trazidas de Portugal e mulheres negras da África. Sobre a condição da mulher brasileira<sup>34</sup> durante a subordinação do Brasil ao país de Algarves Magalhães ( 2001, p. 74) comenta:

[...] A condição das mulheres variava em função da classe social. As índias, tidas pelos portugueses como selvagens, foram catequisadas e transformadas em esposas,

---

<sup>33</sup>“A Proclamação da República pode ser vista como o momento a partir do qual os novos modelos femininos passaram a ser mais reforçados. Esse período promoveu intensas transformações e remanejamentos nas elites que vinham se configurando no decorrer do século XIX. Muitas das imagens idealizadas das mulheres sofreram mudanças e intensificações por conta das transformações que se operaram com a proclamação da República” (D’INACIO, 1997, p. 291).

<sup>34</sup>Assim consideramos as que nasceram nesta terra e/ou foram trazidas da África e da Europa para aqui morar e trabalhar independentemente de sua vontade.



concubinas e empregadas domésticas. Aproveitadas em sua capacidade reprodutora, perderam “paulatinamente sua capacidade erótica nesta função sexual-reprodutora separada do prazer.” (TELES, 1993, p. 17) As negras, que eram minoria no tráfico negreiro, ao chegarem aqui, foram separadas de seus parentes e esposos e escravizadas tanto no trabalho da lavoura como no trabalho doméstico. A mulher negra era “usada como instrumento de prazer sexual do seu senhor, podendo até ser alugada a outros senhores” (TELES, 1993, p. 20) As mulheres pertencentes à classe social mais baixa, mesmo quando submetidas a trabalhos físicos mais penosos, desfrutavam, no que tange aos códigos de boa conduta, de maior liberdade pessoal. Afinal, não era diretamente a elas que se dirigiam essas normatizações.

Estas afirmações denotam que as mulheres brasileiras foram tão subjugadas, violentadas e excluídas da vida social e política quanto às mulheres europeias daquela época. Outra similaridade que notamos ao analisarmos a citação acima apresentada refere-se à assistência dos privilégios de classe as mulheres que os possuíam. Este trecho também revela que a categoria social mulher foi “divididas em dois grandes grupos”: as de fornicar e as de casar. As primeiras eram as pobres, as “exóticas” índias e as escravas - mulheres que não recebiam nenhum “polimento social” e por isso foram mais bem aproveitadas no trabalho produtivo e na cama dos senhores. O segundo grupo era composto por mulheres brancas, com origem nas tradicionais famílias europeias e por isso eram educadas desde tenra idade para ser mãe e esposa.

Sobre a questão das relações íntimas, Del Priore (2005) comenta que até aproximadamente o século XVIII a maioria dos casais viviam em concubinato apesar de a Igreja Católica severamente repreender esta prática e incentivar a celebração do matrimônio. Ainda segundo a autora, o casamento entre indivíduos de classes sociais diferentes não era socialmente aceito, e também, só os pobres escolhiam com quem iriam se casar. Esse cuidado era importante porque esta união tratava-se

Um contrato civil antes de se tornar um sacramento – o que só ocorre na Europa em meado do século XII – o casamento é uma instituição básica para a transmissão do patrimônio, sendo sua origem fruto de acordos familiares e não da escolha pessoal do cônjuge. A garantia de igualdade era fundamental para impedir a dispersão da fortuna acumulada (DEL PRIORE, 2005, p. 27).

Assim sendo, percebemos que no Brasil, assim como na Europa, as mulheres eram dadas e recebidas em casamento como se fossem seres inanimados, ou melhor, como animais aptos a reproduzir em cativeiro, principalmente as das classes sociais médias e altas, contudo, para Rocha-Coutinho (1994) nem todas as mulheres foram assim tratadas no Brasil, algumas poucas, as matronas, foram poupadas de tais aviltamentos. Esta pesquisadora diz que isso se deu porque muitas dessas mulheres eram dotadas de energia social para dirigir fazendas e

comandar politicamente certas regiões brasileiras e por possuírem tais características, elas se tornaram líderes, logo, pessoas intocáveis, pois eram politicamente influentes. Ainda sobre a questão desse subgrupo de mulheres, faz-se pertinente ressaltar que esse percentual foi ínfimo e em nada atrapalhou os planos da sociedade patriarcal para com as mulheres. Na verdade, para a época, a figura que melhor representa a mulher é a que a retrata como um

Símbolo de honra familiar e da solidariedade moral do grupo, ocupando posição central na família brasileira. [...] A força desta figura da mãe de família pode ser observado no culto sentimental e místico da mãe no Brasil, identificando [...] com pessoas ou instituições santificadas e protetoras como a Virgem Maria, a Igreja, a madrinha, imagens de sua devoção e sacrifício (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 69).

Desse modo, duas grandes questões são dignas de nota. Primeira: para ser mulher, ou melhor, para assim ser considerada nesta época, tinha-se de demonstrar comportamentos respeitáveis, castos, comprovar aptidão para a maternidade, para o matrimônio e ainda ser de classe social abastada. Segunda: a engenhosidade patriarcal de conseguir incutir nas cabeças femininas que a Mãe de Jesus era frágil, submissa e que todas as mulheres deveriam ser como ela. Percebemos este fenômeno como algo ardiloso, pois ao incentivá-las a se identificar com este “suposto exemplo” de Maria, elas próprias se encarregariam de fazer o possível e o impossível para se assemelhar ao modelo da Santa - conseqüentemente, além de vê-las atuar de “livre e espontânea vontade” em congruência com os objetivos patriarcais, os homens se utilizavam desta “verdade compartilhada” para bloquear e/ou revidar, se necessário, possíveis questionamentos. Estas estratégias patriarcais rendiam muitos ganhos para os homens, sobretudo, o de controlar o comportamento sexual das mulheres de elite. Tal feito era entendido como imprescindível porque eram elas quem gerariam os herdeiros da fortuna patriarcal.

Frente a estas afirmações, depreendemos que a sociedade brasileira nasceu sobre alicerces patriarcais e estes moldaram um modelo de família que tinha características muito próprias. De acordo com D’Incao(1997, p. 223), esta instituição era “comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala” e na concepção de Corrêa( 1994, p.15), este modelo de família

[...] Se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção – engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de café – mante-se através da incorporação de novos membros, de preferência parentes, legítimos ou ilegítimos, a extensos “clãs” que asseguram a invisibilidade de seu poder.

Ou seja, as famílias patriarcais se estruturavam como grupo e seus componentes, não necessariamente, possuíam vínculos consanguíneos e afetivos. Estes viviam em propriedades do patriarca e por isso estavam subjugados a ele. Devido às peculiaridades acima mencionadas, concluímos que os bens e a dinâmica interna do país estavam sendo construídas em torno dos interesses dos homens brancos e ricos que comandavam porções do território. Ainda sobre a família patriarcal brasileira, destacamos um elemento que também lhe é inerente à relação conjugal do patriarca. Ao olharmos para a situação das esposas, podemos inferir que elas, pois de acordo com Del Priore (2005, p. 22)

A relação de poder já implícitas no escravismo, presente entre nós desde o século XVI, reproduzia-se nas relações mais íntimas entre maridos, condenando a esposa a ser uma escrava doméstica exemplarmente obediente e submissa. Sua existência justificava-se por cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa e servir ao chefe da família com seu sexo.

Estas declarações revelam que a dignidade humana da mulher não era reconhecida nem respeitada, e não bastando tamanho sofrimento com seus respectivos cônjuges, ainda tinham de tolerar a infidelidade deles. Ainda segundo a autora supracitada, historiadores que analisaram textos da São Paulo colonial afirmam que o amor nos casamentos paulistas do século XVIII também apresentava os arquétipos observados na Europa – casamento casto e continente com a esposa/ prevaricação e prazeres com as concubinas.

De acordo com Corrêa (2005) o modelo patriarcal de família foi hegemônico somente no período que o Brasil foi predominantemente rural. E, ainda segundo ela, esta realidade se alterou depois da Revolução Industrial. Textos nos fizeram entender que a partir do momento que a mentalidade e o modo de produção proposto pelo capitalismo atravessaram fronteiras europeias o mundo inteiro teve de se adaptar para recebê-lo, logo, com o Brasil não foi diferente. Dessa época em diante não mais interessava à Metrópole que o patriarca cultivasse sua subsistência, e conseqüentemente também à de Portugal através do que produziam em suas pequenas propriedades, mas sim que o Brasil se tornasse independente, proclamasse sua república e se tornasse uma economia competitiva no cenário internacional. Devido a este contexto, “a sua transformação [*de família patriarcal brasileira*]<sup>35</sup> dá-se por decadência, com o advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais, sendo então substituída pela ‘família conjugal moderna’<sup>36</sup>” (CORRÊA, 1994, p. 15 - 16) -tal qual aconteceu na Europa resguardadas as discrepâncias temporais e de desenvolvimento.

---

<sup>35</sup>Grifo meu.

<sup>36</sup>“Um típico produto da urbanização, reduzida ao casal e seus filhos, a finalidade do casamento não é mais principalmente a manutenção de uma propriedade comum ou dos interesses políticos de um grupo, mas sim a

Consideramos que a instauração desse novo modelo de família foi algo salutar para a sociedade brasileira porque foi através dela que vínculos domésticos começaram a aparecer. Desse modo, assim como na Europa, o Amor Romântico<sup>37</sup> encontrou meios para emergir e fazer os laços afetivos se estreitarem entre maridos e esposas e conseqüentemente fazer mudar o olhar destes para com os filhos. Entretanto, como diz D’Incao(1997, p. 230),

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para as mulheres novas e absorventes atividades no espaço doméstico. [...] Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, construir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole.

Ou seja, por traz de uma relação conjugal com atribuições supostamente bem divididas e aparentemente edificadas sobre um ideal de amor recíproco, escondia-se um pesado fardo histórico-cultural contra as mulheres e suas descendentes. Nossas leituras nos mostram que as mulheres pobres também não estavam isentas dessas cobranças, mas como estas regras não foram imperativamente dirigidas a elas não lhes era exigido cumprimento a rigor.

A transição<sup>38</sup> Brasil tradicional para Brasil moderno se deu puramente por questões econômicas, e também, somente por isso a sociedade patriarcal brasileira, paulatinamente, foi dando lugar à sociedade moderna. A substituição de uma pela outra foi necessária porque como afirmou Pateman (1993) simultaneamente capitalismo e sistema patriarcal são incompatíveis<sup>39</sup> e as ideias de D’Incao ratificam as dela: “[...] essa nova condição deu um caráter ilegal a muitas das expressões sociais tradicionais, e também impôs uma espécie de restrição tanto à espontaneidade tradicional e cultural de certos grupos quanto à sua sociabilidade correspondente” (D’INCAO, 1997, p. 227).

Ainda sobre esse novo momento e fato, Vaitsman(1994, p. 54).comenta:

A partir da segunda metade do século XIX, a incipiente modernização provocou mudanças no modo de organização da vida social e de relacionamento familiar entre as elites cidadinas, quando as atividades produtivas das mulheres foram se tornando invisíveis, já que figuravam como mães e esposas. O desenvolvimento da família conjugal moderna fundada no casamento por livre escolha ocorreu simultaneamente

---

satisfação de impulsos sexuais e afetivos que na família patriarcal eram satisfeitos fora de seu círculo imediato” (CORRÊA, 1994 p. 16).

<sup>37</sup>No tópico 1.1, expusemos declarações de Giddens (1993) sobre o amor romântico - expressão afetiva que busca a realização pessoal e sexual na vida a dois -, fenômeno que surge na Europa a partir do século XVIII.

<sup>38</sup>Essa não se deu no mesmo ritmo e nos exatos anos da transição europeia. Primeiro foi necessário consolidar o novo modelo lá, para depois Brasil passar por experiência similar. Assim sendo, estas inferências referem-se a fatos provavelmente ocorridos no finalzinho do século XVIII, início e meio do século XIX.

<sup>39</sup>Pateman (1993). Ver discussão da página 21 e 22.

a uma reformulação dos papéis de homens e mulheres no casamento, estimulando novos comportamentos masculinos e femininos. [...] A sexualidade e o amor entre homens e mulheres no casamento transformaram-se em normas de saúde. O amor erigiu-se como um dos estandartes morais na luta pelo direito de livre escolha do cônjuge, contra as razões familiares.

Faz-se pertinente ratificar que o que ruiu, tal qual na Europa, foi o sistema patriarcal, ou seja, o status do patriarca, a organização da sociedade em torno das pequenas propriedades e o direito deste de determinar o destino de todos que moravam em suas terras como se ele fosse um deus. Isso aconteceu porque o novo momento exigia das famílias, da sociedade, da economia e de todas as esferas da vida, atenção para com as demandas do capitalismo, ou melhor, que todos trabalhassem em prol deste. Devido a esta nova realidade, casa e trabalho passaram a ocupar espaços físicos diferentes e a riqueza passou a vir por meio dos lucros das transações comerciais e não mais pelos casamentos. Entretanto, os valores patriarcais e os comportamentos agressivos dos homens contra as mulheres, principalmente contra as suas esposas e filhas continuaram permeando as relações cotidianas como se nada tivesse mudado.

A essa altura da história já estamos quase iniciando o século XX, as fábricas já estavam implantadas em diversas regiões brasileiras, as cidades já tinham características bem urbanas e as instituições – escolas, comunidade, empresas, judiciário e outras – estavam se organizando a fim de se estabelecer expectativas de comportamentos socialmente compartilhados para assim se constituir um jeito “civilizado” de viver. Esse fato afetou as mulheres, em especial as de classe alta, pois devido a estas mudanças, as relações familiares passaram a ser de outra ordem e elas começaram a aparecer nos ambientes externos. Sobre esta questão D’Incao(1997, p. 225) comenta:

Nesses lugares [*lares*]<sup>40</sup>, a ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – “a convivência social dá maior liberdade às emoções” – não só o marido e os pais vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres aprenderam a se comportar em público, a conviver de maneira educada

Essas declarações nos informam sobre mais uma dificuldade que as regras sociais impuseram às mulheres, no caso em questão às ricas: a falta de repertório comportamental para a vida pública. Não por desconhecimento quanto a hábitos de higiene, a escolha de vestimentas e/ou com boa educação doméstica, mas sim com relação à falta de traquejo com as sutilezas e malícias do mundo e dos homens. Devido a esta ingenuidade elas estavam bem

---

<sup>40</sup>Grifo meu.

propensas a cometer gafes e/ou a se envolverem em relacionamentos afetivos que de algum modo poderiam constranger os machos da família.

Apesar de a citação não fazer menção às mulheres pobres, o já exposto nos permite inferir que estas também sofriam com a falta de repertório comportamental para a vida pública. No caso destas, o problema era outro: como fazer para se esquivar de chefes, amigos, conhecidos e/ou desconhecidos que tentavam molestá-las, principalmente, quando elas estavam no ambiente de trabalho ou fora das residências, porque nesta época a mulher ainda era percebida e tratada como objeto.

Estas atrocidades aconteciam a todo o momento e nenhuma mulher, por mais rica que fosse, poderia se considerar isenta delas, pois estas eram tidas como algo inerente às relações sociais da época - primeiras décadas do século XX. Neste momento o Brasil já estava conseguindo acompanhar o ritmo global de avanços e de negócios com melhor autonomia, o desenvolvimento urbano e industrial do país estava em ascensão e por isso a economia crescia - assim foi até eclodir a I Guerra Mundial. Fenômeno catastrófico para ambas as partes envolvidas, mas se esta teve alguma coisa boa, podemos apontar a oportunidade que a sociedade deu às mulheres a partir desse período - de se inserirem no mercado de trabalho. Apesar de este feito ter sido muito importante, os salários pagos a elas não refletiam tal mérito (SOHIET, 1997).

Devido a estes fatos - a mulher foi ocupando novos espaços e desenvolvendo outros afazeres, contudo a compreensão social acerca das expressões femininas na sociedade sempre foram deturpadas e tolhidas, pois “o trabalho feminino continuava a ser apresentado pelos advogados e até pelas mulheres como mero suplemento a renda masculina”(FONSECA, 1997). Ainda de acordo com esta autora, isso aconteceu porque

A norma oficial ditava que a mulher deveria ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres (FONSECA, 1997, p.517).

Estas asseverações nos permitem entender que o Brasil almejava ser um país moderno e por isso assumia postura congruente com este sentido no cenário externo, mas, internamente, não abandonava os valores e princípios patriarcais que lhes foram apresentados durante o processo de colonização.

Essas afirmações nos fazem lembrar que a mulher europeia passou por situação análoga, e que assim como estas, as brasileiras também ficaram muito insatisfeitas. Assim

sendo, quando a imprensa, os turistas, os estudantes das classes médias e altas em regresso da Europa trouxeram e disseminaram pelo Brasil as ideias do movimento<sup>41</sup> feminista, tais iniciativas foram bem recebidas pelas mulheres. Esse fato foi importantíssimo para as mulheres e devido a seu caráter reivindicatório, o feminismo foi e ainda é um fenômeno polêmico, porém necessário, pois como diz Sorj(1992, p. 18),

Este integra um longo processo de mudança que envolveu a emancipação dos indivíduos das formas tradicionais da vida social. A recusa do esclarecimento em conferir à tradição um poder intelectual, moral e de normatização das relações sociais uniu o feminismo às promessas de reconstrução social acudadas pela moralidade

Ainda sobre o movimento feminista, aqui no Brasil, assim como na Europa, depois da efervescência da atuação das primeiras feministas o movimento entrou num período de latência e vários motivos concorreram para isso: as consequências das resistências masculinas, algumas conquistas, a emergência da Segunda Guerra Mundial e também a necessidade que o movimento tinha de amadurecer e de renovar suas forças para empreitar novas batalhas.

A essa altura da história chegamos à década de 1950, período conhecido como “Anos Dourados”. Nesse período visualizamos algumas alterações no âmbito extra-lar no que se refere às relações entre gêneros, mas ainda pouco significativas se imaginarmos que no âmbito interno pouco se avançou, pois de acordo com Bassanezi(1997) as obrigações e exigências imputadas às esposas e mães ainda eram as mesmas da era patriarcal, ou seja,

[...] Uma esposa comum, criada nos moldes das mulheres de classe média dos anos 50 no Brasil. Sendo herdeira de ideias antigas, mas sempre renovadas, de que as mulheres nascem para ser donas de casa, esposas e mães, saberia da importância atribuída ao casamento na vida de qualquer mulher. Teria aprendido que homens e mulheres veem o sexo de maneira diferente e que a felicidade conjugal depende fundamentalmente dos esforços femininos para manter a família unida e o marido satisfeito (BASSANEZI, 1997, p. 608).

Quando Bassanezi (1997) afirma “sendo herdeira de ideias antigas, mas sempre renovadas”, percebemos um conteúdo de memória. Cogitamos essa possibilidade porque “cada vez que uma memória está relativamente construída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade e de organização” (POLLAK, 1992, p.

<sup>41</sup>No tópico 1.1 explanamos sobre este fato e como já dissemos Louro (2001) afirma que este fenômeno ficou conhecido como “sufragismo”, e ainda sobre este, Machado acrescenta que essa primeira geração de feministas, “promulgou, nos parâmetros e paradigmas da razão iluminista, civilizatória e linear, a luta contra a discriminação e a luta pelos direitos igualitários” (MACHADO, 1992, p. 28).

7), logo, a reiteração da ideia de que as mulheres nasceram para ser mães e esposas dedicadas e submissas garantiu a unidade e continuidade dessa memória, assim como outros arquétipos que permeavam o imaginário social daquela época, tais como o de que a mulher casada não deveria ter profissão, pois “esperava-se que essas mulheres se dedicassem inteiramente ao lar, fossem sustentadas pelo marido e *preservadas da rua*” (BASSANEZI, 1997, p.625), e também a precarização do trabalho da mulher pobre.

Na década de 1960, devido às insatisfações quanto aos tradicionais arranjos sociais e políticos, a ênfase dada às teorias universalistas, ao vazio formalístico acadêmico, à discriminação, à segregação e aos silenciamentos, que os mais diversos grupos de intelectuais, de estudantes, negros e de mulheres tanto nos EUA quanto na Europa (LOURO, 2001) “o movimento feminista contemporâneo ressurge, expressando-se não apenas através de grupos, mas também através de livros, jornais e revistas” (LOURO, 2001, p. 16) e ainda segundo a autora, devido a este fato, o ano de 1968 ficou historicamente referendado, no Brasil e no mundo como um marco da rebeldia e da contestação ao machismo e ao que ainda estava instituído como opressor à liberdade das mulheres.

Ainda sobre o movimento feminista que acabara de novamente por a cara na rua e reivindicar transformações sociais, políticas e constitucionais para as mulheres, Machado (1992, p. 28) afirma: “A segunda geração já é filha, nos Estados Unidos do final dos anos de 1960, dos movimentos de “contracultura” e dos anos 1970 na Europa e nos Estados Unidos, da postulação da diferença e da alteridade contraposta à univocidade dos padrões da modernidade iluminista e desenvolvimentista”. Novamente, embates foram travados, lutas empreitadas, baixas registradas, mas também outras vitórias conquistadas, dentre estas, Vaitsman (1994) destaca como especial, a entrada da mulher nos cursos de nível superior<sup>42</sup>, pois até então elas só podiam se inserir no ensino primário e profissionalizante e estes não equivaliam ao nível médio. Consideramos este fato significativo, pois foi a partir deste ingresso que elas começaram a ascender socialmente (VAITSMAN, 1994) e a criticar as atitudes da sociedade contra as mulheres com mais agressividade.

Devido a este ingresso, muitas mulheres ascenderam social e politicamente. Como consequência, elas expandiram seus horizontes pessoais, profissionais, econômicos e assim como muitas mulheres europeias, elas se empoderaram<sup>43</sup> frente a problemas particulares e sociais que lhes afligiam enquanto indivíduos e como categoria social. Entendemos que esse

---

<sup>42</sup>Segundo Scott (1992) na década de 1970 que mulheres de outros países também foram incentivadas a se intelectualizar.

<sup>43</sup>Ver discussões no capítulo 3.



fato não trouxe benefício só para a vida das mulheres, mas sim para toda a sociedade, pois foi a partir desta inserção<sup>44</sup> que os problemas domésticos se tornaram objetos de pesquisas e denúncias; mostraram que apesar de a sociedade ter criado padrões de vida modernos, em plenos tempos contemporâneos, a mentalidade e as ações de muitos dos(as) brasileiros(as) ainda se associavam aos ideais patriarcais.

Depois que a academia fez e publicou este diagnóstico, o tema passou a aparecer nos jornais, nas revistas, em minisséries<sup>45</sup>, tanto de modo discreto, quanto de modo escancarado, e por isso, discussões, mobilizações e denúncias começaram a ser feitas. Entendemos que esses fatos foram importantíssimos, pois foi através destes que reflexões e intervenções começaram a ser feitas. Entretanto, também se faz pertinente relatar que muitos homens e instâncias sociais demonstraram repúdio a essa “invasão” na vida conjugal e se manifestaram de várias maneiras, inclusive no ditopopular: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

Considerando tudo que foi pesquisado e apresentado até aqui, inferimos que ideias depreciativas sobre a percepção social da mulher, oriundas de tempos tradicionais, continuam influenciando o modo de vida contemporâneo. Fato que nos indica que a violência contra a mulher, em especial a doméstica, tem memória em nossa sociedade e as seguintes afirmações de Peralta (2007, p. 9) contribuem para embasar nosso pensamento:

A memória permite transportar o passado para o presente e pode fazê-lo de duas formas: mediante a ação ou através da recordação. No primeiro caso, estamos perante memória-habito, que se refere à capacidade de reproduzir uma certa *performance*. No segundo caso, ao contrário da memória-habito, é necessária uma construção sobre o passado que, assim, adquire uma distância crítica sobre o presente. É, portanto, ao contrário do hábito, um processo ativo e intencional como refere Youg (1988). Ambas, claro está, coexistem num mesmo período, não se podendo dizer que uma substitui a outra.

Entendemos que a memória do patriarcado se moldou no hábito de perpetrar agressões contra as mulheres e por isso tais atitudes hostis vêm sendo reiteradas entre as gerações com muita naturalidade. Isso significa que os valores patriarcais direcionados à mulher - ser frágil, submisso, doméstico e para satisfação sexual do homem - se infiltraram com tamanha intensidade em nossa cultura que continuam vivos até nos tempos atuais. Vejamos os relatos de Juliana, de Suzi e de Ana<sup>46</sup>, pois elas ratificam o exposto.

---

<sup>44</sup>A inserção das mulheres no ensino de nível superior não combateu a violência, nem fez seus índices caírem, mas sim as politizou e mostrou para elas qual era o problema que lhes afligiam.

<sup>45</sup>Malu Mulher – minissérie exibida pela Rede Globo nos anos de 1980 que discutiu o tema da violência doméstica contra a mulher na relação conjugal.

<sup>46</sup>Entrevista concedida em 9 de abril de 2014.

Eu creio que no geral, a mulher é sempre privada no seu direito. De você estar com uma dor e ser respeitada, de você ter um problema e alguém te ajudar. Eu creio que a gente mulher é muito discriminada. Eu creio que isso é da cultura mesmo. Isso é da cultura do Brasil e a gente aceitar. Esse negócio de a gente aceitar... (Juliana, 45 anos Autônoma).

Eu sei lá! Eu acho que foi mais pela educação, pelos costumes de antigamente que vem. Você vê a desigualdade aí como é que é. Eu acho que já é do costume da mulher mesmo. Já é assim (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

A gente vem de uma formação, aquela coisa da sociedade, se a mulher “sai da linha”, ou melhor, se ela quer sereconhecer de outra maneira, se ela quer sentir outra atração vão dizer logo: “aquela lá é uma safada.” Se ela está insatisfeita busca outro cara – “ela não presta”(Ana, 48 anos, Atendente).

Estas e outras mulheres entrevistadas nasceram entre as décadas de 1950, 1960 e 1970 e todas elas concordam que a sociedade compartilha desta percepção. Refletindo sobre estas declarações, concordamos que a educação oferecida a essas mulheres foi fortemente influenciada por valores patriarcais que acima citamos e os relatos que se seguem confirmam o exposto, pois segundo Ruth,

Tem diferença no jeito de criar menino e de criar menina sim. Com as meninas a gente tem mais cuidado, já com os meninos não, deixa ficar mais a vontade, sair. É diferente, e eu acho que é por causa do machismo!?(Ruth, 40 anos, Serviços Gerais).

Outras entrevistadas além de concordarem com Ruth, melhor explanam sobre esta questão contando fatos que exemplificam as diferenças. Vejamos os relatos:

O que minha mãe passava para mim era o seguinte: mulher é dona de casa e por isso tinha de saber fazer de um tudo dentro de uma casa (Madalena<sup>47</sup>, 60 anos, Técnica Administrativa).

Já Juliana e Suzi contribuem com a discussão acrescentando as seguintes declarações:

Eu percebo que meu pai sempre deu preferência aos meninos. Não sei, não é preferência não.... Eu tenho muito amor por meu pai, ele é muito carinhoso comigo, mas a gente notava que meu pai dava preferência, a eles [filhos]<sup>35</sup>. Não sei! A gente [filhas]<sup>48</sup> fazia de tudo em casa, os homens não faziam nada. Por que não faziam? Por que a mulher tem de fazer tudo em casa e os homens não? (Juliana, 45 anos, Autônoma).

Minha mãe falava sempre sobre caráter, sobre trabalhar, ter independência, para “ter vergonha na cara” e não fazer o que é errado. Ela dizia assim: “Olha o espelho da outra? Fulana engravidou e o fulano não assumiu”. Eu fui criada para não ter relação sexual cedo com ninguém - só era pra ter relações depois do casamento. Ela falava que mulher não deveria fazer isso [sexo]<sup>35</sup> antes do casamento para não ia ficar mal vista porque sempre quem saía ruim era a mulher. Tudo que a gente fazia prejudicava a gente mesma. Então assim, eu achava que eu não tinha liberdade nem

<sup>47</sup>Entrevista concedida em 14 de abril de 2014.

<sup>48</sup>Grifo meu

direito de fazer nada porque tudo que eu viesse a fazer me traria prejuízo depois (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Pelo que podemos notar tais discrepâncias se dão porque a sociedade vem reforçando os estereótipos de gênero oriundos das sociedades patriarcais - mulher ligada ao âmbito doméstico e dos cuidados e os homens aos espaços externos e de provimento material – como se as necessidades e contextos de nosso tempo fossem similares aos de outrora.

Não pretendemos discutir acerca da questão de quais os papéis sociais que devem ser direcionados aos homens e quais papéis sociais que devem ser direcionados às mulheres, até mesmo porque, como bem nos explica Szymanski(1997) através das percepções de Gomes (1988), o modelo contemporâneo de família não se assemelha mais ao patriarcal, nem ao burguês, mas sim a um padrão que eles entendem e conceituam como família vivida<sup>49</sup> devido às peculiaridades de nosso tempo. Mas o que gostaríamos de comentar, é que, tanto os homens quanto as mulheres merecem e devem ser respeitados ao desempenharem tarefas domésticas e/ou produtivas, pois não é demérito para nenhum dos gêneros realizá-las em turnos opostos ou somente uma delas em tempo integral.

Assim, entendemos que a identidade de cada indivíduo e/ou de cada uma destas categorias sociais não será ofendida nem despersonalizada por isso, muito pelo contrário, acreditamos que quando um casal de cônjuges ou de irmãos divide as tarefas domésticas e produtivas considerando a idade, o porte físico, o grau de escolaridade e as oportunidades que cada um tem e teve, acontece uma complementariedade muito significativa para o bem daquele lar e da sociedade. E pelo que Sara declarou, podemos depreender que ela também concorda com esta afirmação, pois ela diz:

Casamento é uma convivência. A mulher tem de viver e não só casar para fazer comida e esperar o marido chegar. É um casamento que vai trabalhar junto com ele, fazer futuro, viver a vida, ser feliz, e também, construir uma coisa junto com amor. Crescer. Eu não tenho muita explicação para esse negócio de casamento, mas eu penso assim. Hoje a mulher não pode viver, depender, só ficar dentro de casa esperando o marido. Tem de ser um ao outro, ajudar os dois, trabalhar junto (Sara, 45 anos, Desempregada).

---

<sup>49</sup>“Essa concepção foi construída a partir da observação do cotidiano vivido e algumas famílias que diferiam muito quanto à estrutura, a história, modos de comunicação e expressão de emoções. [...] Assim, as pessoas que convivem numa ligação afetiva podem ser um homem e uma mulher e filhos biológicos, ou uma mulher, sua afilhada e um filho adotivo, ou qualquer outro arranjo. “Duradouro” não significa “definitivo”, e as emoções, envolvidas numa relação que pode vir a terminar, são diferentes daquelas que emergem em situações definidas como definitivas. Relação de cuidado pode significar um compromisso em que todos estão envolvidos, e, com a possibilidade de mudança de protagonistas na estrutura de família, cessa a especialização de funções” (SZYMANSKI, 1997, p. 26)

Sara defende o ponto de vista que mulher é um ser humano capaz, competente e muito digno, entretanto, de acordo com o exposto e com o conteúdo dos depoimentos colhidos, podemos inferir que a sociedade, e principalmente os homens, não concordam com o ponto de vista supra apresentado e por isso muitas mulheres vêm passando por situações constrangedoras, tais como as relatadas por Suzi e por Ana, respectivamente.

Os donos das casas que morávamos vinha cobrar o aluguel, e às vezes a água e a luz, que também estavam atrasadas. Vários homens desses, já me chamaram para dormir com eles porque Juvenal demorava de pagar. Diziam: “Por que você está com esse homem? Você é uma mulher bonita! Tem um caso comigo que eu nem te cobro todo mês, não passo nem aqui. Você pode ficar com ele e comigo também.” Falavam bem assim. Eu ouvi isso a minha vida toda! Constantemente eu ouvia isso. Vivia sendo assediada por proprietários de casas. Hoje eu acho o cúmulo né! Porque com a cabeça que eu tenho hoje, eu não sei nem o que eu faria com ele ou com quem dissesse isso pra mim. Mas naquele tempo eu era muito boba, achava que era normal, que era natural (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

No caso que Ana relata, a “vítima” não foi ela, mas sim, sua sobrinha.

Eu tenho uma sobrinha que mora em São Paulo - filha do meu irmão. Ela é linda! Uma menina linda! Tem 14 anos, um cabelo imenso, um corpão, adora um short! Ano passado nos estávamos em uma loja quando eu vi,etinha um caramexendo com ela. Ah! Mas eu xinguei tanto esse cara. Falei: “Seu pedófilo, seu louco, seu baixo astral... Ela é uma criança. Ela pode estar com as pernas de fora, corpo desse jeito...você é louco, um merda, um bostetico<sup>50</sup>.” Ai ele virou pra mim e disse: “Você é uma louca!” Eu respondi: “louco é você que não tem respeito, mexer com uma criança.” Tinha um cara, um negão, que viu tudo e disse: “muito bem dona, muito bem” (Ana, 48 anos, Atendente).

Estes relatos explicitam que atualmente, muitos homens ainda percebem a mulher como um objeto e por isso demonstra que o hábito de desumanizar as mulheres ainda faz parte de nosso cotidiano e justamente por isso inferimos que estas falas estão carregadas de memória assim como as seguintes declarações de Sara:

Naquele tempo, quando a gente se casava achava que tinha de suportar tudo quanto é coisa. O povo mais velho que falava, tinha aquele costume - era assim que a gente vivia lá na roça. Não era assim, que nem hoje. Hoje está completamente diferente, mas antes não era assim. Eu lembro que a gente viveu assim. Então eu aguentava muitas coisas para não desorganizar o casamento. Achava que eu era mulher. E ele foi o primeiro marido, meu primeiro homem, eu não conhecia ninguém, não conhecia nada da vida, era criança quando casei(Sara, 45 anos, Desempregada).

Entendemos que esta fala está carregada de memória porque em pleno final de século XX, muitas famílias e pessoas ainda notavam a mulher como um ser submisso ao homem. E apesar de Sara ressaltar que hoje as meninas não são educadas exclusivamente para o lar

---

<sup>50</sup>Neologismo que ela criou: significa bosta patético.

assim como ela foi, ainda assim cogitamos a presença e ação da memória, pois de acordo com Peralta(2007, p. 16).,

Este passado que é evocado pelo presente, não é o mesmo que aquele construído pelos eventos decorridos num tempo pretérito. É antes, uma interpretação criativa e plástica que permite preencher a distância que medeia a experiência e a recordação, convertendo o passado em uma memória

Para melhor compreendermos estes argumentos, utilizamos o depoimento de Suzi. Segundo esta, um dia ela estava em casa e seu filho lhe mostrou uma mensagem de cunho afetivo no celular de Juvenal - enviada por outra mulher. Ela cobrou explicações dele, mas ele nada respondeu. Depois que eles tiveram essa conversa ela se arrumou e antes de sair para o trabalho disse: “Hoje você me paga, eu te dou todos os trocos da vida pelo que você já me fez” e segundo ela, suas palavras provocou a seguinte reação no marido:

Ele ficou com medo de eu dar um corno nele. Na minha cabeça eu estava querendo fazer isso sim, melhor, mostrar pra ele que ia fazer isso, mas no meu íntimo eu não ia fazer nem se eu arrumasse porque eu não tinha coragem. Ai sabe o que ele fez? Foi ao trabalho dele e disse para o chefe que não ia mais lá. Depois foi para a porta do meu trabalho e ficou me vigiando, passou o dia todo me escoltando. Eu saí do trabalho e ele atrás de mim, eu fui ao shopping e ele atrás de mim. Ele ficou tão preocupado que mandou meu irmão vir atrás de mim – e ele veio. Até meu irmão ficome “escoltando” para eu não sair com outros homens (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Correlacionando a citação de Peralta com o fato relatado por Suzi, entendemos que houve “uma interpretação criativa e plástica” da era patriarcal no atual presente por meio do comportamento de Juvenal e do irmão de Suzi - “escoltá-la” a fim de não deixá-la macular a honra dos machos da família. Desse modo a seguinte afirmação de Peralta - “passado que é evocado pelo presente, não é o mesmo que aquele construído pelos eventos decorridos num tempo pretérito” se materializou, se reatualizou no presente considerando as especificidades de nosso contexto. Já que eles não podiam impedi-la de falar, de se arrumar nem de sair, tal qual acontecia na sociedade tradicional, “permitiram” que ela assim procedesse, adaptaram as estratégias de controle para não deixá-la apresentar comportamento promíscuo assim como acontecia na sociedade patriarcal.

Correlacionando este exemplo com a atual compreensão do que a constituição, as leis e as mais diversas instituições sociais atualmente adotaram sobre o que é ser mulher <sup>51</sup>,, podemos depreender que teoria e prática ainda não se equilibraram apesar das mudanças. O que existe de fato é uma aparente igualdade entre os gêneros na sociedade, e pelo que

---

<sup>51</sup>Um ser humano dotado de dignidade e igualdade social e politica igual aos homens dentro da sociedade.

Saffioti(2004, p. 106) nos explica o machismo, herança deixada pelo patriarcado é o suporte de tal disparidade. Segundo ela,

O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e de morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada à obtenção de um posto de trabalho e bem remunerado. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho

As declarações de Ruth e de Madalena ilustram o que foi acima mencionado. De acordo com a primeira, homens e mulheres ainda não são tratados de forma igual

Por causa do machismo mesmo. O homem está em primeiro lugar em tudo. Homem pode isso, homem pode aquilo, nada pega no homem. Até o salário do homem é maior do que o da mulher e faz a mesma função. Tudo é diferente para a mulher. A mulher sofre mais em tudo. E os direitos não são iguais – tanto o da mulher quanto o do homem? A mulher nunca vai ser igual ao homem [*na sociedade, no sentido político*]<sup>52</sup> Pode passar anos e vai ser a mesma coisa. Muda nada! Sempre vai ter diferença entre mulher e homem. Até na criação. A mulher, sempre tem aquele cuidado com a mulher: “você não pode fazer isso”, e com o homem não (Ruth, 40 anos, Serviços Gerais).

Dando voz a Madalena, percebemos que ela também corrobora com o exposto:

Parece que mulher e homem são iguais, mas a sociedade não vê assim. O homem é homem. No trabalho a gente vê que até o salário do homem é maior do que o da mulher. Não adianta negar que é. Na política tem mais homem do que mulher. Tá mudando, eu acho que as coisas vão mudar, mas 100 %, “pau a pau,” igual, igual como eu “tô” te falando não vai ficar não (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa)

Tais considerações nos permitem inferir que as mulheres, enquanto categorias sociais já conseguiram avançar bastante se compararmos o momento atual com o passado, contudo, as vitórias e as transformações ainda não foram suficientemente potentes para nivelar os direitos do homem e da mulher na sociedade. Como pudemos notar, as mudanças e batalhas foram e ainda são muito grandes, mas como as conquistas e os frutos se dão de modo lento e gradual, talvez por isso Ruth e Madalena expressem pessimismo quanto à equiparação de percepções e direitos entre os homens e as mulheres. Frente a tudo que foi aqui apresentado entendemos o que fundamenta o desânimo de nossas entrevistadas, mas como é a categoria social mulher que precisa desse equilíbrio, esta que não pode se deixar abater, e pelo relato de Juliana ela corrobora com o exposto;

---

<sup>52</sup>Grifo meu.

Muitas mulheres têm medo de enfrentar toda essa situação. Na Igreja que eu frequentava, tem uma moça que vinha sofrendo agressão há onze anos - ele até já tentou esfaqueá-la. E a Igreja é contra o divórcio! A coisa chegou a um ponto tão terrível que ele mandou um recado para a família dela, disse que ia matá-la e esconder o corpo. Aí ela se fortaleceu, denunciou, divorciou e foi com os filhos para a casa da mãe dela. Tempos depois ela voltou para a casa dela e do marido - achou melhor porque lá já tinha as coisas tudo no lugar. Eu achei isso uma fraqueza. Fraqueza para enfrentar os problemas. Fraqueza pra recomeçar de novo, do nada. Fraqueza de fé de que alguma coisa vai acontecer como veio para mim e para Pedro. Gente, o sol não nasce só para nós dois, não somos privilegiados. A pessoa que aceita esse tipo de coisa é porque não tem conhecimento dos seus direitos. Para mim, faltou ânimo de enfrentar, de dizer eu quero meus direitos, eu quero viver a minha vida, eu quero mostrar para a sociedade que a gente não tem de viver mais essa época de submissão, de ter de passar por tudo que eu passei. Isso são sequelas de uma sociedade doente. Por que você tem de ser submissa? Por que tem que mostrar para a sociedade que você viver a dois, mas na realidade não é um casal? Que você respeita e isso e aquilo... (Juliana, 45 anos, Autônoma).

As declarações de Juliana demonstram que a categoria social mulher, ou melhor, que os papéis de gênero desenhados para este grupo foram e ainda são traçados com base nas necessidades, nos desejos e nas potencialidades dos homens e não nas delas. Devido a este fato seres iguais estão sendo tratados e percebidos como inferiores e pelo que a história nos mostra esse fenômeno tem recorrência, como também as manifestações de resistência e de enfrentamento às barbaridades que as mulheres sofrem. Apesar de este embate ter propiciado a emergência de muitos avanços, permanências culturais quanto aos modos de perceber e tratar as mulheres ainda acompanham os homens. Entendemos que estes fatos não devem continuar acontecendo e que assim como Juliana, as mulheres devem reescrever a sua história. Devido ao entrelaçamento que foi apresentado entre memória, violência contra a mulher e os desníveis de força e de direitos entre os gêneros na sociedade, no capítulo seguinte traçaremos algumas linhas sobre as articulações e desarticulações destes conceitos.

### **3 RELAÇÕES CONJUGAIS: MEMÓRIA, PODER E RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.**

#### 3.1 Memória, poder/ resistência e a violência: variáveis que não se sobrepõem

Considerando o que apresentamos no capítulo um, memória, poder/resistência e violência estabelecem conexões, mas são variáveis distintas. Para Le Goff (1994) a memória exorbita a história, pois funciona como reservatório móvel desta. Ele diz ainda que a memória além de ser rica em arquivos, documentos/monumentos funciona como o eco sonoro vivo do trabalho do historiador, e também que a “memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 1994, p. 476). Frente a estas afirmações, se não as olharmos com criticidade poderemos pensar que memória e poder se sobrepõem, mas isso não ocorre bem assim, na verdade, como bem explica Le Goff (1994) memória é também um instrumento e objeto do poder e por isso deve servir para a libertação dos homens.

A memória carrega “os segredos de perdas e de ganhos”, “os desfechos” de lutas e de projetos tramados num passado remoto ou próximo que serviram aos mais diversos propósitos. Pelo fato de a memória apresentar esta “potencialidade”, podemos dizer que ela traz consigo informações e percepções que aparecem como elementos de apoio e de direcionamento para alguns grupos, categorias e instituições se manterem hegemônicos e/ou para se destituir uma hegemonia – vai depender de como esse conhecimento será utilizado. Isso implica dizer que a memória transporta o passado para o presente, e também as forças de poder de determinadas instâncias em detrimento de outras e esse fato pode acarretar uma infinidade de consequências.

Poder é um tema complexo e muito estudado por diversos autores, e dentre estes destacamos as contribuições de Foucault (1979). De acordo com a percepção deste, poder é um feixe aberto, dinâmico e multipolarizado de relações e por isso não existem dominantes e dominados, como pensava Althusser. Ainda para o autor, o poder não parte de um ponto fixo, logo, é incorreto pensá-lo como um elemento que pertence a uma única classe, categoria, pessoa ou que somente permeie as macroinstâncias sociais, pois para ele, todas as partes envolvidas são pontos de poder/saber e de resistência a depender da posição que ocupe. Logo, por assim pensar, (Foucault, 2005 *apud* Maia, 1995, p. 84) demonstra que “não pretendia fundar uma teoria geral e globalizante e sim trabalhar uma analítica de poder capaz de dar



conta de seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas”.

Ainda de acordo com Maia (1995) a analítica do poder de Foucault possui três traços característicos: as relações de poder produzem saber, inteligibilidade das relações de poder e potência de resistência como elemento intrínseco ao poder. Ou seja, nos mais diversos agrupamentos humanos e em todas as relações destes, cada sujeito tem a seu dispor certa capacidade de poder e certa capacidade de resistência e quando estas interagem, impulsionam a emergência de saber, de conhecimento, de novas ideias e discursos, pois como diz Foucault (2005, p. 20) “por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é a luta pelo poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber”. Faz-se pertinente acrescentar que este novo saber que surge não deve ser associado com algo necessariamente ruim, mas sim com algo diferente.

Assim sendo, para Foucault, é por meio do binômio (poder/resistência) que os fenômenos ganham vivacidade e é neste contexto que entra o aspecto da inteligibilidade, pois não basta exercer o poder e a resistência, ambos têm de se confrontar dentro daquela especificidade para assim se produzir a instabilidade e o desconforto que gera um novo saber (MAIA, 1995). Devido ao fato de a analítica do poder de Foucault apresentar estas características e à especificidade de nosso objeto de estudo, consideramos que esta acepção melhor nos contempla. Entendemos que as mulheres são seres ativos na relação conjugal, inclusive nas violentas, e também tais ações opressoras podem deixar de fazer parte da vida da parte ofendida, principalmente, quando esta começa interpõe resistências, manifesta claro e objetivo repúdio contra as agressões que lhe assola e passa a buscar ajuda para se fortalecer e para reorganizar sua vida e relações. Para ilustrarmos o exposto conheçamos a história de Suzi.

Segundo relatos desta, ela é a segunda filha<sup>53</sup> biológica de três irmãos – duas meninas e um menino. Os pais de Suzi se casaram bem jovens e a relação entre estes não era boa – violência doméstica, alcoolismo, transtorno mental e muitas incompreensões marcaram este matrimônio. Ainda segundo nossa entrevistada, com sete, oito anos ela já trabalhava na feira livre com os pais e no contraturno estudava. Ela relata também que os pais exigiam das filhas obediência, recato, pudor e só lhes permitiam sair para aniversários, shoppings e cinemas se estivessem acompanhadas por um parente responsável. Já com o irmão “as coisas eram diferentes”, ele sempre teve regalias e privilégios.

---

<sup>53</sup>Os pais de Suzi tiveram três filhos biológicos e posteriormente adotaram uma sobrinha como filha adotiva.

Suzi relata que quando tinha 20 anos foi morar em Salvador para trabalhar na floricultura de uma tia durante o dia e para terminar o segundo grau à noite. Devido a esta mudança de cidade, teve a oportunidade de conhecer Juvenal, que na época tinha dezoito anos. Ela diz que ele foi seu primeiro namorado e que entre namoro e noivado transcorreram três anos. Sobre este período Suzi guarda boas lembranças, disse-nos que o amava, que ele era carinhoso, a respeitava e que eles só fizeram sexo depois do casamento, pois sempre se lembrava das orientações de sua mãe: “olha o espelho de fulana. O fulano a engravidou e foi embora”.

Entretanto, assim que se casaram ela logo percebeu que aquele sonho bom não estava se realizando, pois Juvenal só era carinhoso quando de seu interesse, era voluntarioso no momento da relação sexual e muito boêmio. Estes comportamentos de Juvenal suscitavam incômodos em Suzi e quando ela o questionava, ele a agredia, a obrigava a fazer sexo com ele, a humilhava e a fazia se passar por louca<sup>54</sup>. Suzi estranhava tais reações, mas também pensava que “era normal, coisa de casal” e pelo que ela nos relatou, tal entendimento tem fundamento na educação que recebeu.

A falta de respeito, de caráter e de limite de Juvenal chegou a um ponto tão absurdo que segundo declarações dele, para os autos<sup>55</sup> do processo de separação, o mesmo mantinha caso com outra mulher desde 2009. Ainda segundo nossa entrevistada, foi a partir da descoberta deste fato, bem antes de se iniciar o divórcio, que ela começou a refletir sobre sua própria vida.

Eu já estava com tudo isso guardado. Eu tinha esperança, eu pedia muito a Deus para um dia eu sair de tudo de ruim que eu vivia. Eu tinha mais ou menos uma certeza. Depois eu fui ficando mais velha e fui aprendendo que eu vivia no ciclo da violência. Não sabia que era o ciclo da violência doméstica, mas eu sabia que eu vivia num lugar, numa coisa que não me fazia bem. Então eu orava muito a Deus, pedia para ele me dar força e uma luz. E Ele deu: permitiu que eu construísse minha casa e passasse num concurso, foi quando eu consegui (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Falando dessa forma, parece que as coisas se deram como num “passe de mágica” e que as intervenções vieram prontamente logo após o “grito da necessidade”, porém infelizmente não foi assim que as coisas aconteceram, e também não é nossa intenção passar esta impressão, mas sim mostrar que o ciclo da violência pode ser rompido. Segundo relatos dela, entendemos quem ela quis dizer que Deus deu a inspiração, contudo, foi ela que

---

<sup>54</sup>Suzi pensava que era brincadeira, mas depois descobriu que era violência. Segundo Suzi, certa vez Juvenal falou assim para ela: “Quem é teu marido?” Suzi respondeu: “É tu não?” Juvenal respondeu: “Tens certeza do que dizes?”

<sup>55</sup>Não tivemos acesso a esse documento, quem nos passou essa informação foi Suzi. O processo de separação começou em 2012.

operacionalizou seu processo<sup>56</sup> de libertação/rompimento com o ciclo da violência ao interpor resistências aos aviltamentos de Juvenal – e estas se deram por meio do reconhecimento de si e das suas potencialidades, por meio da independência financeira, da descoberta de seus direitos e de como fazê-los valer, da busca de auxílio do Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos - CRAV, e também porque ela chegou à conclusão de que Juvenal não ia mudar, que este casamento não estava lhe fazendo bem, logo, que era ela que tinha de rever suas prioridades e escolhas.

Entendemos esse movimento pessoal como um processo de luta pelo resgate de sua dignidade, de sua autoestima como mulher e cidadã, e também que este deslocamento é produto do embate de forças: alto poder opressor dos maridos devido ao compartilhamento dos valores patriarcais *versus* interposição de resistências às agressões sofridas por parte de Suzi e das demais entrevistadas. Descobrimos que estas começaram a enfrentar a violência doméstica quando disseram a seus maridos que eles estavam maltratando-as com palavras e agressões, quando passaram a lhes cobrar fidelidade; a resistirem à violência, quando ligaram para o 180 ou 0800 e buscaram informações sobre seus direitos, quando foram à delegacia e prestaram queixa antes ou depois de também irem ao CRAV a fim de buscarem apoio emocional, social e jurídico para fazer valer seus direitos; resistiram quando disseram para seus maridos que não os queriam mais nas casas delas e que se eles não saíssem – mesmo elas estando desempregadas – elas e os filhos sairiam do domicílio, pois não queriam mais a companhia deles.

Para quem nunca passou por situação de violência doméstica, é muito óbvio pensar que a mulher assim vitimizada deve o quanto antes dar queixa, se afastar do agressor, articular estratégias de defesa contra possíveis ataques violentos..., mas pelo que nossas entrevistadas nos relataram, quem sente essa aflição na pele não consegue fazer essa elaboração tão prontamente. Vejamos as seguintes declarações de Ana, pois elas corroboram com o exposto:

Eu falo para todo mundo, não é fácil sair de um relacionamento de violência - não é fácil. Eu recomendo a todo mundo, antes de dar qualquer queixa fazer tratamento com uma psicóloga para se fortalecer, para tomar uma decisão - é importante demais, a pessoa não tem nem noção (Ana, 48 anos, Atendente).

Ainda nos embasando nos depoimentos coletados, pudemos constatar que as mulheres entrevistadas não gostaram de apanhar, e também que elas nunca quiseram ser tratadas daquela forma, mas devido ao hábito da relação, do amor aos filhos, por amar os maridos/companheiros, pelo desejo de fazer bem aos mesmos e por causa dos projetos de vida

<sup>56</sup>No capítulo 3 apresentamos como foi que isso aconteceu na vida de nossas entrevistadas.

que elas sonharam para aquele casamento, elas acreditavam que por tais fenômenos valia apenas investir na relação. Isso demonstra o quanto elas se anularam como pessoas.

Segundo Strey(2001, p.48) a violência possui “muitas caras, algumas disfarçadas de tradição, outras de moralidade, outras, sem disfarce algum, mas sempre carregadas de algum tipo ou qualidade de poder que lhes permite violentar em alguma extensão” e de fato tal raciocínio tem procedência, pois como discutimos em páginas anteriores a violência contra a mulher<sup>57</sup>, em especial a doméstica, por muitos séculos foi tratada e percebida como algo natural das relações de gênero. Ainda analisando a citação, constatamos que a palavra poder não foi empregada no sentido da acepção foucaultiana, mas sim para explicar que em muitas situações a violência tem uma força tão imperativa que ela parece ser absoluta e por isso consegue oprimir as vítimas de modo tão devastador por um período de tempo. Devido a esta percepção muitas acreditavam estar plenamente vencidas e esgotadas. Assim pensamos porque percebemos pelos relatos das entrevistadas que a violência é uma situação, logo indica transitoriedade, e não uma condição, algo que denota permanência porque dentro do contexto que ela se expressa há a possibilidade de embate de forças, logo a possibilidade de transformação.

Faz-se pertinente ressaltar o sentido empregado pela palavra poder nas afirmações de Strey porque, para Foucault, autor que orienta nossa linha teórica, violência não é sinônimo de poder porque poder é ato e a liberdade tem de ser um elemento inerente às duas partes em confronto. Para Foucault poder é uma relação de produção, de crescimento e a violência é um fenômeno de degradação de subjetividades que se apresenta por meio da opressão e da coação. Para sermos mais claras no que pretendemos informar, deixaremos ele mesmo explicar essa diferença.

[...] Aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre o corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades, não tem, portanto, junto de si, outro polo, se não aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre a qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim

<sup>57</sup>De acordo com Brasil (2011, p. 11) a violência contra a mulher abarca uma série de variedades de formas de expressão, por exemplo, a “(doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc) e atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raça e até mesmo a orientação sexual”. Cada uma dessas possuem características muito próprias, devido a isso, para melhor os atributos que tangem a violência doméstica, nos atentemos às afirmativas de Cunha. Segundo a autora, esta consiste no “abuso físico, sexual ou emocional de um indivíduo que coabita no mesmo domicílio do agressor, independentemente da existência de parentesco, aí incluída a violência conjugal contra as mulheres” (CUNHA, 2007, p. 43).

como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder todo um campo de resposta, reações, efeitos, intervenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243).

A relação de poder promove deslocamentos, reformas, ascensões e quedas de hegemonias, de ideias e de pontos de vistas. Foucault não se dedicou à pesquisa objetivamente sobre a questão da memória, entretanto, por conta da relevância deste tema para as questões da sociedade, o autor não a negligenciou. Para ele, quem controla a memória dos grupos controla as relações internas e é nesse sentido que memória e poder se articulam. E ainda sobre esta questão, Peralta (2007, p. 13) comenta:

A pluralidade de forças, práticas e regimes que coexistem no seio de uma mesma sociedade, e rejeitando a existência de verdades absolutas emanadas e sustentadas por uma única esfera de poder, Foucault considera que também a memória enquanto formação discursiva, suporta um determinado “regime de verdade” que se encontra em permanente revisão. É neste sentido que formula o conceito de “contra - memória” (1977), incluindo na análise das representações do passado a voz daqueles que foram silenciados e marginalizados pelos discursos dominantes. As memórias veiculadas por estes discursos estão em constante revisão, incorporando práticas discursivas alternadas, as quais podem, elas próprias, transformar-se, à medida que a sua popularidade aumenta, nestes mesmos discursos dominantes. É por esta razão que a “contra – memória” se pode transformar em discurso dominante à medida que determinados grupos promovem diferentes versões do passado de forma a ganharem controle sobre um centro político ou para legitimarem a sua orientação separatista, integrando a sua “contra – memória” no “regime de verdade” tido para uma certa sociedade.

Para Foucault (1970) as verdades, as ideias e as memórias não são únicas e estáticas, mas sim variadas, multifacetadas, opostas e devido a interação que estas estabelecem uma acaba se destacando e assim criando um “regime de verdade” que não será plenamente absoluto, forte e autossuficiente pela eternidade, mas sim por um momento. Pensando esta afirmativa sobre o viés do tema discutido nesse trabalho, podemos inferir que a categoria social homem é o grupo que ainda controla as relações internas da sociedade e por isso a memória herdada dos valores patriarcais ainda é fortemente influente nas nossas relações cotidianas. Esta memória não é a única, pois como nos explicou Halbwachs (2006) no capítulo I deste texto, a memória é múltipla, ou seja, existem tantas memórias quantos forem os grupos, logo, as mulheres também possuem uma memória, ou melhor, o movimento feminista também deixou uma memória para as mulheres e para a sociedade e esta repercute em nosso cotidiano, mas, infelizmente, ainda não tem a mesma potência de força que a primeira e por isso as relações entre os gêneros não são igualitárias.

Entretanto, esta modalidade de memória existe e tem se mostrado como um relevante incentivo para o processo de empoderamento de muitas mulheres que estão sendo violentadas.

No capítulo 3 analisaremos como se dá esse processo, porém antes faz-se pertinente discutirmos como a violência doméstica na relação conjugal entrou na vida de algumas das mulheres.

### 3.2 A vida cotidiana e a violência doméstica na relação conjugal

Segundo Giddens (1993), Àries (1981) e outros, enquanto os tempos transcorriam as relações de intimidade passaram a ter acepções diferentes para os casais e para a sociedade. Em vez de ser apenas um acordo comercial, passou a ser um meio de se buscar realização afetiva para ambos, contudo, em meio a tantas transformações coexistiram permanências quanto aos comportamentos que se esperam dos homens e das mulheres com relação âmbito público e privado. Para melhor explicar o exposto, vejamos as afirmações de Bassanezi (1997, p. 609-610); Para quem, as mulheres da década de 1950 acreditavam que

[...] Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação. [...] A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiria a masculinidade. A mulher que não seguisse *seus* caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar.

Devido a este fato, as mulheres nascidas entre as décadas de 1950, 1960 e 1970, como foi o caso de nossas entrevistadas, foram educadas sobre esta referência e seus relatos acerca do que esperavam e imaginavam do casamento, mais especificamente de Suzi, Sara e Madalena, endossam as afirmações de Bassanezi (1997).

Pensava que o casamento era um mar de rosas. Eu era muito romântica. Eu li muito romance: Júlia, Sabrina aqueles romances antigos. Eu lia dois três livros daquele numa noite. Eu imaginava o casamento como uma princesa que casou e foi feliz para sempre. Tanto que quando vieram as traições e o fim do casamento me desabou (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Imaginava que eu tinha de casar prater um marido. Que eu ia ficar dentro de casa... Não sei, nem pensava sobre o que era casamento. Eu achava assim: que tinha de casar, ficar dentro de casa, o marido chegar meio dia, dormir de noite (Sara, 45 anos, Desempregada).

O casamento para toda mulher era um conto de fadas - pelo menos no meu tempo, há 30 anos. Era pra casar e viver a vida toda, era isso que eu queria! Os quatorze anos que eu vivi foi tentando isso, porque casamento era pra casar e ficar. Ninguém casava pensando em separar, era casar para ficar pelo resto da vida (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

Frente a estes depoimentos, podemos inferir que o casamento, naquela época, tinha um significado muito peculiar para as mulheres, e também para a sociedade, pois pelo que pudemos depreender de nossas leituras sobre fatos ocorridos em meados de século XX e dos depoimentos coletados nas entrevistas, era por meio do matrimônio que as famílias se formavam, que os valores eram passados e que a sociedade se edificava, ou melhor, que as características do âmbito público e do âmbito privado eram moldadas.

Assim sendo, tanto os homens, quanto as mulheres sabiam que em um determinado momento da vida a sociedade lhes exigiria o enlace matrimonial, pois os jovens tinham de constituir família e assim satisfazer as necessidades sociais, mas como os gêneros eram educados sob perspectivas diferentes, tal cobrança social também repercutia de modo diferente nas percepções de mundo destes. O relato de Sara ilustra o que dissemos:

Ai aconteceu, a gente errou lá [*fez sexo*]<sup>58</sup>, minha mãe descobriu e por isso quando eu fiz quinze anos minha mãe quis que eu casasse com ele e foi aquela confusão. Ele não queria. Já começou fazendo essas besteiras dele não querer me assumir para casar. Ele não achou que tinha me tirado de casa, como diz o povo, de primeiro dizia assim. Aí foi aquela confusão para casar. O juiz pediu um monte de exames para provar, porque só a palavrão resolvia. Desde o começo, para casar foi difícil. E depois tudo bem, deu certo, casou (Sara, 45 anos, Desempregada).

Tais declarações nos mostram as diferentes perspectivas e pelo que já apresentamos, estas existem devido à forte influência dos valores patriarcais nas relações interpessoais na sociedade brasileira. Pelo que Sara nos falou, entendemos que ela foi tratada como um objeto que se quebrou e Breno como o responsável por tal descuido. Ainda de acordo com as declarações de Sara, podemos depreender que ambos já sabiam das consequências que lhes aguardavam: o exame pericial nela e a imputação da “sentença” casamento para ele, tudo a partir da irrevogabilidade da prova material.

Analisando ainda o fato relatado, percebemos que para Sara o matrimônio funcionou como uma espécie de ascensão social, pois a partir daquele momento, ela se tornou uma dona de casa, foi libertada do jugo de vários membros da família e ganhou respeito e status que até então não tinha. Já para Breno, o casamento funcionou como agregação de mais uma responsabilidade e como cerceamento de sua liberdade de horários, monetária e sexual. Devido a esta diferença de ganhos e de projetos de vidas o matrimônio já começou descompassado e como eles não conseguiram construir uma boa sintonia, a relação acabou adquirindo progressivamente características violentas ao longo dos anos.

---

<sup>58</sup>Grifo meu.

Os relatos de nossas entrevistadas nos mostram que a sociedade idealizava um modelo de relação matrimonial calcada sobre a esperança da felicidade conjugal, da complementariedade das partes – o homem paga as contas e protege a casa, a mulherreproduz, cuida do marido e da prole -, mas ao mesmo tempo fomentava a hierarquia entre os gêneros, a desvalorização da mulher e do ambiente doméstico. Isso evidência que a sociedade se preocupava com a aparência da relação para esconder a sua essência patriarcal e devido aos efeitos destes ideais muitos casamentos foram experiências traumáticas e frustrantes para os casais.

De acordo com Cunha (2013) – pesquisadora que também estuda sobre as representações do casamento, a percepção de casamento para as mulheres que se casaram na segunda metade do século XX já não é a mesma das mulheres que se casaram nas primeiras décadas do século XXI. Entretanto, segundo a autora, pelos dados colhidos o que se constatou foi que estas últimas ainda “não romperam totalmente com as expectativas de um casamento ideal, de felicidade, de permanência e de estabilidade, mas sim com a concepção tradicional de que casamento é um destino natural para a mulher” (CUNHA, 2013, p. 09), ou seja, para as mulheres que se casaram no início do século XXI, casamento é uma opção que não implica em anulação, ou seja,

Que a mulher não possa conciliar com outras atividades que também são importantes para a sua realização pessoal, como a valorização da carreira, da independência financeira, da individualidade, requisitos que tira do casamento o lugar de prioridade na vida de muitas mulheres (CUNHA, 2013, p. 9).

Estas análises mostram que as mulheres não querem fazer renúncias, mas sim ter o direito e a possibilidade de poder conciliar tarefas, papéis e atividades. Considerando ainda estas afirmações, entendemos que as mulheres querem também desenvolver suas habilidades e potencialidades e ao mesmo tempo estabelecer relação de parceria laboral e afetiva com seus companheiros/maridos. Essa proposta de relacionamento não pretende despersonalizar os gêneros, mas sim dividir as responsabilidades, cultivar boas expectativas de comportamentos e romper com séculos de preconceitos, violências e humilhações.

Segundo Chauí (1998, p.2) violência “é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psicológico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais, definidas pela opressão, pela intimidação, pelo medo e pelo terror” e de acordo com nossos estudos esta não escolhe hora, lugar, classe, idade, nem sexo, ou seja, qualquer um – homens, mulheres e crianças - pode ser alvo. Isso implica em dizer que violência acontece tanto nas relações intergêneros quanto nas relações entre os gêneros e devido a este fato,



Reunir os conceitos *violência* e *gênero* para transformá-los em um terceiro conceito, *violência de gênero*, não é tarefa difícil, na medida em que o conceito gênero já pressupõe, por princípio, uma certa quantidade de pressão sobre os indivíduos para conformarem-se aos padrões culturais sobre o que seja ser homem ou mulher. Além disso, pressupõe relações de poder, nas quais, historicamente, existe a prevalência de um sexo sobre o outro, como já vimos acima (STREY, 2001, p. 59).

Apesar de casamento e violência estabelecerem um nexo contraditório e nada interessante para a sociedade e sobretudo para o casal, tal fenômeno não é algo inexplicável, pois como já apresentamos anteriormente, o patriarcado ainda exerce influência no presente e devido à idiosincrasia que a ideologia patriarcal mantém com a identidade da categoria social homem, a violência contra as mulheres continua acontecendo em meio às transformações culturais e legais.

Violência é um fenômeno degradante e não traz nada de positivo para as partes envolvidas, o autor da ação ofensiva pode até ter essa impressão ou ilusão, mas se analisarmos os fatos violentos e suas consequências com mais cautela, perceberemos que estes suscitam em ambas as partes o que cada um tem de pior e de menos funcional para oferecer.

No Brasil, atualmente, foi criada a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)<sup>59</sup>, mecanismo que visa combater a violência exercida contra as mulheres. Neste sentido, esta Lei define que a violência doméstica e familiar é crime e pode acarretar de três meses a três anos de detenção para o(a) agressor(a), pois como veremos, as mulheres também podem ser autoras desse tipo de crime, apesar de as estatísticas mostrarem que esta forma de incidência é bem baixa. Para melhor compreendermos o que se define como violência doméstica, vejamos os incisos I, II, III do artigo 5º da Lei supracitada que tipifica a violência:

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporádicas agredidas;

II - no âmbito familiar, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convívio com a ofendida, independentemente de coabitação.

<sup>59</sup> Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica cearense que sofreu violência doméstica na reação conjugal durante os seis anos de casamento. Em 1983 denunciou o marido depois que sofreu duas tentativas de homicídio e ficou paraplégica por isso. O marido/agressor foi processado por tentativa de homicídio e condenado a pena de 10 (dez) anos de reclusão. Entretanto, após muitos recursos, somente no ano de 2002, praticamente após 19 (dezenove) anos da data da agressão, foi preso. Maria da Penha fez o caso chegar ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a partir daí a violência doméstica passou a ser pauta de discussão mais sistemática no Brasil e a partir desse empenho o fenômeno foi tipificado como crime.

Sobre a questão da violência doméstica, faz-se pertinente acrescentar uma ressalva que Saffioti (1987) e Cunha (2007) sempre fizeram questão de chamar atenção: a de que a palavra “doméstica” da expressão violência doméstica não deve ser associada com espaço físico, mas com abuso e com violação de vínculos estabelecidos em um lar por alguém que também faz parte do convívio. Logo, se a agressão, por exemplo, do marido contra a esposa acontecer na rua, numa loja, numa festa ou em qualquer outro lugar que não seja a residência do casal, ainda assim tal ato será tipificado como violência doméstica. Outra ressalva que as mesmas autoras destacam diz respeito ao aspecto da invisibilidade: como na maioria dos casos a violência ocorre entre quatro paredes e como tanto a vítima quanto o agressor tem os julgamentos alheios, estes fatos delituosos muitas vezes, ficam encobertos.

Pelo que apresentamos no capítulo 1, percebemos que essa Lei representa um avanço para as relações humanas não só porque os agentes internacionais assim a consideram (DAUDÉN, 2013, p. 51), mas porque ela tipifica violência doméstica como

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que provoque morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial; Enfatiza a integração das esferas governamentais e aborda a importância da educação e da responsabilidade dos meios de comunicação; Garante o direito de afastamento da mulher do trabalho por até seis meses; As denúncias só podem ser retiradas diante do juiz; Prevê até três anos de prisão para os agressores.

Mas sim porque o fenômeno foi criminalizado, ou seja, juridicamente passou a ser um fato repudiável. Acreditamos que o maior avanço não é o que ela proíbe e/ou autoriza, mas sim o que ela significa: rompimento com os valores patriarcais e com a hierarquia entre os gêneros. Entendemos que essa Lei pretende desnaturalizar a violência e funcionar como um potente recurso educativo para a sociedade brasileira, pois ela nos ensina que determinados comportamentos não devem ser apresentados, logo, que as relações entre e inter gêneros devem ser balizadas por outros referenciais e atitudes.

Voltando o olhar para a Lei Maria da Penha, violência doméstica e intrafamiliar podem se expressar por meio da violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral. De acordo com o inciso I, do artigo 7<sup>a</sup> desta Lei, violência física é entendida como “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. Tal qual como aconteceu, por exemplo, com Suzi e com Ana

Ele já me bateu no rosto, já me chutou. Apertou meu braço - virou assim todinho. Me jogava na parede e me segurava pelo pescoço, quando eu gritava ele mordida a minha boca (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Em casa era tapa direto - no rosto. Pior foi um dia que ele pegou uma arma. Eu e meu filho fomos dormir na casa de uma vizinha. Dormir em casa de vizinha, por causa do meu filho, para não ter agressão, era direto. [...] Teve uma vez que eu estava com um monte de colegas, dançando numa dessas micaretas, lá na pracinha do Gil, quando eu via só recebia o tapão - todas às vezes que ele me agredia só vinha na traição. Todo mundo ficou sabendo, o sangue jorrava (Ana, 48 anos, Atendente).

Segundo o inciso II do artigo 7º da Lei Maria da Penha, por violência psicológica entende-se:

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise desagradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

A violência psicológica é muito comum, e também sutil, pois ao contrário da violência física ela não deixa marcas aparentes e sutilmente, se camufla em “brincadeiras”, “piadinhas”. Vejamos um exemplo:

Ele fazia as coisas, me traía e quando eu descobria, ele me fazia passar como louca. Ele escondia meu chinelo, ele escondia a bíblia para eu não lê, tirava minhas coisas do lugar, escondia minhas coisas e fazia de conta que eu estava louca. Para cobrir os erros dele, ele justificava me colocando de louca. Ele falava assim com meu filho mais velho: “Luciano, você tem certeza que você deixou sua sandália nesse lugar Luciano?” Eu achava que era brincadeira, porque ele era muito brincalhão, entendeu? E várias outras coisas. Ele chegava para mim e perguntava: “Quem é seu marido?” Eu respondia: “Ué, não é você não?” Ele: “Tem certezas do que dizes?” Eu achava que era brincadeira, mas não era (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Muitas vezes a violência psicológica aparece como “um tipo de proteção” e/ou como um tipo de “estilo de vida” como aconteceu com Juliana e isso também dificulta o seu reconhecimento:

Ele queria mandar em minha vida, nos meus passos, não queria que eu fizesse nada, não queria que eu tivesse contato com minha família, com as pessoas. Eu tinha de fazer tudo que ele queria dentro da Igreja [...] Ele não deixava eu ligar a televisão, de vez em quando, quando ele saía eu ligava a televisão [...] Eu não tive nem o direito de escolher a roupa do meu filho, de escolher o nome dele, de fazer nada por ele: não podia levá-lo para a escola. Era Francisco quem decidia tudo (Juliana, 45 anos Autônoma).

Outras vezes a violência psicológica se expressa sem disfarce algum, como nos casos relatado por Madalena e por Sara:

Quantas vezes eu fiquei na escada, do lado de fora e a porta trancada por dentro. Ficava lá fora<sup>60</sup> esperando ele dormir para eu entrar. Cansou ... Por mais de uma vez meu filho pegou cobertor e levou para mim lá fora na escada. Ficava esperando ele dormir. Quando ele dormia, Gustavo abria a porta e eu entrava. Não tinha coisa pior do que isso. Isso era humilhante (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

Fica dizendo que você fez aquilo e você não fez. Fala palavra forte que machuca, que dói. Isso fica dentro da pessoa, é difícil sair (Sara, 45 anos, desempregada).

De acordo com nossas entrevistadas estes não foram episódios isolados e que elas disseram que sofreram muito ao se perceberem em situações como estas.

De acordo com o inciso III do artigo 7º da Lei Maria da Penha, a violência sexual significa

Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Algumas de nossas entrevistadas - Sara, Ruth, Suzi e Madalena – relataram situações que se enquadram nas características do rol taxativo acima colocado. Nessas conversas percebemos que tais atos aconteciam com muita frequência, no caso de Sara, em especial a violência sexual era algo corriqueiro:

Quando ia ter relação com ele na cama, Oh! Meu Deus! Eu chorava, chorava, pedia a Deus: “me ajuda”, porque era a coisa mais dura que tinha. Doía, era dor mesmo no corpo, doía dentro de mim, não conseguia e ele era bem bruto. Ele achava que quando eu não queria ter relação com ele era porque eu tinha tido com outro homem e aí que era daquele jeito. Eu sofria demais. Ele me obrigava, queria fazer... Ficamos vinte e sete anos casados e ele nunca respeitou uma menstruação. Eu sempre falava, mas não tinha jeito. Eu fui aguentando isso direto (Sara, 45 anos, Desempregada).

De acordo com Madalena e com Suzi, elas também sofriam violência sexual:

Quando ele chegava bêbado queria ter relação e eu não aceitava. Muitas vezes, para não fazer escândalo e acordar os meninos acontecia. E essa é a pior parte! Que para mim isso é estupro. Por isso que quando ele chegava bêbado eu saía de casa (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

Ele cometeu vários estupros comigo, mas eu não sabia que era estupro. Eu queria usar preservativo porque o povo me contava que ele me traía. Eu nunca peguei, mas eu tinha medo de pegar doença venérea. Uma vez eu cheguei a ir a uma médica, ela passou remédio para mim e para ele. Aí de lá pra cá eu não quis mais ter relações sem preservativo. Aí eu queria o preservativo e ele não queria. Eu fechava as pernas [*representou sentada na cadeira como ela fechava as pernas*]<sup>61</sup>, ele abria minhas

<sup>60</sup>O marido chegava bêbado e ela se escondia, dessa forma evitava confusão e a violência sexual.

<sup>61</sup>Grifo meu.

pernas na força [representou]<sup>61</sup>, colocava, penetrava sem preservativo. Depois, quando ele bem queria, colocava o preservativo. E numa dessas aconteceu, eu engravidei e ele me fez abortar. Ele comprou o Citotec, colocou em mim – me deu uma tremedeira, uma febre alta – eu quase morro. Ele fez isso porque ele estava desempregado e não podia ter mais filho (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

A partir das falas de Madalena e Suzi podemos notar que em muitos casos a violência sexual acontece de modo invisível, apesar da brutalidade do ato. Muitos homens usam a desculpa de que elas são suas esposas e que entre marido e mulher pode tudo e com isso conseguem fazê-las ceder a seus caprichos. Mas foi contra a vontade dela, mesmo que o parceiro seja o marido, configura violência sexual do mesmo jeito. Outra inferência que tais relatos nos permitem tecer diz respeito ao fato de uma modalidade de violência acabar puxando a outra, ou seja, em muitos casos a violência sexual acabou desencadeando também a psicológica, pois todas as vezes que tais atos aconteciam estas se sentiam humilhadas, feridas e sem ânimo para as atividades do dia.

Já violência patrimonial, conforme o inciso IV do artigo 7º da Lei Maria da Penha, é,

Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

As situações que Ana e Madalena descrevem se enquadram nesta modalidade de violência:

Principalmente quando a gente brigava e eu queria me separar dele. Ele quebrava todos os cadeados, a porta da cozinha era uma emenda - ele arrebatava (Ana, 48 anos, Atendente).

Teve uma vez que ele chegou bêbado em casa e quebrou: a garrafa térmica, a panela do almoço que estava todo pronto - ele jogou no quintal amaçou as panelas tudo - , quebrou o filtro. Fez um escândalo naquele dia, nesse dia eu fui para a casa do vizinho (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

E para finalizar o rol taxativo de formas de expressão da violência doméstica, o inciso V do artigo 7º da Lei Maria da Penha tipifica violência moral como: “qualquer conduta que configure calúnia<sup>62</sup>, difamação<sup>63</sup> ou injúria<sup>64</sup>”.

Analisando os depoimentos, podemos constatar que a difamação e a injúria acontecem com muita frequência, já a calúnia com menor incidência, até mesmo porque para se imputar a responsabilidade de autoria de crime a alguém é necessário ter provas e esses

<sup>62</sup>“Imputação falsa a alguém de fato definido como crime” (PRADO; BITENCOURT, 1997, p. 533).

<sup>63</sup>Imputação a alguém de fato ofensivo à sua reputação (PRADO; BITENCOURT, 1997, p. 537).

<sup>64</sup>Ao contrário da calúnia e difamação, não há imputação de fatos, mas emissão de conceitos negativos sobre a vítima, que atingem a sua dignidade pessoal (PRADO; BITENCOURT, 1997, p. 541).

homens não as possuíam. Vejamos um exemplo que demonstra as duas primeiras modalidades de violência moral:

Às vezes a palavra que ele falava – te acusar daquilo que você não fez -, acho que é pior do que dá um tapa. Que pra mim era isso. Você ficar em casa, tem o corre-corre o dia todo, ia para o trabalho, voltava, tomava conta de casa. Fazia uma coisa, ajuda em tudo. Eu vendia bijuterias para ajudar na despesa de dentro de casa e viajava, fazia aquele tanto de coisa e quando você chega em casa encontra palavrões de todo tipo que você pensar que um homem pode xingar uma mulher – era esse que era o problema. [...] Ele me xingava de tudo quanto era nome. Ele ficava na rua com rapariga e a prostituta era eu dentro de casa com os meninos. Isso é o que mata! (Madalena, 60 anos, técnica administrativa).

As nossas entrevistadas revelaram que depois de sofrerem as agressões se sentiam humilhadas, um lixo, pequenininhas, impotentes, deprimidas, como se estivessem dentro de um buraco e arrependimento por terem se casado com aqueles homens. Ruth e Suzi, além disso, também sentiam raiva de si. Percebemos que elas não ficavam completamente inertes durante as agressões, de algum modo sempre resistiam, pois tentavam fugir, “batiam boca”, os empurravam, mas infelizmente, naquele momento, tais ações não evitaram a violência.

Avaliando as ações dos agressores, por meio dos relatos de nossas entrevistadas, entendemos que esses homens realmente acreditavam que podiam fazer tudo aquilo. Refletindo sobre o que elas disseram ter passado nas mãos dos maridos, parece que estes não entendiam os limites das relações interpessoais e que eles não as percebiam como mulheres, como pessoas, nem como cidadãs, mas sim como suas propriedades, seus brinquedos. Os seguintes relatos delas sobre as ações e percepções dos seus agressores segundo Ana, Suzi e Madalena depois que a violência acontecia respaldam o exposto:

Ele nunca foi de pedir desculpas. Saía, quando voltava falava: “Errei viu Aninha. Errei. Valeu aí viu”. [...] E depois a reconciliação era uma maravilha: trazia flores, fazia churrasco, tudo maravilhoso (Ana, 48 anos, Atendente).

Cansei de comprar remédio para passar a dor e de usar pomada vaginal porque ficava machucada. Achava que aquilo era normal. Quando eu falava com ele “aconteceu isso e isso, o local está doendo e tal.” Ele dizia: “Ah! você queixa demais. Tudo você queixa. Isso aconteceu porque você quis, se você tivesse relaxado não teria acontecido isso.” Ele me fazia sentir culpada por ele ter me forçado a ter ficado com ele[...]Eu tinha de pegar [*ele com amante*]<sup>65</sup>. Porque se não ele me botava como louca, mentirosa; por isso eu tinha de pegar – paraprovar. Eu tinha de dizer eu vi para falar porque larguei. Se não ele falava: “Você é ingênua, infantil, acredita em tudo que os outros falam e não sei o que...Você tem de provar para você mesma. Você não é mulher não? Você já amadureceu. Quando a gente casou era ingênua, novinha, mas agora você não é mais não. Você tem de ser mulher.” Ele jogava muito na cara (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

---

<sup>65</sup>Grifo meu.

Se eu falasse para ele tudo que ele falou quando a gente estava brigando ele saía sorrindo e ainda falava que eu era mentirosa - pois ele não fez nada daquilo. Tinha dia que ele chegava e fazia aquele quebra- quebra. No outro dia, antes de sair para trabalhar, eu acordava e falava bem assim para ele: “Quando eu voltar do trabalho eu quero tudo que você quebrou no lugar”. Ele comprava tudo e botava no lugar (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

Analisando tais relatos, podemos inferir que as ações e falas dos agressores denotam desprezo, desrespeito e nenhum cuidado para com o casamento e para com as suas esposas. Também podemos notar que tais atos de brutalidade emergiam espontaneamente e não escolheram hora nem lugar para se manifestar. Percebemos também que dentro daqueles casamentos a violência já era algo naturalizado, tanto que esses homens verdadeiramente se surpreenderam quando viram suas esposas dando queixas, trocando as fechaduras, se mudando, ou seja, dando um basta no mal que lhes afligia.

Hoje, todas as nossas entrevistadas se dão conta do tamanho do problema que elas se envolveram e demonstram profundo arrependimento ao falar sobre esta questão. Ana diz:

O meu casamento eu gostaria de apagar da minha memória. Tem horas que eu falo assim: meu Deus do céu, onde estava com a cabeça quando eu me casei com aquela pessoa (Ana, 48 anos, Atendente).

E de acordo com Juliana, a sua autocrítica também corrobora neste sentido:

Eu falo: meu Deus, por que eu passei por isso? Por que eu aceitei isso? Não consigo entender porque passei sete anos encarcerada! Se eu estivesse presa seria melhor porque na cadeia eu poderia tomar um sol, conversar com pessoas, ajudar pessoas, ler, sei lá.... Não consigo entender! Eu não encontrei resposta ainda pra tudo isso que eu e meu filho passamos. Minha pergunta é: eu fiz alguma coisa que eu tive que pagar por isso? Não sei te explicar (Juliana, 45 anos, Autônoma).

Mas nem sempre as relações foram conflituosas, e também segundo nossas entrevistadas, elas não tinham como adivinhar que aquele namorado tão “carinhoso”, “respeitador”, “cúmplice”, “ciumento de tão cuidadoso que era fosse se transformar em verdadeiro monstro”. De acordo com os relatos, em alguns casos essas características se expressaram logo após a oficialização dos procedimentos nupciais, tal qual aconteceu com Ruth e com Juliana

Ele se transformou com poucos dias de casado, ele virou um demônio; “Tô” te falando, ele mudou da água para o vinho, depois de casado (Ruth, 40 anos Serviços Gerais).

A partir do momento que nos casamos ele se tornou outra pessoa – fisicamente, comportamento, em tudo. Ele queria mandar na minha vida, nos meus passos, não queria que eu falasse com ninguém (Juliana, 45 anos Autônoma).

Em outros casos a violência foi paulatinamente entrando e passou a fazer parte do casamento, como Ana e Sara relataram:

Tinham algumas coisas que já eram visíveis: quando discutia com ele, quando ele chegava de madrugada, alguns gestos. Mas não era agressão, até porque meu filho estava com doze anos e morava em casa comigo e por isso ele “maneirava”. Mas quando a gente mudou para essa casa, que eu fiquei longe dos meus irmãos, era uma briga atrás da outra. Não chegava a ter agressão física, mas eram brigas muito pesadas. Agressão foi a partir de 2003 (Ana, 48 anos, Atendente).

Não brigava, ele sempre cuidava de mim. Mas a partir de 2002, por aí, ele começou a beber e se misturar com uns colegas. Teve um dia que eu falei: “ Oh Breno, se você continuar bebendo desse jeito não vai dar certo. Você vai ter de escolher entre eu ou a cachaça?” Quando cachaça mistura no meio de casamento, os colegas começam assim, não vai dar certo. Ele falou: “eu sou mais a cachaça, vou ficar com ela.” Ai eu falei: “Tá bom”. Aí foi ficando cada vez mais violento comigo. Antes ele não era assim (Sara, 45 anos, Desempregada).

Não importa se as agressões começaram a acontecer logo depois da união ou não, o que interessa é que tais atitudes são entendidas como violência doméstica e que este fenômeno acarreta sequelas muito ruins. Vejamos como Juliana nos explica isso:

A minha relação com Francisco me trouxe grandes sequelas para a minha vida espiritual, financeira e sentimental. Fora para sociedade, porque não afeta só a gente, afeta a sociedade toda. Toda a sociedade fica comprometida por causa dos problemas da gente. Porque a partir do momento que eu não estou bem, que eu não raciocino bem, faço as coisas de um jeito ruim (Juliana, 45 anos Autônoma).

Pelo que nossas entrevistadas relataram, para elas chegarem ao nível de compreensão que elas chegaram sobre si e a respeito na relação interpessoal, elas tiveram de fazer um longo trabalho pessoal de desapego e de ressignificação de algumas questões e variáveis que elas pensavam ser ganhos que justificassem a permanência naquele tipo de relação violenta. Ainda segundo nossas entrevistadas, estas razões estavam atreladas à:

- *Dependência financeira*: elas não tinham renda para custear as suas despesas e a dos filhos e por isso continuavam com o marido agressor (CUNHA, 2007), fenômeno observado nos casos de Ruth e de Sara<sup>66</sup>

O problema era que eu não sabia como sobreviver. Eu não trabalhava. Estava com ele por causa disso. Eu tinha dois filhos pequenos (Ruth, 40 anos, Serviços Gerais).

Eu não queria pegar meus filhos e levar para dentro da casa de meus pais. Eu achava que era muito difícil pegar meus filhos e levar para casa de meus pais. Eu falava não vou, só vou quando eu tiver condição de sair, poder pagar minha casa,

<sup>66</sup>O caso de Sara ainda tinha uma peculiaridade, ela nunca trabalhou fora, sempre foi dona de casa.



que eu ter minha casa. Mas aí eu fui ficando lá, e ia passando tempo, tempo e tempo e eu não saía. Não sei porque não tomava a decisão (Sara, 45 anos, Desempregada).

- *Dependência emocional*: “chantageadas e frequentemente cedem a essas chantagens. Têm culpa, medo e vergonha. Muitas protegem o agressor e a relação, justificando o comportamento violento dele. Ao mesmo tempo em que sentem raiva por terem sido agredidas, elas sofrem com a possibilidade de ficar sós. O medo prevalece, paralisando-as” (CUNHA 2007, p. 162). Fenômeno que pode ser encontrado nos depoimentos de Ruth, de Juliana e de Ana:

Quando me casei eu era muito medrosa, submissa, obedecia ele demais. Eu tinha um medo dele. Muito medo (Ruth, 40 anos, Serviços Gerais).

Eu sempre tive muita vontade de ligar no 0800. Porque a gente sempre vê os *slogans* na rua. Uma vez eu vi na televisão Ivete Sangalo falando: “o se você está passando por isso, denuncia”, parece que as coisas vinham pra mim quando eu ligava a televisão. Eu pegava o telefone, o medo me dominava. Eu tinha medo de tudo, não era só dele. Eu tinha medo de tudo, de ir ao caixa eletrônico, de dirigir – não dirigia -, medo de tudo, tudo, tudo que você imaginar eu tinha medo. Se qualquer coisa batesse na porta eu já morria - é uma coisa que só quem passa sabe descrever (Juliana, 45 anos Autônoma).

A gente não fica numa relação de violência porque a gente quer. A gente cria uma dependência que você nem sabe. É preciso muito Deus, muita força para sair dela [...] E eu me pelava de medo dele. Só bastava ele olhar para mim, mais nada. Se eu tivesse aqui conversando com você e ele apontasse ali, eu já mudava (Ana, 48 anos, Atendente).

- *Mulheres onipotentes*: muitas mulheres acreditam que vão mudar o comportamento violento de seus maridos se elas o derem uma nova chance, se elas os amarem mais (CUNHA, 2007), como foi no caso de Madalena:

Primeiro eu saí do meu trabalho, tinha dez anos de empresa. Saí por um período para vê se ele mudava – pensava que talvez fosse porque eu trabalhava o dia todo, por causa do corre-corre. Saí pra ficar mais em casa. Aí falei: “vou ficar em casa um período para vê se ele melhora.” Até isso eu fiz! Fiquei quase quatro anos. Quando eu vi que o problema não era esse – eu ficar em casa – que era a bebida mesmo, aí eu resolvi chutar o balde e terminei a relação (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

- *Permutas*: muitas mulheres se veem divididas, confusas e acabam tolerando a relação por causa da ambivalência do comportamento dos maridos/companheiros - são maridos violentos, mas ao mesmo tempo são bons pais e/ou provedores e/ou amantes para elas (CUNHA, 2007). Fenômeno observado nos relatos de Suzi e de Madalena.

Eu achava assim, criar dois filhos homens, naquele tempo, há vinteanos, era muito difícil. Porque de qualquer maneira ele cuidada dos meninos direito: levava para jogar bola, tinha aquele envolvimento com os filhos. O negócio dele era só a bebida (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

Eu o amava. Meu primeiro namorado ...era tão carinhoso. Ele fazia violência, mas ele me dava flor, me dava presente, me levava para passear ele fazia tudo pra me “engambelar” e por isso ele me tinha “na mão” (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

- *Pressão da familiar*: muitas famílias não incentivam a mulher vitimada a denunciar seus maridos agressores alegando a impotência da manutenção do casamento e a preocupação com os filhos (CUNHA, 2007). Vejamos uma situação vivenciada por Suzi:

E uma vez, foi em Salvador, ele deu um “tapão” na minha cara, que inchou. Ai eu dei queixa na DEAM e depois eu não fui atrás porque minha “mãããe” me chamou de crente desgraçada porque eu dei queixa. Ela falou que não era para ter dado queixa. Quebriga de marido e mulher não é caso para delegacia (Suzi, 45 anos, recepcionista).

No caso de Suzi o repúdio a denúncia por parte da família existiu, mas o motivo alegado pela mãe dela mais se associa a questões culturais.

- *Instituições patriarcais e a não importância das relações conjugais violentas*. Segundo Cunha (2007) aqui se correlacionam questões relativas à falta de informação por parte das agredidas quanto a seus direitos e ou quanto à falta de meios de fazê-los valer, como também à falta de apoio, de ajuda, de recursos financeiros, afetivos, materiais. O seguinte relato ilustra o exposto.

Eu estava com o “coração sangrando” o dia todo, sofrendo, chorando jorrando” e eu não vi ninguém, ninguém olhou para mim. Ninguém olhou e me falou assim: “olha, eu vou te ajudar.” Você vai se recuperar, você vai voltar ao normal, você vai ter capacidade de criar seu filho de educar, de se manter, de ter a sua vida. Ninguém olhou para mim, a sociedade inteira não olhou pra mim dessa maneira. Então sofri, sofri [...] Aí fui na advogada e ela começou a falar que Francisco ia tomar meu filho porque ele era estrangeiro – vixe! Aquilo para mim... ai falei, nossa, vou deixar como está!, vou continuar nesta situação (Juliana, 45 anos Autônoma).

Seja por um ou por vários destes motivos, variáveis e/ou questões, nossas entrevistadas se sentiam presas àquela relação conjugal violenta. Analisando ainda os depoimentos, percebemos que tudo que elas estavam passando e que já foi aqui colocado faziam com que elas se sentissem cada vez mais impotentes e assim o ciclo vicioso negativo era retroalimentado. Como vimos no capítulo 1, esse tipo de maus-tratos tem recorrência histórica e forte ligação com os valores patriarcais que ainda estão presentes em nossa realidade. Frente às consequências geradas pelo desgaste da relação, romper com a violência doméstica era algo imprescindível e isso também implica em enfrentar uma cultura violenta

para com as mulheres. No capítulo 3 veremos como isso aconteceu na vida de nossas entrevistadas e como passou a ser a vida delas após cessar o ciclo da violência.

## 4 EMPODERAMENTO: ESTRATÉGIA DE LUTA, CAMINHO PARA A LIBERTAÇÃO

### 4.1 Resistência e empoderamento da mulher frente à violência doméstica na relação conjugal

Pesquisas recentes têm mostrado que é por meio do processo de empoderamento que muitas pessoas têm conseguido extirpar a violência de suas vidas. Segundo Baquero (2012, p. 173) *empowerment* ou empoderamento é uma “categoria de natureza ambígua, cujo entendimento é apresentado sob diferentes formas na literatura” e por isso o termo é complexo, farto de sentido e aplicável em vários contextos. Como ainda não está estabelecido os parâmetros de quais elementos exclusivamente definem este constructo, Sardenberg prefere pensar que por “trás do termo “empoderamento” escondem-se vários conceitos bastantes diferentes” (SARDENBERG, 2006, p. 2).

Aprofundando os estudos acerca das modalidades de como o tema vem sendo trabalhado no Brasil, depreendemos que para Baquero (2012), Baquero; Baquero (2007), Meirelles; Igrassia (2006) e Sardenberg (2006) esta temática tem a ver com emancipação, com autonomia, com capacidade de compreensão e de ação dos indivíduos e das coletividades sobre assuntos e questões que ferem à sua dignidade, como exemplo: violência e negação de acesso a direitos humanos e fundamentais. Logo, é um

Processo dinâmico que se constrói a partir das práticas produzidas pelos sujeitos por meio do contexto em que estão inseridos, dito de outra forma, empoderar significa muito mais do que “transmitir” ou “tomar posse” de elementos que permitam a estes<sup>67</sup> transitar nos meandros transitórios de sua coletividade, mas sim, fornecer subsídios a estes para que estes possam ultrapassar os limites da consciência ingênua, tornando-se cidadãos críticos e conscientes de sua posição enquanto indivíduo histórico, situado (MEIRELLES; IGRASSIA 2006, p. 3).

Ainda sobre o tema, Baquero (2012), Baquero; Baquero (2007) e Meirelles; Igrassia (2006) sustentam seus estudos sobre afirmações de Israel et al. (1994) acerca das dimensões do empoderamento e segundo, principalmente, estes últimos autores, tal fenômeno possui três dimensões: a individual, a organizacional e a comunitária. A primeira dimensão diz respeito à utilização, por parte do sujeito, da sua capacidade de se conhecer, de elaborar projetos de vida e de se perceber como sujeito capaz de ficar, sair e transformar as relações. Ainda sobre esta questão, Baquero nos explica que “a ênfase é no aumento do poder individual medido em termos do aumento no nível de autoestima, da autoafirmação e da autoconfiança das pessoas” (BAQUERO, 2012, p. 177). A segunda dimensão abarca o indivíduo no contexto da empresa,

<sup>67</sup>A palavra “estes” na citação se refere a indivíduos, sujeitos, de acordo com o sentido do texto.

mais especificamente acerca da forma de se utilizar a confiança recebida na conjuntura de trabalho para realizá-lo com mais destreza, independência e agilidade (BAQUERO, 2012) e a terceira dimensão debruça-se sobre a vida em comunidade, melhor explicando, sobre a potencialidade e a necessidade que os membros de uma localidade têm de criar e implantar estratégias e ações que visam à satisfação do bem comum (BAQUERO, 2012).

Frente a tais afirmações dos autores supracitados, compreendemos que o empoderamento é um fenômeno libertador, pois coloca o sujeito em posição de ser autor de sua própria vida ao dar a ele elementos que subsidiem suas escolhas e decisões, ou melhor, a sua tomada de consciência acerca das necessidades de sua própria vida. Este fenômeno é considerado como o pilar central das mobilizações internas e externas do sujeito e “não se dá de forma isolada, mas através das relações que os homens estabelecem entre si, mediados pelo mundo” (BAQUERO, 2012, p.182). Freire (1981, p. 27) corrobora com o exposto, pois segundo ele, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. O seguinte relato de Juliana<sup>68</sup> expressa essa ideia:

Toda mulher tem de buscar estar em grupo, participar de palestra, ler mais, assistir mais sobre o tema na televisão e buscar conhecer mais os seus direitos para não se permitir passar pelo que eu passei. Eu quero fazer isso com minha vida. Quero aprender. Porque esse tempo que eu fiquei encarcerada – sem até saber o porquê de tudo isso. Talvez, se tivesse me vindo uma luz eu não teria passado pelo que eu passei. Eu vejo que as pessoas estão muito cada um por si e Deus por todos, mas eu amo esse negócio de conversar, de estar na família, de tomar um café com meu pai, com minha mãe, de discutir uma coisa, ver o que eles acham daquilo, participar de reuniões, isso é fundamental para minha vida (Juliana, 45 anos, Autônoma).

Essa rede de relações que Juliana diz “amar” é realmente algo muito importante, pois pelo que pudemos perceber foi justamente por causa dessa interação que Juliana e todas as mulheres entrevistadas conseguem visualizar as amarras e entraves que os valores patriarcais lhes impuseram a fim de fazê-las sofrer com rebaixamentos e humilhações. Entendemos que fazer tal exercício é importante, porque como afirma Meirelles; Igrassia (2006, p.2), “o processo de empoderamento não pode ser visto deslocado do contexto social que o produziu sob pena de haver um esvaziamento de sentido”, ou seja, só podemos nos empoderar frente a uma situação e/ou problema que sabemos que existe e que diretamente nos afeta, caso contrário, tal fenômeno não tem razão de existir.

Sardenberg é uma pesquisadora que se debruça sobre as discussões do empoderamento da mulher e segundo ela, “para nós, feministas” este representa um

---

<sup>68</sup>Uma mulher que foi vitimada pela violência doméstica e conseguiu se livrar desta.

Processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, 2006, p.2)

Assim, percebemos que o empoderamento de mulheres conclama todas a si colocarem no lugar de sujeito que exige respeito e dignidade. Deste modo, não só as demandas imediatas serão enfrentadas, mas também a reiteração histórica do preconceito e da discriminação que a sociedade imputa às mulheres nos contextos interpessoais, organizacionais e comunitários. Sardenberg (2006, p.6) assevera que este processo “deve se dirigir para todas as estruturas e fontes de poder relevantes”, e se utiliza das afirmações de Stromquist<sup>69</sup> (1995, 2002) para nos explicar como esse fenômeno acontece:

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (STROMQUIST, 2002, p.232).

Tais afirmações evidenciam que empoderamento é um processo porque como foi acima explicado tal fenômeno acontece de modo paulatino e objetiva proporcionar o fortalecimento emocional e político de quem se dispõe a experimentá-lo a fim de instrumentalizá-lo para as lutas diárias e específicas. Devido a esta peculiaridade o processo de empoderamento funciona como estratégia de resistência que embate com o poder opressor dos homens e gera um novo saber, uma nova realidade. Para ilustrar o exposto vejamos a declaração de Suzi acerca de um novo relacionamento afetivo que ela teve depois que se separou de Juvenal.

Eu esperava que fosse namorando, podia até ir para um casamento, mas não para ele me querer exatamente para o que ele estava me querendo – ter uma companheira que faça as coisas pra ele. Oh pra ele! [fez “sinal de banana” com os braços]<sup>70</sup>. Ele que pague uma empregada! Eu trabalho, tenho meu dinheiro, vivo a minha vida, eu preciso lá de ficar fazendo nada pra ninguém! Eu não. Ele paga uma empregada! Oxente! Ele quer uma mulher ou uma empregada? Eu agora estou assim. Curta e

<sup>69</sup>Traduzido por Sardenberg (2006).

<sup>70</sup>Grifo meu

grossa. Não quero de jeito nenhum! Me quer pra morar junto? “Quero”. Então a gente vai juntar, os dois vão trabalhar e pagar uma faxineira. Eu faço as coisas em casa, agora, se não me mandar. Se não me mandar eu faço. Eu tenho maior prazer de fazer comidinha, eu gosto de lavar roupa – odeio arrumar a casa, passar pano, não sei fazer bolo, essas coisas de comidas porque eu fui criada trabalhando fora. Eu só sei fazer comida básica. Eu tenho maior prazer de fazer uma comida básica, igual eu faço para os meus filhos, maior prazer. Agora não me venha: “Eu quero comer isso hoje!” “Faça aquilo porque eu quero comer isso.” Eu não. Não vem porque eu não aceito de jeito nenhum. Não aceito mais nada que me prejudique nem que me ofenda<sup>71</sup> (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Os desgastes, as brigas e todos os aspectos da relação que Suzi manteve com Juvenal ensinou muitas coisas para ambos, inclusive quais são os limites e necessidades de uma vida a dois como nossa entrevistada está demonstrando. Comparando os posicionamentos dela neste novo relacionamento com os que ela nos disse ter tido com Juvenal percebemos um grande avanço e pelo que nossas análises nos mostraram este progresso é produto deste novo saber que emergiu a partir do momento que ela começou a se empoderar e a enfrentar a violência que lhe sobrevinha.

Considerando a importância do processo de empoderamento para as mulheres vitimadas pela violência doméstica no âmbito da relação conjugal, é importante que conheçamos agora como tal fenômeno foi se expressando na vida delas.

## 4.2 Fases do processo de empoderamento

Analisando os relatos das nossas entrevistadas sobre a vida conjugal que elas tiveram com seus maridos é possível perceber que elas estavam relativamente<sup>72</sup>desempoderadas, ou seja, elas se encontravam emocionalmente frágeis e resignadas frente à situação de violência.

O relato de Juliana ilustra esta situação:

Para os europeus é muito normal engravidar aos quarenta, mas eu fiquei com medo e vim pra São Paulo para fazer exames e para ficar livre daquela carga que ele estava

<sup>71</sup>Se Suzi não tivesse passado pelo processo de empoderamento cederia aos caprichos do novo namorado mesmo se sentindo ofendida pela forma como ele exigiu tal comida. A partir da análise deste relato depreendemos que Suzi está desenvolvendo a sua capacidade de ser assertiva e de se perceber como um sujeito que tem sentimentos e limites que devem ser respeitados

<sup>72</sup>Sardenberg (2006, p 6) afirma: “[...] nós, mulheres, não fomos nunca totalmente desempoderadas. Sempre tentamos, de uma maneira ou de outra, “expandir nosso espaço”, mesmo quando as ideologias patriarcais conseguiram minar essas tentativas” e concordamos com ela, pois as relações que as mulheres estabeleceram/estabelecem com a sociedade são interpretadas aqui pelo viés da acepção focaltiana, logo elas tinham/tem um potencial de resistência e certamente sempre o empregou. Contudo, frente a tamanha dominação que lhes sobrevinha este potencial de força era diminuto, ou seja, por si só não conseguia potencializar um embate transformador. Devido a esse fato utilizamos e buscamos nos embasar em autores que empregam a expressão relativamente desempoderadas porque entendemos que assim o encadeamento das ideias encontra congruência.

colocando em mim. Eu não queria que ele viesse, queria separar, queria que ele ficasse lá [Europa]<sup>73</sup> e eu aqui [Brasil]. Ai, eu o via pela internet, sempre muito arrependido, muito bonzinho e por isso, acabei aceitando que ele viesse e foi terrível até agosto de 2013<sup>74</sup>. Eu sofri demais, fiquei em depressão esse tempo todo. Não tive apoio de minha família porque minha família tinha medo que ele levasse o menino. [...] Eu tinha medo que ele levasse Pedro, de acontecer alguma coisa com ele. Eu fiquei presa a essa situação por causa dele. Aí fui me deprimindo. Outra coisa, o que aconteceu comigo e com Vitor<sup>75</sup> me deixou muito mal e por isso fui morar na Europa. [...] Então, por tudo isso eu já tinha me entregando para a morte, já estava neste estágio. Não tinha força para mais nada, nada, absolutamente (Juliana, 45 anos Autônoma).

Percebemos também que elas se encontravam em posição de relativo desempoderamento porque estavam desinformadas quanto aos seus direitos. O caso de Sara exemplifica a situação:

Eu não tinha entendimento com nada. Morava longe de família, da minha mãe, do meu pai, a gente morava longe, viajava e ele empregava em todo lugar e a convivência era só junto com ele (Sara, 45 anos, Desempregada).

Outro fator que compõe o quadro de relativo desempoderamento é o fato de elas entregarem suas vidas e prioridades nas mãos de seus maridos por amor, comodismo e porque acreditavam que eles iam mudar. Vejamos os relatos de Ana e de Madalena, pois estes expressam esse conteúdo

Voltava para ele por causa das ameaças de morte contra meu filho, voltava porque gostava dele e porque acreditava que ele ia mudar (Ana, 48 anos, Atendente).

Quando ainda existe amor, você ainda vai tentando né? No final já não era mais amor. Era comodismo. Eu sempre fui muito decidida, sempre trabalhei, mas ficava naquela história - criar dois filhos no mundo de hoje... e tal. Tinha medo. Mesmo eu trabalhando<sup>76</sup> tinha medo de deixar, mas o amor não existia mais (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

Ainda falando sobre relativo desempoderamento, a falta de assertividade na hora de expressar seus desejos e necessidades também revelam a presença deste fenômeno e o encontramos no depoimento de Suzi

Teve uma época que ele ficou desempregado, aí eu tomei a iniciativa de vim para cá pra ver se conseguia alguma coisa. Ele até achou ruim. Eu falei: “Você vem se você quiser. Você tem a livre e espontânea vontade para ficar aqui”. Quando eu disse isso pensei que ia conseguir dar um basta na minha vida com ele. Mas não dei um basta porque ele veio. Ele simplesmente veio. Você acha que ele ia me deixar? Se era

<sup>73</sup>Grifo meu.

<sup>74</sup>Data que as oficiais de justiça o retiraram da casa onde o casal morava.

<sup>75</sup>Francisco foi o terceiro marido de Juliana. No primeiro e no terceiro casamento ela foi muito infeliz, pelo que ela nos disse, ambos a violentava psicologicamente. Mas com Vitor, seu segundo marido, ela foi feliz. De acordo com Juliana, este “era uma pessoa maravilhosa”. Morreu na UTI devido a complicações cardíacas.

<sup>76</sup>Nessa época ela realizava trabalho reprodutivo e produtivo, contudo, este não era assalariado. Ela trabalhava ajudando ele.



prático para ele! Eu batalhadora, guerreira, sempre corri atrás, sempre tive o meu (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Estes relatos evidenciam que estas mulheres estavam relativamente desempoderadas porque “os indivíduos ou grupos relativamente desempoderados permanecem como objetos da relação, como os receptores da ação externa, numa atitude passiva” (BAQUERO, 2012, p. 179). Tais afirmativas se materializaram nos casos acima mencionados quando elas ficaram esperando que eles mudassem, ou seja, que eles parassem de desferir violências contra elas, quando nossas entrevistadas fugiram das circunstâncias e omitiram seus posicionamentos porque pensavam não ter forças para lutar e enfrentar o problema. Pelo que podemos extrair dos relatos, elas assim procederam porque não estavam mais suportando as agressões e achavam que dessa forma estariam se preservando e até resolvendo os problemas, mais foi um ledoo engano, os depoimentos nos mostraram que quanto mais os maridos percebiam esse recuo e fragilidade mais eles se sentiam autorizados a violentá-las.

Analisando os relatos de nossas entrevistadas notamos que muitos fatos e questões precisavam ser alterados nas vidas delas, caso contrário elas nunca encontrariam a paz. Devido às constantes situações de vitimização elas não tinham nem ideia de por onde começar e por isso rezavam/oravam. Segundo Madalena e Sara, muitas vezes elas perguntaram a Deus o que fazer com a vida delas e confienciavam a Ele as dificuldades e violências que lhes sobrevinham no casamento. Segundo Ana, outra entrevistada que também viveu essa experiência, os resultados foram bastante significativos, pois como ela mesma diz

O fator religioso contou muito. Um dia eu estava num desespero e falei: “Pai, se é para eu ficar com Geraldo me mostra o caminho, me dá uma luz. Se não for para eu ficar me dar essa luz também.” Foi quando a cachorrinha derruboua pasta dele cheia de cocaína. Entendi isso como um sinal (Ana, 48 anos, Atendente).

Juliana corrobora com o exposto testemunhando o quanto a fé é importante na vida de uma pessoa. De acordo com ela,

No período que eu estive no fundo do poço eu sempre tive fé que Deus ia me resgatar. Sempre com fé. Orava, pedia a Deus para ele vir me resgatar daquilo. Eu não entendo porque eu não saí na rua, não gritei, não fiz coisas, falei coisas. Mas sempre com muita fé porque Deus nunca me desamparou – ele me livrou do mundo de drogas, de bebida, de prostituição, de tanta coisa (Juliana, 45 anos Autônoma).

Esses relatos nos mostram que além da angústia, nossas entrevistadas também sentiam necessidade de apoio, de ajuda, e principalmente de falar, porém, naquele momento, elas estavam tão aflitas, envergonhadas e desesperadas que não tinham coragem de verbalizar suas dores para ninguém, exceto Deus porque sabiam que Ele era o único que as escutariam sem julgamentos. Entendemos que essa iniciativa foi algo salutar, pois foi a partir destas conversas

e reflexões com Deus que o processo de empoderamento delas se iniciou. Pelo que elas nos relataram, as orações lhes deram oportunidade de refletir sobre o que lhes sobrevinham e também lhes estimularam a se empenhar para perceber a realidade com mais criticidade e assim a dimensão cognitiva - primeira fase/etapa das quatro<sup>77</sup> fases/etapas do processo de empoderamento da mulher de acordo com Stromquist (2002) - começou a se expressar e a potencializar a emersão das outras. Vejamos os depoimentos que se seguem, pois eles ilustram isso: Ana diz que depois de refletir sobre muitas situações concluiu:

Eu me vi só, sem família, com filho, sem base nenhuma. Falei: “Meu Deus do Céu, tenho quarenta e poucos anos, o que eu quero com um homem desse? Que amor é esse? Para que esse sofrimento? Em nome de que eu estou com a pasta cheia de doce de porta em porta, pra ganhar R\$5,00 R \$10,00 Reais? Se eu for fazer, que eu faça para mim. Não para pagar aluguel, água, luz, botar comida dentro de casa. Sabe, deu aquele estalo (Ana, 48 anos, Atendente).

Juliana e Sara corroboram com o exposto:

De vez em quando, quando ele saía, eu ligava a televisão e um dia eu me deparei com aquilo. (Não sei se você se lembra do caso daquelas três moças dos EUA que aquele rapaz prendeu lá e depois uma delas<sup>78</sup> conseguiu sair e denunciar) Eu me vi naquela mesma situação. Enquanto assistia a reportagem pensei: “eu saí, vou ao mercado, a Igreja, mas tudo com ele. As pessoas olham e pensam que está tudo bem, mas quando a gente chega em casa, ele me trata de outro jeito.” Eu percebi que eu vivia na mesma situação daquelas moças(Juliana, 45 anos, Autônoma).

Uma vez eu tive tuberculose, Graças a Deus eu fiz tratamento e sarei sem sequela, mas acho que isso serviu para eu poder perceber as coisas que ele estava fazendo comigo. Teve um dia que ele fez descaso de mim. Eu estava com esse problema e ele disse que não me queria lá em casa, que era para eu ir para a casa de minha mãe, para eu morrer na casa da minha mãe e não na companhia dele (Sara, 45 anos, Desempregada).

O empenho reflexivo permitiu que elas se pegassem em circunstâncias como as que aqui foram apresentadas enotaram o quanto elas eram tratadas sem cuidado, sem respeito e sem amor. Segundo elas, perceber esse abandono afetivo foi muito frustrante e também ofensivo para seus filhos e pessoas próximas. Tais constatações geraram angústias que mobilizaram inquietações interna e externas nas nossas entrevistadas e conseqüentemente a segunda e a terceira fase do empoderamento da mulher proposta por Stromquist (2002) – dimensão psicológica e política, respectivamente - também foram se amalgamando à dimensão cognitiva deste processo e assim as fazendo evoluir em seu empenho de se libertar

<sup>77</sup>Ver página 76. Segundo Stromquist (2002,) estas são: cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (STROMQUIST, 2002, p. 232).

<sup>78</sup>Moça norte americana.

das violências que lhes afligiam. Vejamos o relato de Juliana, pois ele demonstra o exposto. Pelo que ela nos contou, depois que começou a fazer exercício reflexivo sobre sua vida e fatos que lhes aconteciam, ela pode se

Descobrir como pessoa. Eu não vim aqui para isso. Por que eu estava passando por isso? Eu sou gente, eu sou mãe, eu tenho de exercer meu direito de mãe, eu tenho de educar meu filho, cuidar do meu filho. Eu não tenho de aceitar tudo que o outro está me apontando, me condenando. Não tenho de aceitar isso não. Eu estava contra meus direitos, contra mim mesma do jeito que as coisas estavam. Mas é um negócio neurológico, “você está vedada, de não enxergar”. Parece que não consegue sair daquilo. É uma coisa terrível, eu não quero para ninguém (Juliana, 45 anos Autônoma).

Sara, Ana, Suzi, Madalena, Ruth bem como Juliana também perceberam que elas não mereciam passar por aquelas violências, que os filhos estavam sofrendo ao verem o pai/padrasto agredi-las. Elas se perceberam cansadas de falar, de pedir, de chorar, de brigar e por isso resolveram direcionar atenção e cuidado para si. A partir de então nossas entrevistadas foram se aprofundando cada vez mais nesta segunda etapa do processo de empoderamento e por isso passaram a fazer o exercício diário de examinar os sentimentos que elas nutriam por seus maridos e também por elas mesmas.

Essa análise mostrou o quanto elas se auto negligenciavam, o quanto elas precisavam se fortalecer e também que o que elas consideravam como amor, era na verdade comodismo e medo de recomeçar. Foi frente a estas constatações que elas perceberam que a mudança tinha de partir delas, logo, foi neste momento que a terceira dimensão – a política - do processo de empoderamento proposto por Stromquist (2002) foi se amalgamando com as outras. Ou seja, a auto percepção mostrou a necessidade de fazer a autoestima se elevar, e também a perceber que as desigualdades de gênero, sociais e políticas existem assim como os recursos privados, jurídicos e governamentais de enfrentamento a estas discrepâncias. Os relatos abaixo ilustram o exposto

Em 2008 ele foi para todas as festas de junho. Nós encontramos com um casal de amigos que tinha chegado de Brasília para tomarmos uma cerveja. Ai, dentro do bar, ele me deu um murro. Eu fui pra casa e lá não dirigi uma palavra a ele. Isso foi no sábado. Na segunda procurei o CRAV, fui atendida por uma estagiária de serviço social. Na sexta feira começou o atendimento psicológico (Ana, 48 anos, Atendente).

Eu não queria ir à delegacia, mas ai eu fui orientada por uma pessoa a ir, foi até ela que me levou lá. Depois desse dia, Graças a Deus, quando cheguei lá me encaminharam para cá [CRAV] e ai que eu fui aprendendo. Graças a Deus saí desse sufoco, passei muito sufoco em minha vida, muito sofrimento, eu sofri muito. Só Deus sabe como eu estava! (Sara, 45 anos, Desempregada)

Estas falas mostram que as nossas entrevistadas sentiram dificuldades em tomar qualquer iniciativa pois queriam contornar as situações de crise para evitar maiores dissabores, entretanto, o casamento chegou a um ponto intolerável e por isso elas buscaram ajuda na Rede de Proteção à Mulher do Governo Federal e do Governo Municipal de Vitória da Conquista – Ba. Pelo que elas nos confienciaram, tomar estas atitudes foi de suma importância, mas isso também implicou no reconhecimento de seus erros, das suas dificuldades e no fato de que o fim do matrimônio não tardava em chegar e ainda segundo nossas entrevistadas isso também acarretou em mais dores a serem superadas.

As instituições que atendem às mulheres que sofrem violência: DEAM, 0800, CRAV e muitos outros recursos, são elementos da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e de acordo com Brasil (2011b, p. 7) essa

Atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não – governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e de seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência

Ainda segundo Brasil, o projeto de ação em rede começou a ser desenhado a partir de 2003, através da implantação da Secretaria de Política para as Mulheres, que por sua vez criou o I e II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), e mais especificamente, a Política e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica contra as Mulheres. Avaliando a realidade atual, consideramos estas iniciativas como marcos nacionais para a prevenção e enfrentamento deste problema social, pois foi por meio destas políticas que a sociedade brasileira passou a ter contato imediato com outras<sup>79</sup> instituições que também se interessavam em dar suporte às mulheres engajadas em sair do ciclo da violência que lhes assolavam.

A atuação governamental, portanto, deixa de construir apenas o apoio a serviços emergenciais e a campanhas isoladas, avançando para uma atuação mais ampla que contempla – além do apoio a serviços especializados – as seguintes ações: a capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento; a criação de normas e padrões de atendimento; o aperfeiçoamento da legislação; o incentivo à constituição de redes de serviços; o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública (BRASIL, 2011b, p. 10).

Assim, podemos depreender que a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres foi tramada nos altos escalões federais, mas prevendo a sua implantação nos

---

<sup>79</sup>Além das DEAMs e casas-abrigos que já existiam.

contextos locais das mais diversas partes da federação. Percebemos que o município de Vitória da Conquista – Ba, depois de muita luta, assim procedeu, pois adotou a regulamentação nacional e se subsidiou nas possibilidades e recursos locais e legais para criar a sua rede municipal de proteção à mulher. E de acordo com o relatório anual de 2013 do CRAV<sup>80</sup>, “a Rede de Proteção à Mulher vem sendo construída cotidianamente na tentativa de oferecer atendimento de forma integral e articulada às necessidades das mulheres em situação de violência” (VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, 2013 p.2). Ainda de acordo com este documento, são considerados membros da rede de proteção a mulher desta localidade:

O Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos - CRAV, Conselho Municipal de Direitos da Mulher, Defensoria Pública, Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS, Rede da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Conselho Tutelar, União de Mulheres, Hospital Municipal Esaú Matos, Secretaria de Saúde através da Atenção Básica, Núcleo de Atendimento a Mulher – NAM/UESB, Núcleos Jurídicos da UESB/FTC/FAINOR, Clínica de Psicologia da FTC, dentre outros. (VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, 2013 p.19)

Diante destas informações, percebemos que esta rede é demasiadamente grande e heterogênea devido à complexidade do fenômeno a ser combatido. De acordo com o mesmo texto, de Julho de 2006<sup>81</sup> a dezembro de 2013 o serviço já fez mais de 10.000 atendimentos psicossociais e jurídicos e já ofereceu em torno de 8.237 atividades externas, tais como: palestras, oficinas, cursos, seminário e outras no município e na região. Estas informações nos permitem inferir que a demanda que se apresenta ao CRAV exige o manejo de estratégias de prevenção, promoção e de intervenção e segundo beneficiárias deste serviço o atendimento está sendo realizado de forma satisfatória. Sobre esse serviço Sara afirma,

Quando eu cheguei aqui [*no CRAV*] parece que eu não tinha chão, que eu estava acabada, quebrada, parece que eu não estava sentindo nada. Eu me sentia assim. Parecia que eu não ia mais viver, mas Graças a Deus cheguei aqui [...] O CRAV me acolheu, me tratou bem, me orientou e aí eu fui melhorado, fui tomando as decisões. Eu que tinha de tomar a decisão porque elas não podiam fazer nada por mim, mas era o caso de conversar comigo [...] (Sara, 45 anos, Desempregada).

---

<sup>80</sup>O CRAV, Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos é uma política pública, ou seja, “o Estado em ação” (SOUZA 2007, p. 69) para coibir um problema social específico, no caso, a violência doméstica contra a mulher. De acordo com o relatório anual desde 2013, o CRAV tem por objetivo: “Oferecer atendimento e acompanhamento psicossocial e jurídico, orientação e informação às mulheres em situação de violência, exercer também o papel de articulador da REDE DE PROTEÇÃO A MULHER, composta por serviços governamentais e não governamentais no Município” (VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, 2013 p.2).

<sup>81</sup>Ano de implantação do Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos.

Ana e Juliana também compartilham desse ponto de vista e nos deram os seguintes depoimentos:

Ai comecei um trabalho de fortalecimento no CRAV, mesmo ainda em casa com ele. Eu me lembro que o CRAV era no centro, eu morava perto de lá num apartamento que ele alugou “para a gente recomeçar”, “para ele mudar.” Nada mudou, nada adiantou. Trabalhava, fazia doce para vender e nada rendia. Um sofrimento louco. Nessa época minha família não me recebia mais, não falava mais comigo, nem meu filho (Ana, 48 anos, Atendente).

Elas *[vizinhas que a acompanharam até a DEAM, também falaram do CRAV]* que me ajudaram, depois mandaram eu vir aqui (CRAV). Fiquei com medo de vire ouvir que eu podia perder o menino como a outra advogada falou. Até que um dia eu tive coragem e vim (no CRAV) – e foi a melhor coisa que eu fiz na minha vida. A equipe me ajudou em tudo, tudo, tudo – coisa de Deus mesmo. Me fez ficar forte para falar: “não volto mais atrás” (Juliana, 45 anos Autônoma).

Para as entrevistadas, o que o CRAV ofereceu de mais significativo foi o apoio e a crença na capacidade de superação delas. Os seguintes relatos de Suzi e de Juliana demonstram estas afirmações:

Eu nem sei o que eu era. Sei lá. Um trapo velho. Eu me sentia... Eu falei para a equipe do CRAV que eu tinha a impressão que tinham cavado uma fossa e me jogado dentro. Depois foram enchendo de fezes, e eu não estava percebendo até elas passaram pela minha cabeça e começaram a me sufocar. Foi quando eu dei um pulo e saí. Quando cheguei aqui me sentia assim: imunda, podre, nojenta, uma ruma de fezes (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Eu sentindo aquele trauma e não achei um advogado que me apoiasse. Quando eu vim ao CRAV a equipe me abriu todos os caminhos para eu nem pensar em voltar atrás. Foi importantíssimo isso aqui para mim. A liberdade que todos os dias eu e meu filho estamos vivendo de poder abrir uma janela -que eu não podia abrir a janela, não podia conversar com vizinho, não podia ligar um rádio, não podia nada - eu lembro daqui [CRAV]. Eu sou muito grata! (Juliana, 45 anos Autônoma).

Essas iniciativas, percepções e elaborações por parte de nossas entrevistadas demonstram que o processo de empoderamento delas estava cada vez mais maduro apesar da dor que concomitantemente emergia ao reconhecer que seus sonhos e projetos de vida estavam se desmoronando. E apesar de parecer contraditório para quem não está disposto a enfrentar essa batalha era justamente essa angústia que incentivava e fortalecia a dimensão política do processo de empoderamento das mulheres. Vejamos como isso aconteceu com Ana, ela que dizia para si mesma:

Eu tenho que encarar esse tratamento. Já estava em tratamento no CRAV, estava roxa, morávamos na mesma casa, mas eu já não falava mais com ele. Eu não falava mais nada com ele (Ana, 48 anos, Atendente).

Sara e Juliana também demonstram similar determinação, porém de modo mais sutil,

Eu estava vendo o menino piorar. A psicóloga da escola falava: “Juliana, vai chegar uma hora que você vai ter de tomar uma decisão, pois vai acontecer isso e aquilo com Pedro.” E eu já estava vendo no comportamento de Pedro o que ela dizia (Juliana, 45 anos, Autônoma).

Ai então eu fui aprendendo, os meninos foram crescendo, os bichinhos pequenos viam aquilo, mas não podiam fazer nada por mim. Eles foram crescendo, entendendo e começaram a se envolver. O que me fez tomar a decisão de procurar resolver minha vida e afastar dele, foi meus filhos. Eles foram crescendo, tomando a frente, queriam bater no pai e diziam que ele não podia fazer aquilo comigo. Isso foi me doendo. Eu não queria ver meus filhos passando por essas coisas, já estava vendo a hora de ele matar o filho ou acontecer alguma coisa comigo por causa do que ele estava fazendo. Era coisa que eu tinha de tomar uma decisão e fui criando aquilo dentro de mim. Eu fiquei desorientada, sem saber o que fazer (Sara, 45 anos, Desempregada).

Entendemos que esse empenho foi o diferencial na vida dessas mulheres, pois foi a partir do fortalecimento da dimensão política do processo de empoderamento que elas conseguiram agir, ou seja, tomar a decisão, como elas disseram. Para nós, essa decisão não diz respeito somente a dar uma queixa na DEAM, mas sim a mudar de vida por meio de um corte incisivo na violência em seus casamentos. A essa altura dos fatos elas já tinham ouvido, vivido, interpretado e aprendido muitas coisas, já estavam mais fortes e conscientes dos prós e dos contras de suas escolhas, como também da importância de tomá-las e de assumir as consequências destas. Vejamos como Ana, Madalena e Suzi descrevem o dia que comunicaram a seus maridos a sua decisão.

Quando eu comecei o tratamento no CRAV, nós ainda morávamos na mesma casa, mas dormíamos em quartos separados, eu não falava com ele, não dava satisfação, aí, ele começou a ficar agressivo. Falava: “te mato, ta pensando o que? Essa porra.” Aí um dia ele me agrediu. Euliguei para o 180. A moça falou: “calma, saia de casa, não fica.” Eu falei: “Eu estou na rua.” Ela: “Espera ele acalmar, depois você volta. Você tem para onde ir?” Falei: “Não, minha família não me recebe mais.” Aí ela falou para mim que eu tinha de tomar uma decisão porque aqui em Conquista não tem casa - abrigo. Eu falei: “Eu vou tomar!” Foi quando eu vendi a geladeira e o fogão, peguei o dinheiro e aluguei um quartinho longe de onde morávamos - fiquei lá final de julho, agosto, no dia primeiro de setembro o motorista do meu irmão foi buscar minhas coisas. [...] Foi quando eu tomei a decisão. Até então eu nunca tinha dado uma queixa. Enquanto a gente ficava naquele vai e volta eu nunca procurei a polícia, nunca fiz nada disso. Eu só tinha uma certeza dentro de mim, no dia em que eu procurar, eu nunca mais vou voltar (Ana, 48 anos, Atendente).

Eu fiz uma cirurgia, foi num dia doze. Eu internei no dia onze e ele não foi me visitar. No dia doze à tarde ele foi me visitar bêbado. Ele entrou no quarto me olhou e saiu. Eu também não disse nada. Na saída, Gustavo – meu filho –, na época tinha doze anos, entrou lá para me visitar, eu vi chorando e perguntou o que eu tinha. Eu disse que estava sentindo muita dor na cirurgia. Ele disse: “Não. Não é dor não! Sabe por quê? Eu encontrei meu pai bêbado no corredor, e ele estava tão bêbado quenão me conheceu. Eu passei por ele e entrei para te visitar.” Aí meu filho virou para mim e disse: “Você não merece meu pai.” Nesse dia eu decidi separar e assim que cheguei em casa comuniquei isso a ele. (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

Ele arrumou essa mulher, veio pra cima de mim pra me agredir, me botou como louca, falou que eu estava isso, que eu estava aquilo. Só que eu já estava mais ou menos me entendendo como gente, eu já estava percebendo as coisas, já estava consciente de muitas coisas. Foi ai que eu dei um basta. Foi ai que eu imaginei: “Eu tenho uma casa própria e um trabalho fixo [concurso]<sup>82</sup>, eu não preciso dele pra nada.” Ai eliminei ele da minha vida agora, com tudo. E eliminei mesmo! Sei lá acho que a gente acorda em algum momento. Acordei nesse momento, achei que não deveria mais passar por aquilo e acabou. Troquei minhas fechaduras e de lá pra cá ele não entrou mais lá em casa e nem vai entrar (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Frente a esses fatos, pudemos entender que aquilo que elas chamaram de decisão, para nós é empoderamento. Acreditamos que elas estavam avançadas em seu processo de empoderamento não porque se separaram, mas sim porque elas não hesitavam mais em se posicionar, nem em impedir que ataques violentos acontecessem e nem em assumir as consequências de suas escolhas.

As mulheres em estágio avançado do processo de empoderamento assumem riscos e prejuízos em nome de um bem maior para a vida delas, e também para a sociedade. Tal afirmação evidencia que quando esse fato acontece, as mulheres demonstram que tem consciência da necessidade de ter independência financeira, e apresentam disposição para buscá-la, ou seja, elas atingiram a quarta e última dimensão do processo de empoderamento da mulher proposta por Stromquist (2002). Entretanto, independentemente de elas já terem alcançado ou não esta necessidade, as mulheres já conseguem romper com a violência e com seus maridos violentos. Vejamos as declarações de Sara, de Ana e de Madalena que ilustram tal situação:

Você está ali sofrendo, mas há uma coisa segura dentro de casa. Quando sai, a gente vai sentir mais a responsabilidade, a gente fica sozinha. Tem de tomar a decisão e fica mais difícil. Hoje eu estou bem, Graças a Deus! Ele estava me maltratando muito, eu pedia muito a Deus para sair da companhia dele porque eu estava vendo hora de morrer. Ele me ameaçava de morte, essas coisas assim. As condições ficaram meio difíceis, mas eu estou bem. Graças a Deus estou feliz! A segurança que eu falo não é segurança, é de muitos anos, quase 30 anos de casamento, de convivência. É besteira da mulher mesmo! Quando está junto com a família, mesmo a gente sofrendo você está com os seus. O costume, você fica assim. Quando você toma mesmo a decisão, passa a ser responsável por você mesma sem ter um emprego, sem ter... eu estou dizendo difícil nesse sentido. Mesmo que ele não estava trabalhando, não estava tendo responsabilidade, eu sentia assim que estava todo mundo junto, qualquer coisa que... Hoje eu estou feliz porque estou junto do meu filho, do meu netinho. Aqui [o CRAV]<sup>83</sup> me deu muito apoio e depois que eu passei aqui me senti muito acolhida. Graças a Deus eu estou superando todos esses anos que eu passei e que eu não quero que aconteça mais em minha vida (Sara, 45 anos, Desempregada).

---

<sup>82</sup>Grifo meu

<sup>83</sup>Grifo meu.



Ana é outro exemplo de mulher que deixou o marido mesmo sem ter emprego e renda para se aventurar fazendo “bicos” na rua para pagar o aluguel de um quatinho a fim de não ser mais violentada.

Com quarenta e cinco dias de separada, meu irmão viu que eu não ia mais voltar e me estendeu a mão. Me tirou do quatinho alugado e me levou para morar na fazenda da família. E foi difícil! Fui morar novamente na fazenda, lá tem duas casas - minha mãe ficava na maior e eu na menor. Chegou ao ponto de, por uns 15 dias, eu misturar ração dos cachorros com fubá, temperar esse fubá com temperinho verde da horta e comer aquele fubá porque não tinha nada para comer e minha mãe não me dava. Em todos os momentos de dificuldade entre eu e meu filho ela nunca quis me ajudar em nada. Não é só comigo. Mas eu sou a filha que sempre esteve muito próxima, que mais cuidou dela. Teve uma época que ela pirou, pirou e decidiu construir uma casa do outro lado da fazenda - onde era o curral dos bezerros. E ela<sup>84</sup> ficou lá jogada. A única pessoa que ia lá era eu. Nessa época ela me dava R\$ 5,00 para eu carregar água para ela - 5 km de distância com carrinho de mão, eu tenho calo e dor nos ombros até hoje. Eu enchia a caixa d'água de 1000 litros. Você sabe o que é carregar tonel de 80 l, ficar indo e vindo o dia inteiro para ganhar R\$ 5,00? Fazia isso para pagar a passagem do ônibus que me trazia pro CRAV [...] Isso foi em 2009 - um ano definitivo para mim porque eu comecei cursos, fiz outras coisas. Isso foi importante porque eu estava muito tempo fora do mercado de trabalho, estava com quarenta e poucos anos e é difícil o mercado de trabalho absolver. Fiz curso de massoterapia, fazia tudo que aparecia para eu fazer. Fazia faxina, tudo que você imaginar. [...] Reconquistar a confiança desse meu irmão que eu gastei dinheiro, joguei fora pagando minhas contas com Geraldo e escola de Lucas. Reconquistar a confiança do meu filho - minha relação com ele é muito minada (Ana, 48 anos, Atendente).

Vejamos o exemplo, o seguinte caso relatado por Madalena. Segundo ela, depois que anunciou a seu marido que queria o divórcio ele não quis sair de casa e por isso quem saiu foi ela.

Vim para a casa<sup>85</sup> dos meus pais sem emprego, sem nada. Com uma mão na frente e outra atrás. Quando eu tomei a decisão nada tirou da minha cabeça. Deixei meu currículo em vários trabalhos - fui pedir emprego. Até que consegui esse. Agora em agosto faz vinte anos que eu estou lá. Meus meninos apoiaram totalmente, tanto um como o outro. No início o pessoal ficava dando conselho para voltar. Quando eu decidi, eu decidi definitivamente. Quando alguém brincava, dizendo quem dia eu ainda ia voltar para o pai dos meninos, Gustavo - o mais velho - era mesmo que virar um tapa nele, virava uma onça. Dizia: “Mãe...” “ Eu falava: “Gustavo, minha decisão está tomada meu filho.” Porque eles viam o sofrimento que eu passava (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

Percebemos que quando uma mulher se empodera frente à violência doméstica, ela considera como de menor prejuízo passar necessidades financeiras, materiais, pedir/aceitar ajuda a estranhos e/ou a familiares afetivamente distantes e/ou próximos, se submeter a um

<sup>84</sup>A família de Ana não apoiava o casamento dela com Geraldo, sempre foi contra - a mãe em especial. Ana apanhava de Geraldo tanto em casa quanto na rua, mas não conseguia se separar. A família dela se cansou de ficar acompanhando essas crises e se afastou dela até o dia que viram que ela estava decidida a se separar. Contudo, Ana e a família tinham vínculos muito machucados. Eles temiam recaídas por parte dela. O recomeço de ambos foi a partir do momento supra relatado e foi permeado por muitos medos e inseguranças. Outra questão que agravava essa situação era o quadro psiquiátrico da mãe de Ana - ela tem esquizofrenia.

<sup>85</sup>A casa era dos pais dela, mas estava desocupada.

trabalho digno, mas fisicamente desgastante, do que permanecer ao lado de um marido opressor. Analisando os relatos apresentados até aqui, inferimos que o processo de empoderamento das mulheres que entrevistamos foi alcançado e que as afirmações de Costa (2000,p. 38) corroboram com nossa opinião:

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e à violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.

Nossas entrevistadas estavam/estão empoderadas, logo, decididas a não mais suportar os abusos que vinham sofrendo, entretanto, neste momento seus ex-maridos ainda não sabiam disso, conseqüentemente, não aceitavam os novos posicionamentos delas e continuaram ameaçando, insinuando reconciliações, criando meios para evitar que elas saíssem da vida deles. Não podemos dizer se eles as amavam, nem o que eles sentiam por elas porque não os entrevistamos, contudo, estudando os relatos das mulheres e textos que explanam sobre o patriarcado e sobre o machismo, arriscamos dizer que eles tinham “ganhos” com essa relação conflituosa, por isso a relutância em perdê-las.

Ainda segundo nossas entrevistadas, depois que elas decidiram se separar e dar um basta na violência que lhes afligiam, seus ex-maridos tentaram reconciliações, demonstraram arrependimento, contaram mentiras, fizeram chantagens, armações, mas nada adiantou. Suzi, Sara, Madalena e Juliana já estavam decididas, ou melhor, empoderadas, e fizeram questão de deixar isso bem claro para seus ex-companheiros. Vejamos como isso aconteceu:

Com Madalena, tudo começou quando ela estava pós-operada e o filho mais velho lhe disse que ela não merecia o pai dele. Segundo ela foi daí que veio a decisão e a partir disso a vida dela virou um inferno por mais ou menos um ano, como ela disse,

Foi nesse momento que eu disse a ele que queria me separar e que queria que ele saísse de casa. Foi aí que ele viu que eu tinha tomado a decisão mesmo. Ele fez a cópia da chave da casa. Conclusão de tudo, eu tentei que ele saísse da casa e não consegui. Eu não quis entrar na justiça para tirar ele de lá com a polícia – o advogado falou que eu podia tirar -, mas eu não fiz isso. Tinha medo de ele se vingar, sei lá! Aí eu abandonei a casa. Fui morar na casa de meus pais que estava desocupada (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

O dia que Suzi decidiu expulsar Juvenal da vida dela coincidiu com o momento que ela descobriu que ele tinha um caso com uma vizinha de outra rua. Ela disse:

Eu botei ele para fora de casa. Ele insistiu para ficar. Eu não deixei -quando ele saiu não levou a roupa. Minha mãe pegou a roupa dele e guardou na casa dela pensando que ia ter volta. Ele foi buscar as roupas dele lá na casa de minha mãe. E aí, sem ninguém saber, fui na casa de material de construção, comprei outra fechadura e troquei. Quando ele chegou, crente abafando que ia entrar na minha casa eu falei: “quando essa desgraça saiu de minha casa eu falei que aqui não entrava mais”. Falei desse jeito. Ninguém acreditou. Todo mundo me chama de doida (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Juliana já tinha tomado essa decisão há algum tempo, mas devido a algumas peculiaridades de seu caso, o marido só saiu de casa com a oficial de justiça, como ela mesma relata:

Aí demorou muito tempo para conseguir tirá-lo de casa porque ele não queria sair. E eu sempre morrendo aos poucos, com medo de ele me matar, matar o menino -mas Graças a Deus passou! Até que chegou o dia que elas [*oficiais de justiça*] chegaram lá em casa e mandaram Francisco sair. E ele falava: “Eu não vou sair, eu não sou daqui, eu não tenho dinheiro, não tenho parente” enãosei o que... Aí as oficiais de justiça falaram: “Você vai sim”. Foram fortes, firmes com ele. Aí ele falou comigo: “Fala para elas que eu não posso sair, que eu não tenho para onde ir, que eu vou mudar”. Eu falei: “Não. Eu esperei esse momento até hoje. Tem sete anos que eu aguento isso de você. Eu conversei com você, te dei todas as oportunidades para você mudar, para melhorar, para resolver sem elas aqui, pra você sair sem elas aqui.” Aí ele foi. Nesse dia nós ficamos em paz. (Juliana, 45 anos Autônoma)

Ouvindo-as relatar que em “um belo dia” elas expressaram as atitudes acima apresentadas, temos a impressão de que Juliana, Ana, Suzi, Madalena e as outras que nos confidenciaram suas histórias se tornaram outras mulheres, mas a verdade não é bem essa, elas aprimoraram suas qualidades, buscaram corrigir seus defeitos e consertar alguns erros mesmo pagando caro por isso. Elas se tornaram pessoas mais assertivas, mais determinadas, mais corajosas e por isso as relações delas consigo mesmas e conseqüentemente com os outros passaram a ser pautadas pelo respeito mútuo que a dignidade da pessoa humana exige.

Ao acompanharmos a sequência dos fatos aqui apresentados, vimos como estas mulheres deixaram a posição de passividade, de submissão e se tornaram sujeitos de direitos, ou seja, autênticas cidadãs. Para os interesses do machismo, pessoas como elas são perigosas, pois como pudemos demonstrar, elas enfrentaram e romperam a herança patriarcal que fundamentava suas vidas. Acreditamos que este tipo de ruptura é muito importante para a vida delas, mas também para a categoria social mulher, pois este tipo de corte proporciona bem estar para a família e é o caminho para a igualdade social e política ente os gêneros na sociedade. Os relatos abaixo nos dão uma dimensão dos sentimentos e percepções que algumas mulheres passaram a ter depois que decidiram acabar com seus casamentos: Segundo Suzi, Sara e Juliana com elas foi assim:

Eu estou aqui (no CRAV) fazendo tratamento, estou trabalhando, estou conseguindo manter meu emprego, estou conseguindo sustentar minha casa, sustentar meus filhos. Então isso para mim é ser mulher agora. Eu “levantei da queda”. “Não levantei total, para ficar em pé firme, mas eu acho que eu levantei.” “Com porrete ou sem porrete, mas eu consegui levantar.” “Ainda tenho minhas quedas, meus altos e baixos” (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Só tinha aprendido as coisinhas do dia a dia. Hoje não, a mulher vai trabalhar e está sendo responsável por ela mesma - que é o caso meu. Hoje quem está com a minha responsabilidade sou eu mesma. Ainda tomo conta dos meus filhos, eles me ajudam financeiramente, no dinheiro, nas coisas, mas todas as decisões são minhas. Eu que resolvo, minha casa sou eu que tomo conta (Sara, 45 anos, Desempregada).

Eu não consigo entender isso que eu passei nas mãos de Francisco. Sinceramente, não consigo. Agora, depois que ele foi embora, que eu estou melhorando – tenho saído de casa, não tomo remédio - melhorei bastante, melhorei minha saúde. Eu voltei a ler, voltei a ver televisão, voltei a ter contato com as pessoas. Eu creio assim, que abriu as janelas da minha mente – estavam todas fechadas. Porque, verdadeiramente, eu estava morta, morta, morta (Juliana, 45 anos Autônoma).

Notamos que elas atualmente se percebem como pessoas libertas e que esse “bem” deve estar disponível e acessível para todas as mulheres, independentemente de classe, credo e religião. Sentimos também que elas sentiram prazer em disponibilizar suas histórias para que estas sirvam de incentivo para outras mulheres. Elas demonstraram que entendem que a violência contra a mulher tem de acabar e que as mulheres têm o direito de expressar seus pensamentos e ações que endossam essa compreensão. Vejamos declarações que corroboram com o exposto. Juliana afirma:

Eu não estava bem. Você fica vulnerável a tudo. Eu não quero me permitir mais isso, estou aprendendo. Estou aprendendo muita coisa com minha nova vida, com Pedro [*filho*]<sup>86</sup> aprendendo com minhas falhas, com meus acertos e me fortalecendo, para não permitir mais que determinado tipo de coisa aconteça comigo. Seja em família, na sociedade, seja no trabalho, no todo. [...] Agora, eu estou sempre atenta aos meus direitos para não me permitir passar por determinadas coisas, para não permitir que alguém faça isso com meu filho, nem comigo. Estou atenta, agora. Isso ficou de alerta para mim. Tudo isso que eu passei com ele (Juliana, 45 anos autônoma).

Sara e Madalena também falaram de suas experiências e dos seus sentimentos:

Hoje tem muita solução na minha vida. Aprendi muita coisa. A mulher tem de ter a vida normal, liberta. Ela tem de ter a vida diferente. Não pode ser mandada porque ninguém manda em ninguém. Minha vida sou eu que tomo as decisões. Eu mesma criei muitas decisões na minha vida. Hoje eu estou na minha casa, eu que mando na minha casa, eu que recebo as pessoas, eu que compro e tudo que tiver de fazer eu faço. Não tem esse negócio de esperar por homem. Esperar o marido para tomar decisão? Não, sou eu. Eu mesma que faço. Hoje sou eu que resolvo. Graças a Deus! [...] Hoje me sinto mulher, uma mulher bem disposta, diferente. Não sinto aquela mulher parada, esperando pelo marido. Achava que ele que tinha de resolver para

---

<sup>86</sup>Grifo meu.

mim. Não, sou eu mesma. Estou muito feliz, muito aberta. [...] Me ameaçar ele não me ameaça mais não (Sara, 45 anos, Desempregada).

Mas “eu cresci” [*declarou que quando vivia situação de violência se sentia pequenininha como pessoa*]<sup>87</sup> e hoje eu me acho a tal. (risos) Hoje eu me acho importante. Eu vejo que tudo que fiz, tudo que eu passei e ainda consegui criar e formar meus filhos. Quando os vejo formados, estudando, o outro já é pai. Me sinto realizada. Hoje eu sou uma pessoa realizada (Madalena, 60 anos, Técnica Administrativa).

A mulher que já está continuamente aperfeiçoando seu processo de empoderamento, diariamente, mesmo que de forma limitada e discreta para não ser novamente vitimizada, sempre que possível e com pertinência, contribui ativamente para o processo de empoderamento de outras mulheres. Percebemos esse fato no relato de Suzi acerca de um diálogo que ela teve com um vizinho que bateu na esposa. Ela disse para ele:

Você me fez perder o sono, bateu muito na parede, eu fiquei nervosa e eu chamei a policia mesmo. Se você fizer isso de novo eu vou tornar chamar porque assim eu não aguento não, viu? Eu não aguento ficar estressada e preciso dormir. Se eu não dormir, no outro dia eu amanheço “acabando com tudo” e eu preciso trabalhar no outro dia. Então, se você continuar fazendo isso, você me desculpa, não tenho nada contra sua pessoa, mas se você tornar fazer a mesma coisa que você estava fazendo duas, três horas da manhã eu vou tornar chamar a policia. ” Se fosse noutra época não fazia nada disso.. (risos) Eu ia ter medo de o vizinho me matar, eu ia ter medo de o vizinho matar meu filho [*falou isso gargalhando*]<sup>88</sup>, eu ia ter medo de o vizinho tocar fogo em minha casa, ia ter medo de tudo isso e agora eu não tenho mais (Suzi, 45 anos, Recepcionista).

Enfim, por tudo que foi aqui apresentado, consideramos que o processo de empoderamento de pessoas, grupos, categorias, e principalmente mulheres em situação de violência doméstica apresenta-se como um recurso singular para a sua libertação. Pelo que pudemos notar, esse processo é longo e doloroso, mas ao mesmo tempo imprescindível porque ele é uma via de amadurecimento, de crescimento e de transformações para as pessoas. Diante disso concordamos com Sardenberg (2006, p.6) quando ela afirma:

Nesse sentido, empoderamento é, simultaneamente, processo e o resultado desse processo, sendo que, no caso das mulheres, esse processo tem como objetivos: (1) questionar a ideologia patriarcal; (2) transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero as desigualdades sociais; e (3) criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso – e controle sobre – recursos materiais e informacionais.

Isso evidencia que o processo de empoderamento não deve ser percebido como um projeto individual, mas sim coletivo, pois os objetivos, resultados, e os meios de alcançá-los

---

<sup>87</sup>Grifo meu,

<sup>88</sup>Grifo meu.

são operacionalizados e produzidos por meio da articulação de diversas variáveis, e também porque os produtos desse fenômeno não ficam circunscritos ao lar, ou só a algumas individualidades, mas sim como legado para toda a sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstramos no decorrer do texto, a violência contra a mulher é um fenômeno que incide em nossa sociedade desde tempos remotos e esta forma de desumanização era autorizada pelo regime patriarcal. Devido à força deste sistema, os direitos humanos das mulheres foram negligenciados, tornando-as um ser de segunda categoria. Com certeza nenhuma delas gostou de apanhar, de fazer sexo contra a sua vontade nem de ser humilhada, pelos maridos/companheiros, mas a força do poder patriarcal era tão intensa que até quando a sua estrutura enquanto regime, ou seja, como modo de organizar a vida em sociedade ruiu o seu conteúdo simbólico cultural foi preservado e transmitido para as gerações futuras. Entendemos que isso aconteceu porque a categoria social homem não queria perder os privilégios que conquistaram.

O status e o respeito que um homem tem pelo outro os fazem pensar que eles são superiores às mulheres. Isto é uma grande falácia. De modo geral, eles podem até ser mais fortes, pois o porte físico do homem tende a ser mais robusto do que o da mulher, mas mesmo assim a hierarquia social talhada para os gêneros não encontra fundamento que justifique a violência que se perpetra contra as mulheres. Pelo que a história nos mostra, por milênios as mulheres foram proibidas de frequentar espaços públicos e de tomar conhecimento das grandes decisões políticas e sociais. Neste sentido, entendemos que elas não podiam atrapalhar nem contribuir com os feitos sociais e é devido a esse fato que questionamos: Já que elas eram tratadas como submissas e incapazes por que os homens sentiam e ainda sentem tanta necessidade de violentá-las? Que serviços tais atitudes desumanas prestou ao bem comum? Acreditamos que as respostas para essas inquietações estabelecem maior relação com a necessidade de afirmação de identidade da categoria social homem do que com os interesses da coletividade.

Nossos estudos também revelaram que os comportamentos sociais atribuídos aos homens e às mulheres são culturalmente construídos e por isso é fortemente influenciado por vários fatores, dentre os quais destacamos: o costume de reatualizar tradições e hábitos de tempos passados no presente, as necessidades econômicas, o entendimento jurídico, o status, as zonas de conforto, a análise crítica e impessoal de fenômenos da realidade pelos mais diferentes setores, categorias, instituições e outros. Logo, se aquelas condutas são produtos de acordos sociais, entendemos que estes podem ser revisados, reformulados e até desfeitos. Entretanto, devido ao jogo de interesses que impulsiona o dinamismo e a vivacidade das relações interpessoais, somos levados a crer que as situações são condições e que as

possibilidades de transformação são materializáveis. Mas isso não é verdade e Foucault (1979) por meio da sua analítica sobre o poder demonstra as fragilidades dessa forma de pensar, e também os relatos de nossas entrevistadas corroboram com as afirmações dele sobre o embate do binômio poder-resistência como meio de transformação da realidade.

Percebemos que quando nossas entrevistadas começaram a resistir aos abusos e violências vividas no cotidiano, a vida delas começou a mudar. Essa mudança se deu de forma paulatina e foi marcada por diferentes ritmos, por muitas dúvidas e medos, mas como elas estavam determinadas a não mais suportar tantas humilhações continuaram enfrentando suas dificuldades pessoais e seus maridos violentos e por isso a partir de um determinado momento, como que iluminadas pela consciência, resistiram e não foram mais vitimizadas. Segundo Santos,

A violência configura-se como um fenômeno complexo, polissêmico e multifacetado, que assume múltiplas expressões e se manifesta de várias formas em diferentes espaços da sociedade, e está sujeito a diversas interpretações, de acordo com o enfoque teórico adotado (SANTOS, 2010, p.10).

No caso da violência doméstica contra a mulher na relação conjugal as complicações são potencializadas, pois sentimentos de amor, de esperança, projetos de vida e filhos, geralmente convivem em meio ao desgaste da relação marcada pela violência e às frustrações por não terem sido capazes de corresponder às expectativas estabelecidas de um casamento idealizado. Estas variáveis levam muitas mulheres agredidas a acreditarem que vale a pena manter a relação e que algum dia os seus maridos/companheiros possam mudar. Entretanto, quando as violências chegam a um ponto insuportável, muitas mulheres conseguem reconhecer os seus limites, reconhecer que as suas vontades e desejos não estão sendo alcançados e principalmente, que as mudanças de atitude têm de partir delas.

Assim, percebemos que é neste momento que o processo de empoderamento da mulher se inicia, ou seja, ela começa a notar que precisa de ajuda para conseguir demonstrar seu potencial, ela passa a assumir riscos e prejuízos, mas não quer mais ficar ao lado do marido agressor, ela passa a se mobilizar dentro da realidade e dentro de si mesma, e por isso, expressar comportamentos de autonomia, de autoestima, de busca do seu bem estar e de sua independência financeira. Quando o processo de empoderamento se inicia sua tendência é avançar para a superação de limites e para a auto realização da mulher que opta por fazê-lo.

Faz-se pertinente salientar que não só a mulher precisa se empoderar, mas também todas as classes trabalhadoras e sociais oprimidas, as raças e as etnias excluídas. Todos estes são seres humanos e devem tomar posse da sua dignidade, da sua condição de sujeito e de cidadão. De acordo com Brasil (2013b) o processo de empoderamento



Pode ser concretizado na gestão de ações preventivas de violações dos direitos humanos em diferentes espaços; de articulação política educacional, principalmente, pelos grupos vulneráveis; de difusão de conhecimentos que possibilitem o exercício da cidadania e da democracia; e, na vivência cotidiana de uma postura solidária com os outros.

A educação se revela como um elemento essencial para a formação do cidadão enquanto sujeito de direitos. Isto é, aquela pessoa que se sente responsável pelo projeto de sociedade à qual pertence (BRASIL,2013b, p. 34).

Ou seja, a Educação em Direitos Humanos é um caminho de potencialização de processos de empoderamento porque esta visa justamente desconstruir paradigmas obsoletos, como o da crença de que os homens são melhores do que as mulheres, que os negros devem servir aos brancos e que os ricos devem ser privilegiados em detrimento dos pobres. Entendemos que estas dicotomias excludentes fazem os envolvidos se rivalizarem e aumentarem os abismos sociais. E de acordo com Juliana, uma de nossas entrevistadas, quando não somos educados para reconhecermos nossa humanidade como equivalente à dos outros, prejuízos emergem porque

A consequência não vem só para nós, vem para toda sociedade. Porque quando a gente não é educado, não recebe o básico, a gente traz problemas para toda sociedade – eu acho! Quando você não tem educação você não saber fazer as coisas na hora certa, por exemplo, eu tive problema seríssimo com dentes porque não recebi orientações de como cuidar dos meus dentes quando criança. Quando cresci outras pessoa me corrigiram sobre isso e sobre outras coisas que eu também não sabia, tiveram de me falaram isso é assim, isso é assado. Hoje em dia eu penso assim. Se eu tivesse tido orientação, se algum tivesse me falado: “a vida é assim, segue esse caminho, principalmente na vida Cristã, talvez eu não tivesse sequelas, não teria sofrido, não teria aceitado coisas na minha vida, não teria aceitado passar por tanta coisa, achar que tudo é normal. Muitas vezes eu não busquei meus direitos (Juliana, 45 anos autônoma).

Estas declarações explicitam o quanto é importante o processo de empoderamento para o sujeito e para sociedade, pois o seu potencial transformador é incomensurável. O processo de empoderamento abre novas perspectivas, mas também traz alguns sofrimentos porque é por meio da elaboração dessas dores que as mulheres foram amadurecendo e se tornando autoras de suas histórias e consequentemente contribuindo para o empoderamento da categoria social mulher frente aos ditames do machismo e da cultura de violência que ainda aflige muitas mulheres em todas as sociedades.

Assim, diante do que as nossas entrevistadas declararam, os custos financeiros e emocionais para recomeçar a vida foram altos: mudanças de casa, de projetos de vida,

separação definitiva do marido agressor, dispêndio de energia para entrar no mercado de trabalho e a luta para conquistar a independência financeira. Para elas, fazer tudo isso é difícil, mas não é impossível e vale muito a pena.

## REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália; et al. **Para Compreender a Ciência**. RJ: Espaço e Tempo, 1988.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed, RJ: LTC, 1981.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Ruth. Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital Social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. **Revista Redes, Santa Cruz do Sul**, v.12, n.1, p. 125 -150 jan./abr, 2007.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (coordenadora de texto) (orgs). **História das mulheres no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 1997a.

\_\_\_\_\_, Ruth Vivian Ângelo; BAQUEIRO, Marcello. Trazendo o cidadão para a arena pública: capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. In: **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul, v.12, n. 1, jan/abr,2007.

\_\_\_\_\_, Ruth Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. In: **Revista Redes**. Núcleo de Pesquisa sobre América Latina /UFRGS, v.6, n. 1, jan-abr 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em 19 mai2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, DF, 2011(a). Disponível:<<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>> Acesso em 04/06/2014

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, DF, 2011(b). Disponível:<<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/>> Acesso em 04 jun2014

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Senado Federal - Secretaria De Transparência DataSenado. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Brasília, 2013(a). Disponível:<[http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/release\\_pesquisa.asp?p=46](http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/release_pesquisa.asp?p=46)> Acesso em 04/06/2014

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília, DF; 2013(b) Disponível:<[http://www.crianca.df.gov.br/biblioteca-virtual/doc\\_download/282-caderno-de-educacao-em-direitos-humanos-.html](http://www.crianca.df.gov.br/biblioteca-virtual/doc_download/282-caderno-de-educacao-em-direitos-humanos-.html). > Acesso em 04 ago2014

BRITO, Maria Noemi Castilho. **O gênero, a história das mulheres e a memória: um referencial de análise,** s/d. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:F79WAY3zlwsJ:www.lacult.org/doc/oralidad\\_05\\_22-27-o-genero-a-historia-das.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:F79WAY3zlwsJ:www.lacult.org/doc/oralidad_05_22-27-o-genero-a-historia-das.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> Acesso em : 22 mai2014.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres.** In Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no pró-gavião.2000

CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES Antônio, A. (org). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

COX, Olive Cromwell. **Educação e Sociedade.** SP: Ed. Nacional, 1985.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O Preço do Silêncio: Mulheres ricas também sofrem violência.** 1ª ed. Vitória da Conquista - Ba: Edições UESB, 2007.

\_\_\_\_\_, Tânia Rocha Andrade. **CASAMENTO: DESTINO OU ESCOLHA,** 2013. Vitória da Conquista. *Anais...* Vitória da Conquista: Anais do X colóquio nacional e III colóquio Internacional do Museu Pedagógico – Edição eletrônica, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e violência.** Londrina, 1998. Mimeo.

DAUDÉN, L. Mulheres sob ataque. **Revista Isto É.** Ano 37, nº 2259, 6/3/2013.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulheres e família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org); BASSANEZI, Carla (coordenadora de texto). **História das mulheres no Brasil.** 2ªed.São Paulo: Contexto, 1997.

DURKHEIM, E. Métodos para determinar a função da divisão do trabalho. In: RODRIGUES, J.A. (org). **Durkheim: Sociologia.** 2 ed. S.P: Ática, 1982. p.63-70.

FENTRESS, James; MICKHAN, Chris. **Memória Social.** Lisboa: Teorema, 1992.

FOUCAULT, Michael.**Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** SP: edições Loyola, 1970.

\_\_\_\_\_. Language, Couter – Memory, Practice: selected and interviews, ed. DonaldF. BouchardandSherry Simon, Ithaca, New York, Cornell University Press. 1977.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org); BASSANEZI, Carla (coordenadora de texto). **História das mulheres no Brasil**. 2ªed.São Paulo: Contexto, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1981.

GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As Novas Fronteiras da Desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. SP: Senac, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, v.13, p. 20-31, mai-ago, 2004.

GOMES, H,S,R. Um estudo sobre significado de família. Tese de Doutorado,PUC-SP., 1988

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os quadros sociais da memória**.Rio de Janeiro: Paz e Terra1992.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In HOBSBAWN, Eric;RANGER, TERENCE (orgs.). **A Invenção das Tradições**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ISRAEL, B, A. et al. Health educationandcommunityempowerment: conceptualizindandmeasuringperceptionsof individual, organizationalandcommunitcontrol. **Health EducationQuarterly**,v. 21, p. 149-170, 1994.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In: KARTCHEVSKY, Andréet al. **O sexo do trabalho**. RJ: Paz e Terra, 1986.

LAWSON, A. Freedomtobeone's self: Appalachianwomen's perspectives onempowerment. Blacksburg Virginia: The Virginia Polytechnic, 2001. Tese (Thesissubmittedtothefacultyofthe Virginia Polytechnic).Disponívelem: <<http://scholar.lib.vt.edu/theses/available/etd-05252001-142531/unrestricted/econdfinaldoc.pdf>>Acessoem: 20 mar. 2005.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória. Campinas**, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MAIA, A, C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social; Ver SOCIAL**. SP, v. 7, n. 1-2, p. 83-102, outubro, 1985.

MACHADO, Lia, Zanotta. Feminismo, Academia e Interdisciplinariiedade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma Questão de Gênero**. RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1992 (Fundação Carlos Chagas).

MAGALHÃES, Acely de Assis. **Histórias de Mulheres**; considerações sobre a privação e a privacidade na história das mulheres. SP: Altana, 2001. (Coleção Identidades)

MEIRELLES, Mauro; INGRASSIA, Thiago. Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. **Revista eletrônica “Fórum Paulo Freire”**, ano 2, n. 2, ago., 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1, 2ª ed. SP: Nova Cultural, 1985. (Coleções os economistas).

\_\_\_\_\_; ENGELS, Frederick. **A Ideologia Alemã**. Lisboa: Biblioteca do Marxismo-Leninismo, edições Avante, 1981.

MICHENER, H. Andrew; DELAMATER, John D; MYERS, Dani. **Psicologia Social**. SP: Thomas Learning, 2005.

MENEGHEL, Stela Nazareth ; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública** [online], v.45, n. 3, p. 564-574, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 25ª edição revista e atualizada, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 11ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. RJ: Paz e Terra, 1993.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória: Antropologia, escola e memória*, nº 2(Nova Série)p. 4-22, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, RJ, v. 5, n. 10, 1992.

PRADO, L. R.; BITTENCOURT, C. R. **Código Penal Anotado e Legislação Complementar**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. RJ: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. **O Poder do Macho**. SP: Moderna, 1987. (Coleção Polemica).

\_\_\_\_\_. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: UNBEHAUM, Sandra G.; BRUSCHINI, Cristina. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. RJ: Editora 34, 2002 (Fundação Carlos Chagas).

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

\_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1992 (Fundação Carlos Chagas).

SANTOS, João Diógenes, Ferreira. *Violência e Cultura Política: um olhar sociológico*. In: ALMEIDA, Jorge Miranda de. **Pressupostos da educação para uma cultura ética da paz**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.

SARDENBERG, Cecília, M. B. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I seminário Internacional: Trilhas do empoderamento de mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, SSA, 2006.

STROMQUIST, Nelly P. “Education as a means for empowering women”. In: J. PARPART, S. RAI; K. STAUDT (eds.). **Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world**. London: Routledge, 2002 pp.22-38.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 2, n. 34, p 20-70 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia**. SP: Cortez, Coleção Magistério 2º grau, Série Formação Geral, 1992.

SILVA, Rosane Neves da. **A Invenção da Psicologia Social**. RJ: Vozes, 2005

SOIHET, Rachel. História as Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ªed., RJ: Editora Campus, 1997.

SORJ. Bila O Feminismo na encruzilhada da Modernidade e Pós – Modernidade. In: UNBEHAUM, Sandra G.; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. RJ: Editora 34, 2002 (Fundação Carlos Chagas).

SZYMANSKI. Heloísa. Teorias e “Teorias” de Família. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G; ARRENTCH, M; MARQUES, E (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. RJ: Editora Fiocruz, 2007.

SCOTT, Joan. História das mulheres 1992. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. SP: Editora UNESP, 1992.

STREY, Marilene, Neves. Gênero. In: CLASEN, Jaime (org.). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Violência e Gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, P. Krieger; WERBA, Graziela, C (orgs.). **Violência e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: Edipucris, 2001.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. SP: Brasiliense, 1993.

YOUNG, M. **The metronicsociety: natural rhyhmandhumantimetables**. London: Thames e Hudson, 1988.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. RJ: Rocco, 1994.

VEJA. Três americanas desaparecidas há anos são encontradas: Jovens eram procuradas há cerca de uma década e foram descobertas com vida em uma casa na cidade de Cleveland. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/tres-americanas-desaparecidas-ha-uma-decada-sao-encontradas>> Acesso em: 26 jun 2014.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA. **Relatório Anual do Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos** 2013. Vitória da Conquista – BA, 2013.

VYGOTSTKY. **Formação Social da Mente**. SP: Martins Fontes, 1999.